



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará



Auditório da Procuradoria da República no Pará (PRPA) - 13 de agosto de 2026 - 15h às 19h30

Sadi Flores Machado (Procurador Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC/PA): Boa tarde. Boa tarde a todos e a todas, nós vamos dar início a essa audiência pública que vai tratar dos direitos da população em situação de rua em Belém. Eu sou Sadi Machado, sou Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Pará e gostaria, desde já, de agradecer a presença de todas/todos vocês que nos honram aqui nesse auditório, com a sua presença, com a sua história, com a sua vivência. E o objetivo dessa audiência pública é exatamente esse. Nós priorizamos a escuta das pessoas que estão na rua para entender quais são as principais dificuldades? Quais são as demandas que vocês têm? O que é que precisa ser melhorado em termos de serviços públicos? E como é que isso também pode nos ajudar a melhorar a nossa atuação? Nesse sentido, eu quero agradecer também a todas as instituições que estão aqui nessa mesa. Também todas as instituições que estão nos acompanhando na sala do segundo andar daqui da procuradoria, infelizmente o auditório não comportou todos e todas aqui, mas nós pudemos disponibilizar um espaço no segundo andar para as pessoas que estão nos acompanhando. Ficamos muito felizes com o interesse da população em participar dessa Audiência Pública. E dizer para vocês que nós também temos atuado em parceria, Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado, doutor Firmino aqui nos acompanhando; Defensoria Pública do Estado, doutora Luciana aqui também nos acompanha. Queria agradecer aqui a presença do Procurador-Chefe aqui do Ministério Público Federal, doutor Hugo Charchar, que também nos acompanha; a presidenta da FUNPAPA; ao doutor Alex, Procurador do Município, doutor Célio, Juiz aqui do Estado do Pará; ao colega da SEASTER, que vem também representando o Estado do Pará. E dizer que nós vamos fazer uma breve apresentação aqui de todas as autoridades. O nosso foco hoje, de fato, é ouvir a população em situação de rua. E esse vai ser o nosso objetivo. Nós vamos começar, então, essa audiência com a apresentação do Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, o doutor Paulo Thadeu, que também nos honra com a sua participação, ele está online, e ele vai apresentar um pouco do trabalho que o Ministério Público Federal tem feito em relação a essa



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

temática, a defesa da população de rua, não só aqui em Belém, não só no Pará, mas em todo o Brasil. doutor Paulo Thadeu. Muito boa tarde. Muito obrigado pela sua presença. Você tem a palavra.

Paulo Thadeu Gomes da Silva (Procurador Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC): Obrigado, Sadi. Colega, querido amigo, Sadi. Boa tarde a todos, para mim é uma honra também participar hoje dessa audiência pública, que trata dos direitos fundamentais da população em situação de rua ou das pessoas em situação de rua. Eu serei bem breve, mas eu gostaria de fazer alguns apontamentos a respeito do tema e do trabalho da PFDC, que é a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. A PFDC é um órgão do Ministério Público federal, trata da promoção e defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos, cidadãs brasileiros. Com relação a esse tema específico, eu queria dizer que a PFDC tem uma Comissão específica que trata desse tema dos direitos fundamentais das pessoas em situação de rua. Isso quer dizer que é uma prioridade para a PFDC o tema tratar desse tema, e eu queria dizer também que as ações desencadeadas com relação a esses direitos são ações de caráter nacional, não são ações de caráter local. Não é apenas um procurador isolado ou sozinho, que em determinada unidade, vai efetivar ou vai executar ações relativas a esses direitos. Então, o que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que essa atuação de caráter nacional implica a atuação de inúmeros colegas, como dizia o poeta, nós somos uma multidão de colegas que tratam desse tema. Então qualquer oposição a esse tipo de ação fora dos autos e que se configure de maneira ilegítima, eu já aviso que não vai ter efeito nenhum. Não vai ter qualquer efeito na ação a ser desenvolvida pelo Ministério Público Federal com relação a esses direitos. E não vai ter justamente por isso, porque é um trabalho amparado, apoiado pela PFDC, pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão em Brasília, o órgão máximo do sistema PFDC e é, obviamente, também do Ministério Público Federal. É importante deixar isso claro para mandar um recado a determinados setores, inclusive da própria sociedade. Esse trabalho também é um trabalho que é de caráter institucional. O que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que é um trabalho que é feito com outras instituições parceiras. É um trabalho de colaboração, um trabalho de parceria, porque ninguém detém o monopólio da promoção e defesa de direitos fundamentais. Então, como é que se traz isso? Como é que se traduz isso? Especialmente no Estado do Pará, na cidade de Belém, por meio desse processo, agora estruturante, promovido pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público Estadual, pela Defensoria Pública da União e pela Defensoria Pública do Estado, no caso, o Estado do Pará. Então esse trabalho, além de ser então nacional, ele é interinstitucional. Ele é construído por várias mãos ou a várias mãos. O que eu quero dizer é que não é um trabalho único do Ministério Público Federal. Eu quero despersonalizar essa questão, que quero demonstrar o quão importante é essa união de esforços, porque são todas as instituições que estão no mesmo barco, remando na mesma direção, que é no caso específico dessa audiência pública, hoje, a promoção e defesa dos direitos fundamentais da população em situação de rua. O Ministério Público Federal naquilo que diz respeito à PFDC, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, tem essa Comissão específica que trata desse tema, e essa Comissão desempenha várias ações no Brasil todo, com relação à promoção e defesa dos direitos desse grupo vulnerável. Um exemplo mais recente agora, além desse processo estruturante que todos vocês, todos vocês, vivem no estado do Pará, esse grande processo estruturante realizado por essas instituições: nós fizemos uma



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

representação agora ao Procurador-Geral da República de inconstitucionalidade da lei distrital que trata da internação involuntária de pessoas em situação de rua. Uma lei agora recente de julho passado e por nossa comissão, já representamos o Procurador-Geral da República para propor, se considerado adequado, a respectiva ação direta de inconstitucionalidade contra essa lei, proferir diretamente os direitos fundamentais das pessoas componentes desse grupo. Então, e assim por diante. Tem ações com relação à cidade de Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul, na divisa com a Bolívia. São várias ações no estado de São Paulo, por meio do doutor José Rubens Plates, que também é um colega muito atuante, então todas nesse sentido, de promover e defender os direitos fundamentais desse grupo. Então, eu quero destacar isso, é um trabalho de caráter nacional, não é um trabalho de um colega só, de uma pessoa sozinha. É um trabalho secundado, suportado pela PFDC, pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e, por consequência, pelo Ministério Público Federal, e é também um trabalho interinstitucional. Não é um trabalho que se faz sozinho, é um trabalho em que há necessidade dessa interlocução direta e dessa soma de esforços dessas várias entidades, várias instituições, que defendem e promovem direitos fundamentais, direitos humanos, no mesmo sentido. Um trabalho de cooperação, de colaboração, para que se possa ter algum resultado adequado, algum resultado efetivo, como faz exemplo esse processo estruturante promovido na própria cidade de Belém, em que já há decisão do Juízo federal respectivo e uma decisão bastante interessante sob alguns aspectos, para que se possa estudá-la, inclusive. A ação é bastante complexa e a decisão também, por sua vez, também é bastante complexa. Era isso que eu queria dizer. Eu quero parabenizar o Ministério Público Federal que organizou essa audiência pública, mas também destacar o papel central das instituições que hoje sentam à mesa para fazer essa audiência pública, porque, sem o papel dessas instituições isso não seria possível. Então destacar, mais uma vez, que não há monopólio na defesa e na promoção de direitos fundamentais, todas as instituições credenciadas a tanto têm competência técnica e compromisso institucional para assim proceder e, no caso específico desse processo estruturante, eu gostaria de parabenizar todas as instituições envolvidas e que, enfim, desde o início, assinaram a petição inicial e compõem esse processo. Era isso. Desejo a todos uma ótima audiência pública, e sei que bons frutos virão dessa audiência pública, que tudo aquilo que as instituições comprometidas tocam ou fazem produz bons frutos. Era isso, então, agradeço. Essa é uma função de escuta da PFDC, como bem disse o Sadi, no início, a audiência pública é para escutar as pessoas que sofrem as violações, diretamente, de seus direitos fundamentais, e essa é uma função clássica da PFDC como um órgão de escuta mesmo, de mediação entre a sociedade e o Estado brasileiro. Era isso. Agradeço mais uma vez, honrado pelo convite e por estar podendo abrir essa audiência pública. Muito obrigado e uma boa audiência pública a todas e todos.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Muito obrigado doutor Paulo Thadeu. A gente vai ligar de novo os climatizadores para a gente ter um conforto térmico no auditório e mais um aviso, a gente tem aqui ao lado uma sala com atividades lúdicas para crianças. Então, se alguém tiver com criança de colo, tiver criança por aqui, pode direcioná-la aqui do lado, que a gente tem atividades para elas fazerem, para a gente poder realmente focar nas falas, tá certo? Como disse o doutor Paulo Thadeu, a gente vai priorizar a escuta. Então eu vou passar a palavra para os colegas que compõem a mesa para fazer uma



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

breve apresentação de quem são, a instituição que está participando. Mas o foco mesmo é que a gente aproveite o tempo dessa tarde para ouvi-los, ouvi-las, nesse sentido, mais do que apresentar o nosso trabalho hoje, o nosso foco é entender o que pode ser aprimorado, o que a gente pode melhorar no que a gente está fazendo e priorizar a escuta de vocês. Hoje, o palco é de vocês, embora a gente esteja aqui nesse púlpito, as falas, o lugar de fala, os espaços que a gente tem hoje, prioritários são para vocês, pessoas que estão em situação de rua e que vieram nos prestigiar com sua presença e com a sua voz. Então vou passar aqui a fala para uma apresentação breve de cada colega, para que a gente possa iniciar.

Luciana Rassy (Defensora Pública do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Ações Estratégicas da Defensoria Pública do Estado do Pará NDDH/DPE-PA): Boa tarde, pessoal. Meu nome é Luciana, sou Defensora Pública do Estado, eu trabalho no Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado. A sede da Defensoria mesmo é a do Comércio, no Buraco da Palmeira, sabe? Mas o núcleo que eu trabalho fica mais perto da praça da República, fica na Assis Vasconcelos. A principal demanda lá que a gente atende é o pessoal sem documento ou porque perdeu o seu documento ou porque até sabe onde é que está, mas ainda não consegue, ou ainda para pegar o RG. Também situações de mudança de nome em decorrência de alteração de gênero (homem virou mulher, mulher virou homem), aí precisa mudar, adequar o seu documento de identidade e tirar a identidade também. Esse é o nosso principal foco para as pessoas em situação de rua. A Defensoria Pública só tem um motivo de existir, que é atender as pessoas, atender o público. Então, vocês são bem vindos na nossa casa, assim como estão bem vindos aqui e podem contar conosco. Vou passar a palavra adiante e depois a gente fala mais, tá bom?

Firmino Araújo Matos (Promotor de Justiça do Ministério Público do Pará MPPA): Boa tarde a todas e todos. Eu me chamo Firmino Araújo Matos. Sou promotor de justiça, portanto, sou membro do Ministério Público, no caso do Ministério Público do Estado do Pará. Agradeço o convite que foi formulado ao Ministério Público do Estado para estar nesta audiência. Agradeço a possibilidade de realizar esse trabalho em parceria com o Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado nos autos da ação que foi citada pelo Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, que tramita na Justiça Federal e que vem sendo muito bem conduzida pela doutora Maria Carolina Valente do Carmo. Então eu apenas tenho a agradecer a possibilidade de estar presente nesta audiência e, ao mesmo tempo, de parabenizar o trabalho brilhante que o doutor Sadi Machado vem realizando em relação a essa temática no Ministério Público Federal, na Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. Trabalho que marca, eu acho que é um marco. Muitos outros procuradores fizeram excelentes trabalhos na Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. Todos deram a sua contribuição e o doutor Sadi está dando agora uma nova grande contribuição e não é uma contribuição qualquer, porque é uma contribuição a uma causa que sempre esteve escondida. Uma causa que nunca foi adotada, nem pela sociedade em geral, pelos movimentos; hoje em dia, a gente vê aqui uma faixa pastoral do povo de rua, isso é novidade, é novidade. E também pelo poder político. Hoje, a gente já vê representantes da classe política se envolvendo com a temática. Então esta causa, que foi abraçada desta maneira tão importante pelo doutor Sadi e pelo Ministério Público Federal, e também por nós, do



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

Ministério Público do Estado, da Defensoria Pública da União e da Defensoria Pública do Estado. Eu penso que ela está em um outro momento e a gente só tem a ganhar quando um evento como esse, para dar voz a quem realmente passa pelas situações que estão sendo objeto de tratamento. Quando a gente tem a oportunidade de dar voz a essas pessoas, a vocês, a gente só tem a ganhar. Então agradeço mais uma vez, o convite do doutor Sadi.

Hugo Charchar (Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Pará PRPA/MPF): Boa tarde. Meu nome é Hugo Charchar, trabalho aqui no Ministério Público Federal, junto com o doutor Sadi. E primeiramente, gostaria de agradecer a presença de vocês, que vocês não estão aqui para ouvir muito mais para contar a experiência de vocês para serem ouvidos hoje, isso é muito importante para a nossa instituição e eu acredito que todas as instituições que estão aqui, que tem como uma das suas metas poder melhorar um pouco a vida das pessoas. Então é muito gratificante ver esse trabalho de vocês todos que nós, do Ministério Público, cumprimos vocês. E dizer que nós sempre estaremos atuando da melhor forma possível, nas suas possibilidades, para conseguir ir atrás dessas melhoras, que não é só é um direito de vocês, então agradeço a todas a presença.

Dyjane Chaves dos Santos Amaral (Presidente da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA): Boa tarde a todos. Aproveitar a oportunidade, doutor Sadi para me apresentar a todos: tem uma semana, hoje está fazendo uma semana que eu fui nomeada nova presidente da FUNPAPA. Já conheci alguns que estão aqui enquanto eu era da saúde, da SEGOV, eu já participava da prefeitura e estou à disposição de todos. Todos, já que disseram que a intersetorialidade que todo mundo, que é muito bom, essa audiência, que estão todos os órgãos unidos em prol da gente tentar minimizar a vulnerabilidade de vocês. E contem comigo para o que for necessário. Estou aqui à disposição de vocês para escutar vocês e a gente traçar uns planos e umas ações melhores para melhorar a vida de todo mundo, tá? Prazer.

Alex Potiguar (Procurador-Geral do Município de Belém - PGM): Boa tarde a todos. Eu me chamo Alex Potiguar. Eu sou o atual Procurador-Geral do Município de Belém. Eu começo agradecendo o convite que nos foi feito pelo doutor Sadi e por todos os membros do Ministério Público Federal. Eu me sinto, doutor Sadi, muito feliz e em casa, porque sabem da minha relação de infância já com essa instituição do Ministério Público Federal. Então, cada vez que retorno me sinto mais acolhido aqui dentro. E, portanto, quantas vezes me chamarem, doutor Hugo, estarei aqui presente. Será um prazer. E digo a todos vocês que a data de hoje é uma data muito importante. A audiência pública tem como principal objetivo escutar as pessoas que estão relacionadas com esse assunto. É a possibilidade que vocês têm de nos ajudar a construir uma política pública voltada para as pessoas que estão em situação de rua. É a possibilidade que vocês têm de as decisões que podem vir a ser tomadas e que vão afetar a vida de vocês não sejam tomadas de cima para baixo, de um grau de autoridade para as pessoas que estão em situação de rua, mas ouvindo vocês e compartilhando essas mesmas decisões pelo aquilo que vocês estão dizendo e nos trazendo de uma realidade que, às vezes, não é conhecida e não é chegado a nós como autoridades do município. Então estamos aqui para ouvi-los. Estamos aqui atentos a anotar, como vimos fazendo em todas as outras reuniões que participei



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

aqui no Ministério Público e poder após essa reunião, sempre trazer as informações e os resultados de tudo o que vem sendo dito, para que não seja apenas uma reunião a mais em que vocês foram falados e não se sentiram ouvidos. Então, para que, além do que vocês falem, eu espero que vocês também se sintam por nós ouvidos, porque assim estamos aqui para isso e esperamos dar um bom resultado para vocês. Então, muito obrigado pela data de hoje.

Célio Petrônio da Anunciação (Juiz de Direito do Tribunal de Justiça TJPA): Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar as pessoas em situação de rua aqui, que são os destinatários dessa audiência. Alguns bem conhecidos, sintam-se abraçados fraternalmente. Gostaria também de elogiar a iniciativa do Ministério Público Federal na pessoa do doutor Sadi, que possibilita dar voz àqueles que normalmente não conseguem expor as suas dificuldades, as suas barreiras e, muitas vezes, têm os seus direitos violados. Meu nome é Célio Petrônio da Anunciação, para aqueles que não me conhecem, eu sou Juiz de Direito do Tribunal de Justiça e representante do Comitê PopRuaJud, que é um comitê regional da qual fazem parte os órgãos de justiça e diversos outros órgãos, poderes que visa efetivamente articular uma rede em favor da promoção dos direitos das pessoas em situação de rua, então, normalmente, vocês às vezes se deparam com mutirões que acontecem frequentemente todo ano, envolvendo diversos órgãos. E isso tem à frente esse Comitê. Agradeço também a presença de cada um de vocês que aqui estão, porque a gente não poderia tratar dos direitos das pessoas em situação de rua sem ouvi-los, porque vocês são os diretamente afetados, não é? Então, isso é muito importante, a presença de todos. Então, aqui o meu obrigado.

Ricardo Ganzer (Diretor de Renda, Cidadania e Combate à Pobreza na Secretaria da Secretaria de Estado de Assistência Social SEASTER): Bom, boa tarde a todas e todos. Quero aqui rapidamente me apresentar e fazer minha auto descrição. Acho que é importante, às vezes no ambiente também tem pessoas com deficiência. É importante que todos possam nos conhecer. Eu me chamo Ricardo Ganzer, estou atualmente Diretor de renda, cidadania e combate à pobreza, na Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, a SEASTER. Eu sou uma pessoa de pele branca, cabelos loiros, tenho 1,90m. Uso uma camisa de cor marrom e uma calça marrom e uma sapatilha bege. Eu quero aqui, doutor Sadi lhe parabenizar pela importante iniciativa. Não é a primeira e também não será a última, mas é importantíssimo que todos vocês estejam presentes, acho que todo mundo já falou sobre isso. Quero aqui cumprimentar a toda a mesa, dizer da nossa satisfação, porque nós estamos vendo essa população crescer. O momento, ele requer muito, muito cuidado, muito carinho, com trato, porque o sistema, muitas vezes, causa esse tipo de situação. E nós precisamos aqui, enquanto instituições, dar conta da política pública para amparar as famílias, as pessoas que estão vivendo. E muitos que estão nessa situação não constam ainda no Cadastro Único, por exemplo, que é uma ferramenta importantíssima do governo federal, que é a porta de entrada para os programas sociais. Então isso é um cuidado que eu tenho certeza que a FUNPAPA tem tratado com carinho e tem buscado. Eu trouxe aqui, doutor, me permita só esse número? Porque me assustou. Da última vez que nós tínhamos dialogado, nós tínhamos três mil e setecentas (3.700) pessoas vivendo na condição de rua. Hoje, doutora Dyjane, nós temos quatro mil novecentos e vinte (4.920) pessoas vivendo nessa condição no Estado do Pará pelo Cadastro Único. O doutor Sadi já nos pautou porque



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

nós iniciamos? Não sei, doutor, pode se estender aqui um pouquinho? Porque nós fomos pautados sobre a possibilidade ou, até pela APDF, que nós tínhamos que fazer um censo da população em situação de rua. E eu preciso trazer esse informe. Em maio, dia 27 de maio deste ano, esteve conosco aqui no Pará o CIAMP Nacional. Eu inclusive entrei em contato com o doutor Firmino, não é, doutor Firmino? O senhor não pôde estar. E foram três dias de muito diálogo na escola de governança e no ato, no primeiro dia, no dia vinte e sete, ao término da nossa conversa, nós fomos para o lançamento. Está aqui até o Mário. Nós fomos para o lançamento do Cidadania PopRua. Aqui, na três de Maio e na ocasião, estava presente o IBGE Nacional, que fez ali o anúncio do censo da população em situação de rua e tem um site que eu posso divulgar daqui a pouco, que tem, inclusive os cronogramas e tudo. E por que nós acabamos parando a discussão junto à Universidade Federal sobre a possibilidade do censo? Porque identificamos que faltava equipamento que faltaria, inclusive orçamento para a gente fazer o censo, que não é simples. E a metodologia aplicada depende de muito conhecimento. Então eu quero dizer aqui que o IBGE está bem comprometido e, pelo que me consta, em 2028, farão os testes em 2027 e 2028. Então nós devemos ter o senso que vai ajudar muito na indicação das políticas públicas. Então, muito obrigado por vocês estarem aqui e contem conosco.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Pessoal, muito obrigado, mais uma vez a todas as instituições que estão presentes. Eu também queria registrar e agradecer a presença dos colegas Gilberto Naves e Rafael Martins, Procuradores da República aqui do Pará, que nos honram com a sua presença. Também registrar que nós temos representantes acompanhando essa audiência pública do Legislativo Municipal, a vereadora Marinor Brito e a vereadora Vivi Reis que nos honram com a sua presença; participamos de uma audiência pública na câmara dos vereadores, organizada por elas nesse ano. Também da OAB Pará, da Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos, o CESUPA, Consultório na Rua, Manas da Periferia, do SintSUAS, da Casa de Vó Benedita. Temos também representantes, temos educadores sociais presentes aqui, temos representantes de outras instituições e ao longo da audiência, eu vou nominando. Dizer para vocês, antes da gente iniciar, que trabalhar com essa pauta, de fato, é algo bastante desafiador, exige bastante resiliência, paciência, coordenação entre as instituições, mas que nós temos avançado graças exatamente a essa coordenação institucional entre várias instituições, várias organizações sociais, movimentos sociais que têm se mobilizado nesse sentido. Essa não é a luta de uma pessoa só, é uma luta de um coletivo de pessoas, de instituições, de grupos que não vão desistir dessa luta em nenhuma circunstância. Ninguém vai calar a defesa dos direitos da população em situação de rua, porque somos muitos, somos muitas. Somos uma multidão de pessoas e instituições que estão trabalhando nessa causa, e gostaria de, com isso, dizer para vocês do nosso comprometimento institucional. Dizer que esse auditório é a casa da sociedade. Esse espaço é da sociedade e que nós estamos sempre à disposição para oportunizar oportunidades, oportunizar novas ocasiões, novas audiências, novas reuniões como essas. Então sintam-se à vontade. Nós teremos água, café à vontade para quem quiser. Também vamos servir um lanche logo mais. Mas agora vamos ao que importa. Nós vamos ouvir as pessoas mais importantes dessa audiência que são vocês. Então eu gostaria agora que vocês... parece que já tem uma organização, uma lista que vai ser passada para a gente a fala está com vocês. Eu vou pedir que cada um utilize o tempo de três a cinco minutos para



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

que a gente possa ouvir o maior número de pessoas. Pode ser? Já temos a definição de quem vai começar. Quem for falar, vai falar no microfone aqui na frente. Aí fica mais fácil da gente ouvir, identificar e gravar também, porque a gente está registrando tudo isso. Essa é uma audiência pública histórica, e a gente gostaria muito de ouvi-los e ouvi-las e registrar essas falas. Então, levanta a mão quem for falar que a gente vai fazer a lista. Muito bem. Ai eu quero que vocês falem o nome, se possível, falem bem alto, exatamente por conta da refrigeração aqui, da climatização do ar. Pode ligar, mas podem ficar sentados. A gente vai organizar por ordem aqui. A gente vai passar a lista. Obrigado.

Pessoa não identificada: Primeiro lugar, boa tarde. É o seguinte, todo mundo olha. Eu vou ser o prefeito de Belém, viu? É pelo pessoal de rua. Olha, eu já trabalhei numa escola lá no Rio de Janeiro, aquela escola lá é que mataram um bocado de criança, lá. Você sabe que que houve? Um membro da escola. Ele matou doze crianças lá no Rio de Janeiro. E aí ele morreu na hora. Os seguranças pegaram ele, botaram a algema dele, mataram ele na hora. E a outra coisa que eu vou falar, lá em São Paulo, eu trabalhei em outra escola lá. Foi a escola de criança especial, viu? Criança especial. E eu trabalhei. Sabe aonde? Na Caixa Econômica, no Correio. E aqui é no IFPA do daqui da, daqui, é do, é de perto da Curuzu. Viu? Eu tenho conhecimento de tudo aqui no Pará e lá no Rio de Janeiro e em São Paulo. Está reunido, São Paulo e Rio, tudo dois, viu? Obrigado, eu agradeço.

Sergio Maciel: Boa tarde, pessoal. Eu queria cumprimentar aqui os senhores da autoridade aqui presentes, agradecer aí pela tomada dos seus tempos e vim ouvir a gente. Me chamo Sérgio Maciel, também passo pela rua. Passei pela rua junto com o pessoal aqui. Morei doze anos no Ver-o-Peso. Mas antes disso, eu tive uma história, gente. Eu fui metalúrgico. Trabalhei em grandes empresas e com a recessão, eu acabei ficando desempregado e parando na rua. Mas para sair daí, eu vi algumas dificuldades com as barreiras. Hoje, eu trazia aqui gente, não só a minha demanda, mas o que a gente vê aí o que acontece. Por exemplo, a grande maioria aqui é uma força de trabalho que ninguém aproveita. Os órgãos hoje não estão preocupados verdadeiramente em requalificar e reaproveitar essa mão de obra que está aí hoje. As pessoas passam na rua e viram a cara para nós, varre a gente para debaixo do tapete e esconde, só passa para isso. A força policial, as autoridades nos espancam agora mesmo, gente, na COP30, alguns sabem disso. As pessoas que vivem ali pelo entorno da Presidente Vargas, próximo ali ao Correio, devido àquela polêmica lá com o Correio. A gente, várias vezes, fomos expulsos de lá pela polícia, dizendo que se a gente continuasse ali, a gente, depois ia voltar, voltar encapuzado e fazer coisas piores com a gente. Eu estou mentindo aqui, pessoal? Isso não aconteceu? Isso na Presidente Vargas aconteceu. A força policial sendo usada para varrer essa população, porque ninguém quer ver a gente. Ninguém quer ver um neguinho pedindo na calçada. Ninguém quer ver um neguinho pedindo para um gringo. Por quê? Porque eu não tenho emprego. Eu sou soldador especializado, sou técnico em metalurgia e não tenho emprego, gente. Assim como eu, tenho vários amigos meus que tem profissão aí. Não existe um órgão que eu ofereça uma oportunidade a um morador de rua. Quem vai me dar um emprego? Quando me dá, é um emprego para varrer merda, para varrer lixo. Quando me dá um emprego. Eu tenho carteira de motorista, mas nenhuma empresa me oferece um emprego de motorista. Por que não oferece? Porque eu venho da rua, cara. Quem é o louco que vai dar um carro na mão de um cara que mora na rua. De verdade, ninguém dá uma oportunidade,



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

ninguém estende a mão para a gente de verdade. O que eu quero, assim como meus amigos querem aqui não só um lugar para dormir, que eu tenho que passar o dia todo no sol quente para guardar a próxima noite para mim dormir. Mas eu quero um lugar onde eu possa dormir e aquele lugar me oferece um lugar para me qualificar, um curso qualificatório. Não que seja só para me varrer rua ou catar reciclável, gente. Será que todo mundo aqui só sabe catar lata? É mesmo, é? Será que todo mundo aqui só sabe catar lixo. É verdade, gente? Ninguém sabe fazer mais nada aí, além disso? Claro que sim, gente! A gente quer de verdade uma oportunidade, uma casa, um lugar para morar. Eu, como homem, quero poder ganhar um salário que eu possa manter minha família com dignidade. Entendeu, gente? É isso que eu quero. Eu quero que vocês, governantes, administradores, pessoas que têm poder para decidir, me dêem de verdade uma oportunidade, tá bom, gente? Não só para mim, mas para essa nação que está aí na rua. É isso que eu tenho para falar. Obrigado.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Muito obrigado. Pessoal, eu vou pedir o seguinte, a Manu tá de rosa ali em pé. Ela vai colher os nomes. Então eu gostaria que vocês esperassem sentados e sentadas, até porque a gente está com as câmeras gravando para a gente não poder atrapalhar a fala de ninguém, tá? Então fiquem sentados a Manu tá colhendo os nomes e a gente vai seguir essa ordem. Tá bem? Vamos tentar, durante as falas, a gente prestar atenção no que está sendo dito, ouvir e não fazer barulho para a gente poder, de fato, aproveitar as falas de todo mundo. Eu quero registrar aqui a presença do Movimento Nacional de Luta e Defesa da População de Rua, representada aqui pelo Reginaldo Castro, que também está fazendo presença na nossa audiência. A próxima pessoa inscrita aqui, né?

Daniel dos Santos Ferreira: Uma boa tarde a todos, né? Queria reforçar a fala do meu amigo ali, agradecer a vocês, escutar a nossa situação. Não é uma situação fácil para quem vive na rua. Realmente, muitos aqui têm profissão, mas as portas não se abrem pelo fato da gente morar na rua. A sociedade criou uma visão da gente marginalizada. E não é assim. Muitos aqui são pais de família, muitos aqui esperam por uma oportunidade, são qualificados para o mercado de trabalho, mas muitas das vezes, a gente chega na porta das empresas, pedindo uma oportunidade com currículo e coisa e tal. E pelo fato de sabermos que somos moradores de rua, eles nem olham nem escutam, simplesmente rejeitam e dizem que não tem a oportunidade. Também eu queria pedir também que olhassem mais pelo lado do estudo, que muitas pessoas que se encontram em situação de rua sem documentação, querem terminar os seus estudos, querem fazer uma faculdade, um curso profissionalizante para seguir, para ingressar numa carreira de trabalho e poder sustentar a sua família. E muitos não têm essa oportunidade. E gostaria de pedir a vocês, que lutam pelos nossos direitos, que procurem melhorias pelos nossos direitos. Que vocês olhassem mais por esse lado também. Agradecer o Centro Pop, toda a direção, todos os funcionários, o Centro Pop Rua que dá esse apoio para a gente. O nosso grupo que veio aqui são pessoas maravilhosas que dão auxílio para a gente. Dão a documentação, dão encaminhamento, dão atenção, escutam, psicólogo e outros demais. Agradecer a todos que vieram aqui por esse olhar especial que a gente não é fácil. E era isso, gente pedir, mais oportunidade de estudo, porque o estudo é muito importante para quem vive na rua. Muita gente não tem acesso, não teve acesso quando era jovem, não teve a oportunidade por conta de trabalhar, arrumou a família cedo e



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

não tem acesso ao estudo. Então, se tivessem mais órgãos que dessem informações sobre os nossos direitos, sobre o estudo, para que a gente pudesse ingressar, fazer um curso profissionalizante e ingressar na carreira de trabalho e seguir a nossa vida longe da rua. Mas a rua também é um aprendizado para a gente, porque a gente consegue entender que a sociedade olha com um olhar crítico, mas eles não conseguem entender a nossa vivência porque eles não vivem isso. Só quem está lá é quem sabe. Queria agradecer a todos, muito obrigado, viu?

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Muito obrigado, Daniel.

José Roberto da Silva: Boa tarde, gente. Boa tarde a todos. Eu venho aqui mais para deixar um pouco da nossa história de morador de rua, muitos que moram na rua vieram com problemas familiares, vieram de outros estados de outros lugares, chegaram na rua. Chegando na rua a gente encontra com muitos problemas, quais os nossos problemas que nós encontra na rua? Primeiramente, falta de um teto, falta de um trabalho, a fome. Chega num ponto que a gente se perde, a mexer coisas alheia. Nesse ponto, a gente somos cobrados porque a gente acaba indo preso e vai gerando vários problemas que nós fica mal vistos, né? Na sociedade. E eu vim para a rua com oito anos de idade, com medo de apanhar do meu pai; eu preferia ter pegado essa pisa dele lá. Mas com medo cair nessa brecha. Tenho quarenta e três anos, nesses quarenta e três anos que eu vivi na rua. Eu sofri muito, sofri de que forma? Apanhei de polícia, foi para coisas de menores, apanhei lá dentro. E tudo isso eu fui me amadurecer, sofrendo. E no mesmo tempo, isso me fadigava. Por que me fadigava? Eu procurava um emprego, procurava ter um documento, procurava mesmo uma senhora, alguém assim, que me acolhesse para dizer, vamos para a minha casa, vamos... Vou te dar uma oportunidade, eu vou te... isso não acontecia. Durante todos esses anos que eu vivi na rua, hoje, eu falo para os meus amigos, vou usar a gira da malandragem, tá uma uva. Por quê? Quando eu cheguei, a gente não tinha nada, ninguém dava nada para ninguém. Primeiramente, eu quero agradecer a vocês que lutam pelo nosso direito e todos os órgãos que hoje em dia, seis horas da manhã, nós estamos lá na porta, nós tomamos café, nós almoça, nós toma um banho. E tem gente que ali se preocupa com a nossa doença, se preocupa ali com o nosso vestimento, essas pessoas dali que são da casa rua, Centro Pop, outros órgãos, eles olham todo dia ali para nós, como um pai e uma mãe. Porque todo dia nós estamos ali, todo dia se eu for com essa roupa, um dia vem um e me surpreende, olha, eu trouxe uma roupa para ti. Por causa de quê? Estão convivendo com nós, estão vendo o nosso problema. Eu conheci uma senhora, a tia Nara, eu não sabia que eu tinha direito desses direitos. Eu não sabia que eu podia reivindicar alguma coisa sobre a minha vida. Porque a rua, além de eu ser leigo, não ter estudo, a rua propôs para nós, sabe o quê? É, "gradeação". Propôs para nós, nós está, nós mesmos, degredindo as nossas imagens um para o outro. Porque, a gente não tem estudo, a gente não tem trabalho, mas, como um amigo falou ali, ó, nós, se depara com a situação, hoje em dia eu sei sentar um tijolo, hoje em dia eu sei bater uma massa, porque a dificuldade, as coisas, bateram na minha porta, e eu fui atrás, corri atrás, ajudei, foi ajudante de um pedreiro, aí ali, ó, um ajudante de pedreiro, para ele chegar no, no nível de, sentar um, um tijolo, porque eu tenho alguma capacidade, mas, a, a sociedade, olha para mim, diz que eu não tenho. Aí, ninguém quer ficar na rua, jogado num papelão, ninguém, quer ficar, passo na janela de uma casa, vejo uma linda televisão, uma linda família ali, todo mundo procura, quer o seu melhor, mas não teve essa



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

oportunidade, assim como muitos aqui, não teve. Uma oportunidade, assim, de trabalhar, de poder adquirir, de ter um teto. Para quem não sabe, hoje em dia, o Bolsa Família, que é o CRAs, ele ajudou muito, moradores de rua, porque a população de moradores de rua, era maior. Hoje em dia, eu conto com os amigos, que podem, eles falam para mim: cara, eu recebo o meu dinheiro ali, eu pago o meu aluguel. 300, sobra 300, dá para comprar ali, uma comida, isso, aquilo. Tu não vê mais o cara, naquela situação que era, tu já vê o cara, com outro pensamento, já vê o cara, já adquiriu uma geladeira, já adquiriu uma televisão. Aí já gera, o outro cara aqui, que está aqui fora, uma ambição também, porra, porque se ele conseguiu, porque eu não vou conseguir, entendeu? Mas para isso, tem uma burocracia, está entendendo? A burocracia, qual é? A documentação, está entendendo? A orientação de chegar lá, como é, como deixa de ser, está entendendo? Porque, viver na rua, ela é arriscada, muitos viram, aquele filme, que tinha "Ó Pai ó", só aquele menino, está todo dia ali, na porta daquele, daquele estabelecimento, gerou o quê? Incomodação, acabaram matando, aquelas duas pessoas. Assim a nossa rotina, ali vive milícia, vive polícia, vive gente que, não quer, a nossa presença ali, porque, é um globo ali, é, comércio, gira, espanta, diz que isso, aquilo, está entendendo? Toda noite, nós somos abençoados de nós acordar, vivos, porque nós somos expostos. Muitos de nós, nós temos, vício, nós temos, a desatenção, de estar mexendo, coisa dos outros, e isso, esparrama, nas pessoas, que, não mexe nada de ninguém. Tem gente na rua ali, que vive ali, não, não mexe nada de ninguém, vive ali, de vender um bombom, reparar um carro, é, fazer um carreto. Muitos vivem ali, tem, sem, sem malícia, vivem ali, porque, é necessidade mesmo. Mas muitos estão ali porque são prisioneiros, também, pela droga, pelo vício, pelas, coisas erradas, e, era isso. E outra coisa que eu queria deixar, outra coisa que eu queria deixar. Está chegando a eleição, muitos de nós, a gente não tem título, porque, é estimulado aquele tempo, né, e, se nós não adquirirmos o título, se nós não votar, nós somos arriscados cortarem o nosso benefício, porque nós não votamos. Muitos de nós, nunca votemos, eu não sei se eu estou errado, sabe como é que, conversas passam para nós, muitos de nós não tem o título, muitos de nós, nunca nem votemos, eu sou um que eu nunca votei, né, era isso aí, agradeço pela oportunidade. José Roberto da Silva.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Muito obrigado, José Roberto.

Jorge Brandão: Boa tarde, de tudo que os irmãos falaram aqui, o que eu vou citar, o Centro Pop Icoaraci. Eu sou do Centro Pop Icoaraci, e lá entra 30 pessoas, 8 horas da manhã, com um banheiro precário, um banheiro para 30 pessoas, entendeu? Dois vasos, precário, precário. A gente sai de lá, 5 horas da tarde, tem que dormir na rua de novo, porque não tem um, uma casa rua para o cara passar a noite, e sobre alimentação também, alimentação chega 2 horas da tarde, para a gente comer 2 horas da tarde. E outra coisa, eu trabalho com artesanato na rua, não tenho espaço para vender meu artesanato, porque onde eu chego, me barram. Se eu chego no ver-o-peso, me barram, se eu chego na Estação das Doca, me barram. Então, eu queria, essas políticas públicas, que dessem uma chance para a gente, por causa de rua, tem muito, como o pessoal falaram aí, tem muito artista de rua. E sobre.. eu vim mais para falar sobre o nosso espaço, lá em Icoaraci, que está precário, gente, chove, chove, tudo, molha tudo, molha gente, molha tudo. Chegaram de uma rede, para a gente dormir lá, a gente dorme, mas molha tudo, tudo é precário naquele centro. Então, eu queria que a senhora, diretora da FUNPAPA, um



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

olhar pelo Centro Pop Icoaraci. Fossem mandar umas pessoas lá, para perigar, como é que está a situação do centro, muito obrigado, e até.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Muito obrigado, Jorge. Eu só queria destacar, pessoal, que a gente fez inspeções nos Centros Pop, e nos abrigos. Há um mês atrás, a gente foi, fez as inspeções, isso tudo foi documentado, fotografado, e a gente levou, esse relatório de inspeção, para o processo judicial, também apresentamos aqui, para o Procurador-Geral do Município, para a FUNPAPA. Então, eles já estão cientes desses problemas estruturais, que a gente tem cobrado melhorias, está certo?

Benedito Trindade de Souza: Boa tarde a todos e a todas, está bem? E também a mesa desta Assembleia, para quem não me conhece, também muitos me conhecem aqui. Hoje me encontro, hoje no estado de rua, formei várias associações, no centro de Belém, fui presidente, do Sindicato do Mercado Informal de Belém, e acompanhei, 40 anos nesse centro, e acompanho, até hoje, a falta, de competência da sociedade, através dos moradores de rua, hoje eu me encontro, junto com eles, sentindo, a dor que eles sentem, a sociedade não respeita. Hoje nós estamos aprendendo, a respeitar a sociedade, né? Também fui um grande pastor, hoje me encontro nesta situação. Um dia você pode estar lá no poder, e outro dia você pode estar aqui, como nós. Ninguém julga ninguém, ninguém aponta ninguém, mas eu sei a dificuldade, que esse povo tem, o desrespeito... Hoje nós temos, aqui em Belém, chegou, o Espaço Acolher, né? Hoje nós temos a casa rua, né? A qual tem nos acolhido. Mas há muita coisa que está faltando, através do governante, que prometeram, e não estão cumprindo o que prometeram. O Espaço Acolher, precisa de psicólogo, o espaço acolher, precisa de "conselhamento", o Espaço Acolher, precisa, de uns cursos, profissionalizante, porque, tem pessoas, no nosso meio, que já tem um pouco de estudo. Mas, tem pessoas, que são, analfabetas, entendeu? Só acho que vocês entenderam. E também, no nosso meio, tem pessoas loucas. Pessoas, que precisa de um psiquiatra, precisa de um psicólogo, para cuidar da sua saúde mental. Eu não sou funcionário da prefeitura, e nunca fui. Mas já me pediram ajuda, ali dentro, para não acontecer, uma morte. Já me pediram, eu estou dormindo, me acordam para amenizar algumas coisas, entendeu? Outra coisa, foi bonita a inauguração do Espaço, foi maravilhoso, teve merenda, comida, a fatura. Mas, hoje não tem nada, diminuiu a comida, que só um cão, nem um cão come, entendeu? Tinha merenda, tinha café especial, né? E prometeu, o prefeito prometeu, que caberia 300 pessoas. Porque eu estou desde a fundação, na inauguração. No dia da primeira inauguração, 60 pessoas, entraram, começou a diminuir. Hoje, só tem 50 pessoas, é numerada, quem manda aqui somos nós. Se essa casa é federal, é do ministério federal, é do governo federal, se ele lançou isso, para os moradores de rua. A casa é nossa. Nós também temos que zelar por ela. Mas muitos também, entre nós, não zelam pela casa. Eu tenho visto, eu também defendo, uma parte, mas pela outra não. Banheiro sujo, quebrado, durante eu estar ali, nunca levei uma toalha, nunca rasguei uma lona, mas vejo coisas erradas, ali também. E a gente não aceita, nós que queremos, aquele Espaço, a gente não aceita, entenderam? Outra coisa, nós queremos isso. Vocês doutores, juízes, juízas, advogados, prefeito, o nosso governador, olhe para esse povo. Porque é lindo, maravilhoso. A maioria, como o irmão falou, não tem título, eu levei para mais de 30 para tirar o título, eu tenho conhecimento com pessoas, mas cada um deles tem título. Chega a próxima eleição, faz uma coisa, aquele, "te quieta, cala a boca", não é? Passa a mão na cabeça. Passou a política, piora. Então,



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

estas pessoas que estão aqui eles não querem viver todo o tempo na rua, eles querem uma capacitação, eles querem estudar. Tem pessoas profissionais aqui no nosso meio, que eu conheço, estou vendo, estou participando, estou visualizando, estou vendo, eu estou escutando. Quero, doutores, que vocês nos ajudem, e vocês também, vão compartilhar isso conosco e ajudar vocês também. Então, passar agora, para a Casa Rua. O funcionário não tem culpa, está lá na Aristide Lobo. Banheiros, cheios de fezes, parede, cheia de coisa errada. Não tem nada. Só tem aquele almoço precário, precário. Que você come, é um lanche, daqui a pouco, com 20 minutos, já está com fome. Não tem nada. O que nos ajuda ali, é, esse que faz o trabalho na rua, está aqui o doutor Célio, que nunca disse um não ajudando as pessoas. Que eu não puxo o saco de ninguém, eu vejo a pessoa que está fazendo certo, eu estou visualizando, eu estou vendo, eu estou escutando, mas eu estou vendo que esse homem trabalha sério, e todo mundo gosta dele lá. Quem gosta dê uma salva de palmas, para ele. Então, queridos, tem que modificar ali. Veio verba, nós sabemos que veio verba, tem os apartamentos lá em cima, todos fechados, eu já subi lá, já vi, para fazer. Eu fui em Salvador, durante dois anos atrás, eu consultei os albergues, sabe quantos albergues tem em Salvador? 200. Aqui nenhum, nenhum. Eu quero que isso seja pautado, eu quero que isso seja apresentado ao governador e ao prefeito, eu agradeço as minhas palavras aqui, e que Deus abençoe a todos.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Muito obrigado, Benedito. Agora a gente vai ouvir o Erivan Serra. Antes disso, eu queria saudar aqui a presença nessa audiência, também, do colega, Patrick Menezes Colares, Procurador da República, que se fez presente aqui conosco e tem feito um trabalho muito importante na defesa do direito à saúde aqui em Belém. Agora então, vamos ouvir o Erivan Serra. Pessoal, eu só vou pedir, para a gente observar, o tempo de fala, porque a gente tem uma lista bem extensa, e eu quero ouvir todas e todos. Então, vamos observar o limite, está bem, Erivan? Muito obrigado.

Erivan Serra: Boa tarde a todos os magistrados, boa tarde ao povo aqui, meus amigos, colegas, inclusive o Sérgio já falou aqui. O Sérgio eu conheço muito bem, acho que mais de 20 anos, o primeiro que falou aqui. Eu gosto muito de três termos jurídicos: justiça, equidade e isonomia. São três palavras que eu gosto muito, mas eu não vou falar, porque o meu tempo é curto. Quanto à questão da equidade, eu queria saber, é porque justiça é dar aquilo, que a pessoa merece, é dar aquilo, o que é devido, e é justo aquela pessoa que está recebendo. Artigo 5º da Constituição, liberdade de expressão, direito de ir e vir... coisas que são constitucionais, o cidadão merece, claro, tem os direitos, claro que tem os deveres também, como o Benedito falou, na questão estrutural. Acho que o que está faltando é a questão estrutural, porque, eu vou dar um exemplo, tem um varão lá chamado Aldir, ele é cadeirante, ele não tem a perna esquerda. Será que não seria necessário um CAMAR? Ou, acho que é o nome, é outra sigla agora, eu não sei o nome da sigla, porque eu estou dois meses em condição de rua. É um CAMAR para que ele fique ali e tenha alguém preparado, porque a pessoa que está no Espaço Acolher é o próprio que está atendido lá, que tem que cuidar dele, não o monitor que está lá. Isso aí eu acho meio esquisito. Quer dizer, o cuidador é o próprio que usa o espaço lá. Mas, na questão da equidade, eu queria fazer uma pergunta para os senhores, que vocês, se possível, declarassem em números, o que é que tem de orçamento, para fortalecer a rede? Porque, para o cara trabalhar, ser



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

reinserido na sociedade, ele precisa ter saúde. Duas consultas no CAPSAD, é muito pouco por dia, tem que ter fortalecimento da rede. Questão estrutural: o Espaço Acolher só tem 60 no limite. Já teve 62 lá. A Casa Rua tem três andares, o térreo e mais dois. Então, quer dizer, será que não poderia reformar a Casa Rua para ter uma estrutura melhor e mais espaço, para ser um CAMAR? Para justamente atender essas pessoas que querem ser reinseridas na sociedade com emprego, curso de capacitação. O deficiente, que é o seu Aldir, que está lá. Pessoas preparadas que queiram receber, principalmente uma pessoa que vem de outro estado, não sei. Eu acho que está faltando, é fortalecimento da rede. Mas eu queria os números. Se tem recurso necessário em dinheiro para resolver esse caso? Agora, a última fala é o seguinte, a questão do Minha Casa Minha Vida. Para mim, três por cento (3%) é muito pouco, se 5% (cinco por cento) do emprego em qualquer rede de supermercado ou rede comercial é para deficiente. 3% (três por cento) para a população de rua, é muito pouco para ter uma casa própria. Até aqui foi a minha palavra.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Erivan, muito obrigado. O doutor Alex Potiguar vai aproveitar o espaço para responder a essa pergunta do Erivan.

Alex Potiguar (PGM Belém): Erivan, né? Erivan, eu vou ser mais breve. Eu não tenho, obviamente, aqui, como explicar todos, mas eu vou te dar a principal resposta, que eu acho que é o que todo mundo gostaria de ouvir. Antes da gente vir para cá, nós tivemos uma reunião junto ao Ministério Público, ainda em julho, início de julho, e vários pontos foram levantados. E de lá para cá, nós viemos trabalhando esses pontos. Um deles, com a entrada da nova secretária, ela levou ao prefeito. E eu já posso, inclusive, anunciar formalmente a todos vocês, em meu nome, em nome da secretária, que o espaço Casa Rua, sim, será todo reformado, ele terá a sua utilização revista para que possa ser utilizado o máximo do espaço possível, não só o térreo, como o primeiro e o segundo andar. E assim colocados diversos outros serviços que serão repensados pela FUNPAPA, e analisados e colocados ali para que seja prestado serviço, inclusive, para o Espaço Acolher que fica ali próximo, para evitar que as pessoas fiquem esperando ao sol, esperando ali na rua, e tenham até um local para vocês possam utilizar o banheiro do espaço. Então, ele passará por uma reforma, será tudo revitalizado e repensado. Então, de certa forma, vai exatamente atingir o que foi pedido pelo colega.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Eu também queria aproveitar. Pessoal, só um momento. Vamos respeitar a fala de todas as pessoas. Eu queria dizer para vocês o seguinte. Essa é a fala. Mônica, deixa só. Pessoal, vamos nos acalmar. Pessoal, eu gostaria de fazer uma fala aqui com vocês também nessa pergunta muito bem colocada pelo Erivan sobre orçamento. Essa fala do doutor Alex Potiguar é muito importante em nome do município, mas eu quero assegurar a vocês que estão aqui também nessa mesa, Ministério Público do Estado, Ministério Público Federal e Defensoria, para a gente fiscalizar que esse compromisso assumido aqui, de fato, aconteça. Então, é muito bom a gente estar saudando essa iniciativa, mas eu queria complementar a resposta do doutor Alex. No dia 3 de agosto, aqui no início do mês, a Justiça Federal, a doutora Maria Carolina Valente, que conduz esse processo, ela deu uma ordem mandando o Governo Federal e o Governo Estadual aumentarem o orçamento dirigido ao município de Belém, especificamente voltado à população em situação de rua. Esse foi um pedido que



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

foi feito nessa ação civil pública e a juíza acatou. Então, com essa ordem judicial, a gente garantiu que aumente o valor que o governo federal passa de orçamento para o município e também o valor que o Estado do Pará tem que passar para o município de Belém. Então, nós temos agora, garantido por decisão judicial, o aumento, o incremento do dinheiro, do orçamento que vai ser voltado e deve ser aplicado nas políticas para a população em situação de rua. Então, nós estamos fiscalizando nessa ação judicial que isso, de fato, seja cumprido. E, se não for cumprido, a gente tem a imposição de multas, enfim, uma série de consequências. Então, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os órgãos de fiscalização, a Câmara dos Vereadores, todo mundo vigilante para que essas decisões sejam cumpridas. A gente tem boas notícias no sentido de que agora vai ter mais recurso para aplicação nessas políticas públicas e a gente vai continuar fiscalizando. Erivan, eu queria parabenizar você pela pergunta e dizer o quanto nos alegra ver representantes da população em situação de rua postulando seus direitos, cobrando medidas do poder público, porque é isso mesmo, é assim que a gente avança. Muito obrigado, Erivan, pela sua fala. Agora, a gente vai chamar a Michele Marques, que vai falar.

Michele Marques: Boa tarde, gente. Sou a Michele. Eu queria falar em nome do povo LGBT em situação de rua, que ser morador de rua já é difícil, já recebe discriminação. Imagina ser uma pessoa trans, um gay, uma lésbica em situação de rua, entendeu? Que na própria fila onde a gente marca vaga ou alguma coisa, a gente recebe discriminação, escuta "buchichos", entendeu? Então, eu queria que tivesse um espaço para o povo LGBT em situação de rua, porque, querendo ou não, a gente é muito discriminada pela população. E é difícil passar por isso frequentemente, todo dia, toda hora, em todo momento, aquelas piadinhas. Entendeu? E é isso que eu queria falar sobre isso.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Michele, muito obrigado. Pessoal, eu queria aproveitar a fala da Michele para dizer o seguinte: eu também sou uma pessoa LGBT. Eu também sofro discriminação, mas eu queria pedir, junto com a Michele, para a gente diminuir o preconceito, diminuir a discriminação. Porque não tem nenhum sentido discriminar uma pessoa por ela ser uma pessoa lésbica, por ela ser gay, por ela ser trans ou travesti. Muitas vezes são essas pessoas que mais se esforçam pelo bem coletivo. Então, vamos diminuir a discriminação, vamos respeitar as pessoas, independente da orientação sexual, do gênero, vamos respeitar as mulheres trans, travestis, lésbicas, gays. Todas as pessoas merecem respeito e não tem nenhum sentido que a população em situação de rua discrimine as pessoas LGBTs em situação de rua. Quanto mais fortalecida estiver a população em situação de rua, sem discriminação, sem preconceito, maior vai ser a possibilidade de a gente conseguir avançar em direitos. Está certo? Muito obrigado, Michele, pela sua fala. Agora a gente vai ouvir o Ageu Rodrigues.

Ageu Rodrigues: Boa tarde, gente. Teve já um... Quero agradecer aqui os jurados. Já teve uns que passou aqui agora há pouco, né? Que falou algo... Só o importante, né? Eu estava ali sentado ali e o rapaz lá falou esse... Poxa, como é que em Salvador tem 200 albergues aqui dentro de Belém e não tem nenhum? Nós temos todo dia que se servir do Centro Pop. Então, assim, o número de gente é muito grande. Às vezes a comida não vem ao total e fica uns que tem que ficar na repescagem, aquela coisa esperando. Às vezes dá para todo mundo, né? E às vezes vem irmãozinho que fica com fome.



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

Então, a gente olhando isso aí, a gente não veio cobrar. A gente veio porque eu acho que é um direito nosso, né? De vir falar algo que nos pertence. E outra: discriminação, todo mundo é discriminado. Eu já vi gente falando de advogado, de juiz, de doutor. Mas sabe o que é isso aí? É porque quando a gente alcança o sucesso, aquela pessoa que não tem a capacidade, ele não consegue e ele fica com raiva. Sabia disso? Fica, sabe por quê? Aqui tem muitos que são eletricitista, arquiteto. Eu conheci amigo meu na rua, arquiteto. Eu sou enfermeiro, agente de saúde, enfermagem e domiciliar. Eu sou formado. Eu estou estudando um curso de tecnologia, natureza nacional, né? Que é o caso de bioquímica, que é o descobrimento de doenças. O que mais aparece no mundo é doenças e doenças. Então, é assim, gente. Eu acho que cada um aqui tem o direito. Eu estou também com eles. Nós estamos na mesma caminhada. Eu não sou mais do que nenhum deles e nem eles é mais do que eu. Mas nós estamos em todos os níveis. Tipo, nós estamos cobrando o que é nosso, né, gente? Nós não estamos cobrando nada que não seja nosso. Principalmente o Minha Casa Minha Vida é um assunto que eu venho martelando já há muitos anos. Nós já botemos o nosso nome, nós já concluímos o CPF. Então, eu acho que a gente é discriminado é porque nós vivemos na rua. Nós dormimos na rua. Agora, esses dois dias eu estava deitado, a mulher passou o carro por cima de mim e disse Eita, Maria, você vai passar por cima de mim? O que é isso? Mas eu já sou acostumado. Eu já, de todo dia, eu dou de cara com a discriminação. É uma das maiores que eu enfrento, né? Então, assim, todos nós sofrem discriminação, né? Aqui tem morador de rua, amigo meu, irmãozinho, que não pode passar num lugar que a pessoa já vira aqui e já criando nojo. Né? Não sabe por que a situação da pessoa está sem banhar há três, quatro dias. Às vezes você bate numa porta, pede uma água e a pessoa não quer lhe dar. Às vezes você bate para pedir um prato de comida. Então, assim, eu acho que isso devia acabar, né, pessoal? Quem concorda com isso? Nós merecemos o melhor da reivindicação do direito do morador de rua. Porque está na hora de nós acessar a nossa vitória. Tipo, nós estamos em busca da melhoria, principalmente, como o irmãozinho ali falou, sobre o Minha Casa Minha Vida e o outro falou sobre o albergue. Agora, já o albergue, quem tem que ver isso é o governo, né, se ele lembrar de nós, como somos os cidadãos humanos, um cidadão comum, que eu sou um cidadão como qualquer um. Eu acho que nós temos direito de o Minha Casa Minha Vida, reivindicação de Bolsa Família que muitos não têm, que é discriminado, diz logo que usa droga. Às vezes você não sabe a situação da pessoa quando saiu de casa, por uma briga com a mãe ou o pai. Você não sabe qual é a situação da pessoa. Às vezes você vai falar com ele, epa, "o que está acontecendo contigo? Ah, me deixa e tal". Então, aquela amargura que você guarda, ali você não sabe o que a pessoa está sentindo, né? Então, todos nós temos problema, né? E nós podíamos estarmos bem, mas por quê? Às vezes aconteceu problema na vida de cada um que fica nessa situação. Mas aqui ninguém é tratado como cachorro, né? Como muitas pessoas tratam a gente, né? Eu muito obrigado pela oportunidade.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Obrigado, Ageu. Agora é o João Pedro Silva Nascimento e depois dele é o André Nóbrega da Silva.

João Pedro Silva Nascimento: Boa tarde. Eu agradeço a oportunidade de estar presente aqui na frente de vocês, vocês escutando a população em situação de rua. Eu sou de Paragominas. A minha cidade também não tem um Centro Pop. Eu cheguei a Belém tem seis meses que eu estou aqui. Tive o



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

privilégio de conhecer esse doutor aqui. Conhecer o Caju também, que trata a gente como ser humano. Eles chegam, observam. Mas tem muitas pessoas que trabalham em órgãos públicos nessa cidade, que eles olham a gente como se fosse... "Ah, é só mais um viciado, noiado, alcoólatra". Mas ele não percebe o que a gente passa durante a noite dormindo no papelão, passando o frio, passando o fome, sendo cuspid, xingado, chamado de preto. "Ah, é só mais um neguinho, mais um ladrão, mais um rato.". Aí vai no Ver-o-Peso, vê aquela galera lá. Ninguém sabe o que aquela galera sente. Centro Pop de São Brás, está destruído, irmão, depenado. Tudo que chega lá, ninguém sabe para onde vai. Muitos olham para a gente, quando chega lá na frente, está lá uma fila imensa, esperando uma alimentação decente. Que chega às sete e meia da manhã, você vai tomar o café da manhã, dez horas da manhã, onze horas. Vai almoçar duas, três horas da tarde. E quando não, eles olham para a gente como... "Ah, não tem o que fazer." Vão só tapando o sol com a peneira. Não é assim que funciona. Cada um aqui tem uma batalha e um problema diferente. Cada um aqui passa com dificuldade diferente. Igual o irmão falou, precisa de quê? Oportunidade. Ninguém quer dar oportunidade. Alguém vai dar oportunidade para uma pessoa igual eu? Não vai. Porque vai dizer "Pô, dorme no papelão, com certeza rouba". Já passei com a minha mulher na rua, já fizeram esconder celular, carteira, bolsa, já viraram de costas, já me cuspiram, já fizeram tudo que era de ruim. É isso que a gente não quer ver. A gente quer que vocês enxerguem que a gente também precisa de uma oportunidade. Quer que vocês lutem mais também por nossos direitos. A minha cidade, quem deram que minha cidade tivesse Centro Pop, mas não tem. A gente não tem o que fazer, a gente não tem oportunidade. A gente vai lutar como, doutora? Para a gente sobreviver na rua? Ou tu vai pedir, ou tu vai roubar. Mas a gente tem tudo do jeito mais fácil para a gente se encaixar na sociedade. Mas a sociedade não quer enxergar a gente desse jeito. Eles botam o que? Obstáculo e dificuldade. Eu posso passar por isso? Não. Eu tenho ensino médio, sou formado. Eu tenho estudo, tenho educação. Minha família tem condição. Mas a gente é mal visto. Pelo quê? Pela dependência, pelo que a gente já fez. Pelos nossos erros, as críticas. A gente já passou por um sistema penitenciário. A gente sabe como funciona lá dentro. A gente era oprimido. A gente sai aqui fora, se torna muito mais pior do que está lá dentro. Muitos preferem estar lá dentro do que está aqui fora, porque sabem que vai ser discriminado a partir do momento que cruzar aquele portão. Porque vai sair ou de pulseira, ou de corte de cabelo. Vai dizer "pô, lá vem mais um ladrão". Não é assim que funciona. A gente quer mudar. A gente quer ter uma oportunidade de mudar. Reginaldo. Reginaldo deu a mão, chegou lá, correu atrás. Está ajudando, está no nosso pé 24 horas. Está vendo como a gente está, está querendo saber como está a situação. Mas cadê o restante do pessoal que trabalha com ele? Estão se preocupando do mesmo jeito que ele está se preocupando? O Caju se preocupa com a gente. Se a gente toma banho, se a gente come, se a gente está doente, se a gente está bem. Mas muitos não se preocupam da mesma forma que eles se preocupam. Eles tratam a gente como ser humano, a gente se sente bem perto deles, mas os outros não fazem a mesma coisa. A gente quer que vocês enxergue que a gente também precisa, de um certo ponto de vista, para uma melhora. Para a gente melhorar, a gente precisa ser ajudado. Igual a Mônica, Mônica tem problema, distúrbio. Poxa, também precisa de alguém que possa acompanhar esse tipo de pessoa. Porque a gente sozinho não consegue, a gente não é psicólogo. Como é que a gente vai tratar de uma pessoa que a gente não sabe



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

nem se cuidar? Se a gente também precisa de tratamento, que a gente também está doente. É um precisando do outro. Mas, para isso, vocês também têm que ajudar a gente. Só nós não podemos fazer, nadar e morrer sozinho. E eu queria que vocês olhassem para esse tipo de órgão também, que a gente precisa, cara, dessa oportunidade. Muito obrigado.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Obrigado, João Pedro. Agora o André Nóbrega. Pessoal, essa mesma decisão da Justiça Federal do dia 3 aplicou multa para cada caso de remoção forçada, está proibido fazer remoção forçada da população em situação de rua e retirada forçada dos seus pertences. Essa decisão aplicou multa de dez mil reais (R\$ 10.000,00). Então, se isso acontecer, vocês tragam ao nosso conhecimento, porque isso está proibido no município de Belém por qualquer agente público do Município, do Estado, do Governo Federal. Tem que haver um encaminhamento adequado. Jamais remoção compulsória. Agora vem o André Nóbrega da Silva e depois o Jonathan Oliveira. André, lembra do tempo, tá?

André Nóbrega da Silva: Boa tarde, pessoal. Para quem já me conhece aqui, né? Muito tempo de rua que eu tenho, desde os 13 anos de idade, entendeu? Perdi meus familiares, meu pai e minha mãe. Então, mas não vou falar isso da minha família, não. Vou falar da família daqui de morador de rua, entendeu como é? Então, abriu essa casa aí, ó. A casa... Abriu essa casa pra nós aí, entendeu? A Casa Rua. Então, vamos fazer cinco anos já a Casa Rua, já. Eu acho que tempo é pra contar pro Caju aqui. Se o Caju tá me escutando aí. Faz cinco anos já a casa que vai fazer, né, Caju? A Casa Rua. Eu agradeço muito esse cara aí, ó, que é arte e cultura, sempre me deu apoio. Entendeu? Pra me fazer meu teatro. E tá parado de fazer, porque é daquele... E já foi ponto órgão lá, pra trabalhar pra lá, né? Não tem que vir pra lá com a gente. Então, eu tenho que falar uma coisa pra vocês aqui, ó. A Casa Rua, ela tá faltando muita coisa lá dentro da Casa Rua. Principalmente uma sala de aula, de estudo, pra mim, que sou analfabeto. Pra certas pessoas também que são analfabeto e precisa de um estudo. Nós precisa fazer um curso lá dentro, entendeu? Nós precisa fazer um curso lá dentro. Então, a Casa Rua.. o que é que nós precisamos também? Nós precisamos de um bebedor lá dentro, que, poxa, chega cinco garrafão. Cinco garrafão de água. Não dá pra 130 pessoas, 150 pessoas não, pessoal. É rápido que acaba. Entendeu? Então, a gente precisa de um bebedor lá dentro. Entendeu? A gente precisa de uns colchão lá dentro também. Que a gente não toma dormindo no chão. Entendeu? Na hora da nossa alimentação, na hora do nosso café. Nós estamos comendo no chão. Entendeu? Nós precisamos de cadeira lá dentro, mesa. Pra gente não comer que nem bicho, não. Pessoal, a gente pega a nossa comida e vai comer na beira da calçada. De comer lá dentro, em cima de uma mesa. Agora, vê aí, ó, lá no nosso abrigo, que a gente fica dormindo na noite. Lá dentro do nosso refeitório, para a gente jantar. Pergunta pros pessoal que convivem lá, todo mundo senta na mesa, todo mundo pega essa refeição. Acaba de comer, joga na lixeira, tudo certinho, limpinho, entendeu? Então, parabéns lá também a esse pessoal aí, entendeu? E aí? Poxa. É quer dizer que nessa Casa Rua aí, ó. Não tem nada, não tem televisão, todos órgãos por ai tem televisão, entendeu? Nessa Casa Rua não tem televisão, não tem, entendeu? Agora, o Consultório de Rua. Eu chego lá pra fazer uma consulta no Consultório de Rua, aí, o que que a gente fala assim? "Ô, André?"; Eu falo assim: "Ô, doutora, tem como a senhora arrumar um remédio pra mim?"; Ela fala: "Pra que tu quer?"; "Eu quero um tal o remédio"; Ela fala assim, ó,



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

sabe o que ela fala pra mim logo assim, ó: "Só tem paracetamol. Só isso que tem, vai querer tomar só isso?". Aí eu digo: "É o jeito, pra passar minha dor". Inclusive, eu tô com um negócio aqui, até mostrei para "uns pessoal" ainda agora, entendeu? E fui pedir pra ela o remédio lá, pra dor. Só me apresentaram paracetamol. A única que ajuda ainda é que esse senhor aqui, ó, até me esqueci o nome dele aqui. Ele vai, tira do bolso dele e compra o remédio pra uns e outros pra nós também, entendeu? Então, eu agradeço aí. Obrigado pela disponibilidade.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Jonathan Oliveira, e depois do Jonathan, vem a Bárbara. Pessoal, a gente tá servindo o lanche, podem ficar sentados, que tá sendo servido pra vocês em cada fila, tá? Fiquem tranquilos aí. Jonathan Oliveira.

Jonathan Oliveira (Pessoa em Situação de Rua): Boa tarde a todos. Boa tarde à mesa. Vim falar aqui sobre saneamento básico da Casa Rua também, irmão. Que é uma coisa que tá muito precária. Não tem banheiro para as meninas, inclusive, que são trans. Não tem, saneamento básico é crítico. A água, na hora que a gente for beber, não tem uma água tratada pra gente beber. E isso causa muitas revoltas, até pros moradores. Porque você tá aqui fora, tá dormindo no papelão. Entra pra dentro da Casa Rua, vai dormir no chão também, porque não tem o colchonete pra você se deitar. Não tem uma mesa pra você comer, fazer sua refeição. Aí você é oprimido na rua e é oprimido dentro de casa também, né, cara? Porque não pode. Como ele falou das médicas. De manhã eu não querem atender. Tem muitas pessoas que vão e não querem atender, só tem um tipo de remédio. Outra: a falta da educação. São três andares, só um funciona. Era pra ter educação física, era pra ter um curso profissionalizante pra todos, que já foram, que tem trabalho também. Oficinas. tipo, coisas normais. Escolas, não tem, tá entendendo? Muitas das pessoas aqui querem, pô "quero me profissionalizar em tal curso. Aí a gente vai na casa rua e faz o nosso curso e finaliza". Pronto. Faz o EJA. Tem muitas pessoas aqui. Não é, pessoal? Quer fazer o EJA pra terminar? Acesso à escola, quem não quer aqui? Todo mundo quer, mas não tem, tá entendendo? E essa é a minha fala. Boa tarde.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Obrigado, Jonathan. Agora a gente vai ouvir a Bárbara, que tá com a bebezinha ali no colo. Pode ficar daí mesmo, Bárbara, se tu preferir.

Bárbara: Boa tarde a todos. Eu queria chamar a atenção por uma... por um ponto que eu acho muito importante, é sobre o aluguel social. Para as pessoas que têm direito. Eu fui encontrada na rua pela dona Naraguassu. E graças a ela, hoje eu tenho uma moradia com meus filhos. E desde o início... Uma fala que eu acho bem importante, porque se não fosse pela dona Naraguassu, encontrar a gente em frente ao Pop de Rua... Eu sei que não é permitida a entrada de mães com crianças, mas eu fui tomar um banho com meu filho, dar um café pra ele, não foi permitida a nossa entrada e se não fosse por ela, estaríamos até hoje na rua. Então, ela, por estar dando uma assistência, nos levou ao Centro Pop, que era pra gente fazer a solicitação do aluguel social. E um dia desses eu descobri que a nossa solicitação não foi feita, porque o Pop está sem energia para fazer o pedido oficial para ser solicitado. Então, até hoje a gente está sobre o abrigo da dona Naraguassu, esperando sair o aluguel social, que eu acho que deveria ter mais uma pressa, mais um atendimento sobre isso, porque sou mãe, tenho minhas crianças, entendeu? Então, deveria haver um pouquinho mais de agilidade. Porque nem todas as mães, assim



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

como eu, eu sei que Belém tem um abrigo para moradoras de ruas adultas, que nem todo mundo quer ir, porque eu já passei por um abrigo, eu já passei pelo Camar. Eu sei como é, até porque no Camar deveria haver uma divisão para famílias com crianças, pessoas com distúrbios mentais, problemas mentais, porque quando eu morei lá... Porque eu já passei uns anos atrás pelo Camar e eu sei como funciona mais ou menos. Então, lá deveria haver uma divisão para as pessoas que estão chegando. Ter ali uma divisão para as famílias com crianças, pessoas com problemas mentais, porque aí fica todo mundo junto. Então, por isso que algumas pessoas, mães, famílias, não querem ir para lá. Porque quando eu passei pelo Camar, tinha pessoas com problemas mentais e o meu filho mais velho, que hoje em dia não mora comigo, ele foi agredido por uma criança autista. Também estava no espaço. Não acusando outra criança, mas por falta de monitoramento dos educadores, que deixam todo mundo ali no mesmo espaço. Então, hoje em dia, eu venho reivindicar o meu direito pelo aluguel social para ter minha moradia. Eu tenho em Bolsa Família, mas se você for contar o valor que eu recebo para bancar a casa, bancar a alimentação, o que as minhas crianças precisam, não dá conta. Não dá o valor. O valor não supre todas as necessidades que uma família precisa durante um mês. Como tem muita gente que diz: "Ah, porque o Bolsa, tu tem Bolsa Família?". Eu tenho Bolsa Família, sim. Mas se eu for esperar pelo Bolsa Família uma vez no mês, que é no último dia do mês, eu passo o mês todo com fome com minhas crianças. Fico sem aluguel, meus filhos ficam sem leite, fico sem fralda. Então, se é um direito nosso, eu peço até um pouco mais de agilidade sobre o aluguel social. Porque desde o início do mês, final do mês passado, não foi nem enviado para a FUNPAPA para ser liberado o valor necessário. É isso que eu tenho a falar. Boa tarde.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Obrigada, Bárbara. Bárbara, você já teve atendimento na Defensoria ou não? Tá. Então, a Luciana depois vai contatar e aí você consegue o endereço. Pessoal, sobre essa demanda aqui que a Bárbara trouxe, eu queria aproveitar a presença da presidenta da FUNPAPA e pedir uma especial atenção ao Camar II, o Saif 2, porque nós fizemos inspeção por lá, várias mulheres grávidas por lá, muita dificuldade estrutural. A gente colocou tudo isso no nosso relatório. Esse relatório também foi para o processo judicial, presidenta. Então, eu acho que é uma prioridade a estruturação do Camar II, sobretudo porque tem crianças por lá, tem mulheres grávidas, tem famílias, pessoas com situações de deficiência mental, intelectual. Então, eu acho uma demanda urgente, emergencial, não só estrutural, como de aprimoramento do serviço como um todo. O Camar II, o Saif 2 estão realmente, tanto um quanto dois, mas o dois que tem famílias e crianças que têm absoluta prioridade de atendimento, acho que é para ontem. Não sei se a senhora quiser dar uma fala nesse sentido, assumir esse compromisso conosco, mas acho que, de fato, essa é uma demanda urgente.

Dyjane Chaves dos Santos Amaral (FUNPAPA): Boa tarde. doutor, eu estou aqui anotando tudo. E é realmente bem intersetorial. Eu tenho projetos já colocados aqui, projetos feitos. E eu estou pegando a fala só realmente para lhe assegurar que eu vou dar essa olhada urgente, nessa situação, tá? A Bárbara, eu te peço perdão porque... Primeiro que eu tenho cinco dias, mas te peço perdão porque eu nem entendi o que você falou, que parece que o teu aluguel social não foi para lá porque não tinha luz. Aí eu disse assim...



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

Bárbara: Não tinha. Quando eu fui no Centro Pop para fazer a solicitação, eu estava tendo várias quedas de energia. O pessoal até da Equatorial estava lá para ajeitar lá onde fica a energia no Centro Pop e não estava conseguindo. E um dia desse eu fui informada que o pedido do meu aluguel, não só o meu, como o da minha colega Ana Paula, que também foi pedido no mesmo dia, não foi enviado para a FUNPAPA porque o Centro Pop está enfrentando quedas de energia.

Dyjane Chaves dos Santos Amaral (FUNPAPA): Então eu lhe garanto que eu vou atrás desses requerimentos das coisas que estão pendentes dentro do Centro Pop para trazer para dentro da FUNPAPA. Pode deixar, tá bom?

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Isso que a Bárbara trouxe a gente também certificou. Eu mandei a nossa equipe lá para dirigente e o Centro Pop São Brás passou uma semana sem energia elétrica. Isso... Ainda tá sem energia o Centro Pop São Brás. Pessoal, ó, nas próximas falas, quem quiser, pode trazer essas informações, tá? Não precisa gritar. A gente está ouvindo todo mundo, mas vamos observar as falas agora.

Anderson Charles: Primeiramente, eu gostaria de externar a Deus, agradecer a Deus pela oportunidade, o privilégio de estar participando de uma assembleia onde se encontram homens e mulheres capacitados e estudados para divulgar, para interceder pela nossa causa, pelo nosso direito. Que Deus venha abençoar. Que Deus venha a dar sabedoria, que Deus venha dar entendimento e desejar uma boa tarde aos meus queridos amados irmãos que se encontram aqui nesta tarde, que saíram do seu lugar de conforto de aconchego para participar de uma assembleia, crendo, acreditando que nesta tarde eles vão ser vitoriosos, vão ser abençoados. Eu creio que não vai ficar só no papel. Não vai ficar só numa ponta de caneta. Eu creio que tudo isso que vai ser colocado. Alguns projetos vão ser atendidos em nome do Senhor Jesus. Eu quero falar, querido, um pouco do Centro Pop de Icoaraci. Eu quero privilegiar os monitores, porque lá eles nos tratam bem. São homens e mulheres qualificados, têm nos tratado bem. Têm nos abençoado, têm nos acolhido e eles têm feito tudo que eles podem dentro do Centro. Às vezes falta recurso. Falta mantimento para fazer algo para o nosso benefício. Mas eles têm tirado do seu próprio bolso, da sua própria renda, e tem nos abençoado. Que Deus venha abençoar eles cada dia, querido, que nós necessitamos como morador de rua. Nós passamos por muitas necessidades. Passamos por dificuldades, porque enfrentar a rua não é fácil. Nós passamos, queridos, por momentos de aflição por momentos de angústia, chega a outros que não conseguem nem pensar. O que vai fazer sem direção, sem visão, por quê? Porque estão passando por uma necessidade e precisam de um auxílio de um amparo e de um recurso, e, muitas das vezes, esse recurso, esse auxílio, ele não vem e não aparece diante de nós e que nós precisamos, queridos, do ambiente. Precisamos de um ambiente. Precisamos de um lugar. Às vezes chegamos num ambiente onde a gente vai procurar um abrigo, um espaço para que a gente possa se manter nele e ser ali e se recuperar. E chega na hora, a gente vai nunca tem vaga. Todo o tempo é cheio, nunca tem lugar. E precisamos também. Querido, precisamos na nossa casa.. Minha casa, Minha vida. Eu vejo aí, como eu vejo, já vi muitas pessoas que têm casa e nós que estamos precisando, não tem. Eu agradeço a oportunidade.

William Pereira da Silva: Boa tarde a todos. A mesa que se encontra aí o representante e ajudam a



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

gente da Casa Rua, nós, como moradores de rua. A primeira coisa que eu tenho para falar para vocês, que espero que isso aí não fique só no papel. Sabe por quê? Vou fazer dois anos. O juiz que está sentado do seu lado. Ele saiu. Ele foi a primeira pessoa que eu pedi para ele há dois anos vai fazer. Eu estou precisando fazer uma cirurgia de hérnia. Eu não posso fazer força. Mas se você passar num fim de semana na Presidente Vargas, eu vou fazer três anos de rua. Sou novo na rua, mas passo cada dificuldade. Mas o Deus que eu creio, não me deixa faltar o pão nosso. Eu não posso fazer força, tem dias que eu choro de dor. Tem dias que eu não trabalho. Dois anos tentando fazer uma cirurgia e não consigo. Consultório de Rua, nossa doutora, que cuida de mim, ela está tentando de tudo quanto é jeito um especialista para a minha área. O nosso prefeito, nossa Governadora, que atual está agora não está nem aí. Sabe por quê? Morador de rua, pô. Eu caí de uma escada, a maioria me conhece. Nunca precisei fazer nada ilícito. Nunca roubei. Eu tenho profissão. Sou vigilante por devido ter recaído nas drogas. Eu tive a capacidade de chegar na empresa onde eu trabalhava e pedir demissão porque, psicologicamente, não tinha condições de trabalhar armado porque eu sou um vigilante. Tenho tenho 19 anos como carteira. Mas o que eu fiz em dois anos, eu pedindo isso, eu caí da escada. Vou fazer 11 meses que eu fui operado dos dois pés. Eu caí trabalhando. Passei 31 dias no pronto-socorro do Guamá, esperando para mim uma cirurgia. Consegui. Voltei a andar, sabe por quê? Porque se eu for esperar, quando eu sair de lá, para mim fazer a fisioterapia pelo governo, até hoje eu estava de cadeira de roda. Sabe quem me ajudou? Em primeiro lugar, a fé que eu tenho em Deus. Em segundo, aquelas pessoas que estão ali (apontando para os representantes do Consultório de Rua), fizeram de tudo quando me viram de cadeira de roda e eu falei que eu tinha vontade de sair daquilo, que eu não ia viver aquilo ali. Hoje eu ainda tenho dificuldade. Mesmo eu estando com os dois pés, com cirurgia platina e pino, mas toda sexta, sábado e domingo, tem gente que vai atrás de mim porque conhece o meu caráter, conhece a minha honestidade. Vai lá atrás de mim, lá me chamar para trabalhar. E sabe no que eu trabalho? Puxando uma carroça. Teve um cara que passou no carro e disse assim mesmo "Tua mãe não falou para tu estudar?". Sabe o que eu dei de resposta? "Eu estudei, eu me formei. Eu tenho profissão, jogador. Se eu trabalho nisso aqui, sabe por que? Eu preciso. Eu tenho filhos. Eu preciso fazer isso aqui para não fazer outra coisa ilícita". Sabe por quê? A gente lá na frente do espaço acolher, tem uma igreja. A polícia vai lá. A polícia vai lá. Quem fica ali na Presidente Vargas vê isso. A gente está lá deitado. A polícia vai lá e sabe o que faz? Dá uma bicuda para me acordar. Essa semana eu fui acordar a peso de uma bicuda. "Acorda aí". Sabe por quê? Tu está na frente de uma igreja. A igreja está aberta. Aqui é praça. Eu não posso ficar lá, doutores? Porque é uma praça pública? Eu tenho que ficar onde? Na tua casa? Não, né? Eu estou ficando em um lugar onde é direito meu, seu, seu. E eu sou acordado a pessoa da bicuda na polícia. Pensem. E não deixem isso só no papel aí, como vocês estão fazendo, tá bom? Não me leve a mal de eu falar desse jeito, mas eu espero que isso saia do papel.

Reginaldo Castro: Boa tarde a todos e todas. Eu me chamo Reginaldo Castro. Sou coordenador estadual do Movimento Nacional de Luta em Defesa da População de Rua, que acampou a nossa associação. Hoje eu sou coordenador do Comitê Pop Judice. Sou o famoso, como agora a minha me falou, o famoso Reginaldo. Não sou famoso, a rua que me fez ser famoso. A rua que me consagrou como uma liderança. A rua que me tem e aí eu sou uma voz da rua. Por ser a voz, sou discriminado



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

também, porque eu transito em todos os territórios. Sou homossexual. Sou da Umbanda. Sou negro. Sou tudo. Todas as transversalidades que ocorrem na questão da população de rua, eu sou. Então, quando eu falo, eu falo pela rua, com a rua e com a voz da rua. Por quê? Porque é a necessidade que a rua se expresse. A rua se expresse como rua e não como apenas uma pessoa que está aqui. A rua precisa de voz. E a voz está aqui também. Essa rua precisa que se ombreie e que se ache com atitude. Essa rua precisa ser ouvida. E muitas vezes nós não somos ouvidos. Muitas vezes a rua é desfeita. A rua é mal vista. Mas por quê? Porque quando se atravessa na rua, se atravessa no silêncio. Porque o silêncio chega antes da gente. O silêncio chega antes. A nossa voz, a voz da rua, não é ouvida. Porque só é ouvida, só sente quem vive a rua. Só sente quem tem uma trajetória de rua. Só sente quem viveu no papelão. Só sente quem dormiu no seu marquise. Então, isso que a gente tem que ver. E o que está acontecendo em muitas instituições a nível municipal é que há falta de política pública. A política pública tem que chegar aonde quem deveria chegar. A ponta. Quem é a ponta? É a população que está aqui. Mas não chega. Não chega porque são omissos. Muitos gestores estão sendo omissos com a população de rua. Essa omissão nega o direito da população. Essa omissão nega a vida da população. Essa omissão, pessoal, faz com que a população se cale. Mas a população não está calada. A população está gritando aqui. Ela está aqui hoje. Ela está aqui hoje dizendo: "Nós queremos ser ouvidos. Nós queremos participar da nossa gestão. Porque nada sobre nós sem nós". Não existe eu falar pela população. Não existe o gestor, ir para o TikTok e fazer aquela bonita coisa bonita. Que não é verdade. Só quem vive na rua sabe a realidade do fato. Então, pessoal, aqui, está aqui a população. A população está aí. Foi ouvida? Está sendo ouvida? Será que vão atender os nossos pedidos? Será que vão realmente? Será que o direito da população em situação de rua em Belém vai ser atendido? Vamos respeitar esse direito? Vamos? É uma pergunta que eu faço para vocês. Será que vocês vão respeitar? Vão respeitar essa população? Será que vocês vão realmente fazer com que as políticas públicas cheguem onde deveriam chegar? Será? Que nós precisamos, primeiramente, a saúde, segundo, a educação, terceiro, emprego, moradia e renda. Por que como é que vocês vão dar uma casa para uma pessoa se a pessoa não tem como viver? Como é que você vai ter... Se a saúde mental dessa pessoa está dizendo que essa pessoa não tem saúde mental? Precisamos de CAPS. Precisamos de CAPS para que a população seja tratada. Porque não é justo você dar uma casa a uma pessoa e no outro dia a pessoa vender a casa. Porque isso que vai acontecer se não tiver uma política, um acompanhamento, uma assistência social, um acompanhamento psicossocial. Se não tiver isso, pessoal, é balela, é mentira. Precisamos de CAPS. Precisamos realmente que a população seja ouvida. E outro detalhe, pessoal. Essa população que está aqui, ela veio. Ela veio caminhando e cantando e seguindo a canção. Somos todos iguais, braços dados e mãos, tá? Muito obrigado para todos.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): A gente vai ouvir a vereadora Vivi Reis, que está aqui representando o Poder Legislativo Municipal. Bem-vinda, vereadora.

Vereadora Vivi Reis (Poder Legislativo Municipal): Oi, oi. Uma boa tarde. Uma boa tarde, principalmente, para as pessoas em situação de rua, que estamos aqui fazendo essa escuta. Anotei várias informações e denúncias para que possamos tomar os devidos encaminhamentos enquanto Legislativo Municipal. Além de vereadora, eu sou presidenta da Comissão de Direitos Humanos da



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém. Em nome dessa comissão, nós fizemos uma visita no Espaço Acolher e temos um relatório que é fruto dessa visita e que depois nós podemos encaminhar para as autoridades que ainda não receberam o relatório. As que estiveram na nossa sessão especial realizada esse ano, receberam em mãos e que nós lá também fizemos esse momento de escuta. Quero parabenizar o trabalho do doutor Sadi, que tem reafirmado esse compromisso com a defesa dos direitos da população em situação de rua. Vejo assim que a nova presidenta da FUNPAPA assumiu há pouco tempo. Então, eu lhe peço que de atenção especial. Esse relatório já está, já foi enviado para a FUNPAPA, assim como o requerimento sobre a implantação do abrigo emergencial para pessoas em situação de rua durante esse período de chuva, que eu fiz o envio em março desse ano, assim como a solicitação também de informações e sobre prazos para a Casa de Acolhimento LGBTQIA+, que todas as vezes dizem que já vai ser inaugurada e nunca é inaugurada. Aqui eu já presto minha solidariedade, meu abraço para a Michelle. Eu também estou vereadora e sou uma mulher LGBT, então é importante a gente defender e se orgulhar desse nosso lugar e lutar por política pública. Em junho desse ano, também fizemos uma solicitação de informação sobre a questão do abrigo dos Warao, isso tomando como base a recomendação do Ministério Público Federal, que vem com certeza fazendo um trabalho importante e dizer aqui que muitos das conquistas que nós tivemos recentemente em Belém foram fruto da pressão do Judiciário e do Legislativo. Infelizmente, a realidade de Belém é essa, que se for esperar a boa vontade do poder executivo, a gente não consegue nenhuma política pública efetiva para a população em situação de rua. Por isso que é muito importante esse momento aqui para que possamos fazer essa escuta e seguir pressionando lado a lado, buscando de fato a garantia de políticas públicas de moradia, de segurança alimentar, de emprego e renda, de educação, como muitos aqui já apresentaram, e que para isso é muito importante que nós tenhamos essa escuta qualificada, porque são vocês que sentem na pele e podem nos dizer quais são as necessidades e demandas a serem atendidas. Eu, como vereadora de Belém, fico à disposição, o nosso gabinete fica no primeiro andar da Câmara Municipal de Belém, uma Câmara que, hoje, não permite que as pessoas possam entrar com qualquer vestimenta, é absurdo isso, doutor, que é exigida uma vestimenta para entrar na Câmara, que bom que aqui não se faz essa reprodução dessa política higienista, mas que vocês, adentrando a Câmara, podem visitar o nosso gabinete também, trazer denúncias, demandas, e contar com o nosso mandato como um aliado nessa luta e na defesa da população em situação de rua. Muito obrigada.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Obrigado, vereadora. Destacar que o relatório que foi produzido pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores também subsidiou uma petição nossa nos autos da Ação Civil Pública. Então, muito importante esse trabalho de fiscalização do Legislativo, também sobre o trabalho do Executivo. Agradecer a sua presença e parabenizar também pela sua atuação. Eu vou, antes de seguir, oportunizar a fala aos colegas Rafael Martins e Patrick Menezes, só para se apresentarem, porque eles estão compondo o nosso dispositivo e não tiveram ainda a oportunidade de se apresentar. E agradecer, mais uma vez, a presença dos colegas que estão aqui reforçando esse trabalho.

Patrick Colares (Procurador da República MPF/PA): Boa tarde a todos. Eu sou Patrick Colares, Procurador da República aqui do MPF. Temos um procedimento sobre assistência social. Acho que



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

precisamos reforçar isso. Então, a gente está à disposição do Legislativo e dos movimentos sociais. É importante dizer que não é uma luta solitária do Sadi. Tem toda uma estrutura, a própria PFDC em Brasília, isso é, a atuação da população de rua é algo que é reproduzido no Brasil inteiro. Eu vou ser muito curto aqui, me preocupa muito a questão do dinheiro público. Eu acho que é uma coisa central aqui. O Ministério, a União, é um ator central para vir à mesa, vir aos debates e reforçar essa coisa do dinheiro público. A gente tem áreas como a saúde, áreas nobres que tem realmente muitos milhões. É preciso que a assistência como um todo, a assistência social, ela tenha o seu recurso, o maior e tudo. Também é uma preocupação nossa, do nosso procedimento, Sadi, essa coisa de alguma privatização dos serviços da assistência social, é algo que a gente está de olho para ver o bom uso disso. Na saúde, me parece que uma privatização, terceirização, seja o que o nome for, ela não foi sinônimo de melhorias nos serviços necessariamente. Então, esse é um foco. É isso, acho que tem muita coisa para fazer, acho que a mensagem principal, gente, que a gente está à disposição, eu queria parabenizar a atuação do Sadi, que é uma atuação, Sadi, que não é ver o outro como alguém digno de pena, um coitado, mas sim sujeito de direito. Vocês estão aqui porque vocês são cidadãos que têm direitos e contam com o MPF, porque é o nosso dever que esses direitos de vocês sejam concretizados. Muito obrigado.

Rafael Martins (Procurador da República MPF/PA): Boa tarde a todos. Meu nome é Rafael Martins, eu sou Procurador da República aqui também. Estou aqui junto com o Sadi, estava o Hugo Charchar mais cedo e o Patrick. Eu queria, primeiro, parabenizar todas as instituições que vieram, porque é muito importante que vocês estejam aqui, ouçam, a gente retira essas pessoas da invisibilidade. Acho que o mais importante de tudo que a gente tem ouvido aqui hoje, que a gente vai continuar ouvindo, é perceber que nós estamos aqui com pessoas que têm suas complexidades, que têm suas dificuldades, mas que, como o colega disse, não são coitados, são pessoas que estão aqui, são seres humanos que merecem dignidade, que pedem que sejam tratados por todos nós com o mínimo de dignidade e com pessoas que são. Então, isso é essencial, eu queria parabenizar todos vocês por estarem aqui, mas também queria parabenizar o colega Sadi pelo trabalho que tem feito, é um trabalho muito bonito que ele tem feito há bastante tempo, mas é importante a gente destacar também que esse trabalho do Sadi não é um trabalho pessoal dele, é um trabalho institucional. O Ministério Público Federal tem uma posição institucional de defesa das populações vulnerabilizadas, de defesa daquelas pessoas que são invisibilizadas, nós temos um trabalho com povos indígenas, comunidades tradicionais, temos comunidades com população de rua, com população periférica, e isso é muito, muito importante. E, independente de estar aqui o Rafael, de estar aqui o Sadi, de estar aqui o Patrick, esse é um trabalho do Ministério Público Federal que vai continuar, que existe diante da gente, mas que vai continuar quando a gente passar aqui também, que vem da Procuradoria Federal de Direitos do Cidadão em Brasília, que tem uma atuação muito importante em outros estados também, como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, tem uma atuação muito importante também nesse sentido. Então nós temos colegas atuando no Brasil inteiro e isso nos fortalece. Eu acho que a gente tem que ter esse fortalecimento institucional, é importante ter vereadores aqui, é importante que a gente tenha pessoas da Prefeitura, do Governo do Estado, do Instituto da Sociedade Civil, que todo mundo se una e



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

entenda que esse trabalho é um trabalho muito maior do que todos nós. Apesar da gente ter que sempre reconhecer o esforço de colegas como o colega Sadi, que está à frente disso e que tem enfrentado essa questão com bastante bravura e competência. Então, mas o mais importante aqui hoje, então não vou me alongar tanto, é ouvir as pessoas em situação de rua, porque essa necessidade de retirada dessa invisibilidade é a coisa mais importante que a gente precisa fazer até para que a gente possa entender quais são as dificuldades, porque muitas das dificuldades que a gente ouve aqui, muitas vezes, não são acessíveis por nós. Nós não conseguimos imaginar algumas das dificuldades e algumas das demandas que existem nessa população. Então, mais uma vez, boa tarde a todos, vamos continuar com a nossa audiência. Obrigado.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Muito obrigado mais uma vez aqui aos colegas Patrick e Rafael que nos honram com as suas presenças e nos dão todo o apoio necessário para que esse seja um trabalho institucional e que tenha todos os resultados que a gente almeja e que vocês, como cidadãos, cidadãs, como bem disseram os colegas, merecem nos termos do que a Constituição e a legislação brasileira prevêem.

Davi Faria: Oi, oi. Boa tarde a todos e a todas. E boa tarde, meus amigos, aqui em situação de rua. Bom, eu queria começar com a promessa que prometeram uma... tipo assim, uma cobertura, né? Lá no abrigo. E, até hoje, esse projeto não saiu do papel. E a gente está lutando por isso. E nunca... A gente fizeram uma promessa, falaram que... Foram medir lá, fizeram as demandas, mediram. Mas, até agora, não... até agora, não. O abrigo Acolher. E, até agora, não... A gente não viu nada lá. Nenhuma coisa, nada para cobertar a chuva lá do pessoal lá. E outra, eu... Já me candidatei como vereador, futuro vereador. E... outra coisa, e por isso, eu estou aqui para agradecer a todos por essa audiência. E, e os meus amigos que vieram, né? E... obrigado pelo... pelo lanche, pelo banquete aí, a todos. E estamos aí. Boa tarde a todos.

Endrei Andrade Pinho: Primeiramente, boa tarde, excelentíssimos senhores. Juízas, juiz. Conheço a Rede Rua através de São Paulo. Trabalho como relações humanas. doutora Juíza Endrei Andrade Pinho, Estado do Amazonas. Sobrinha, neta de doutor Afonso Alves, Rodrigues Alves, Cidade de Tefé. Trabalhar relações humanas. Compartimento direcionado, dormitórios, instituto de ensino, refeitórios, sala de TV, cinema, reforma de pátio, dentro e fora, materiais de higiene e hidráulica, saneamento básicos. Salas e resgates de reabilitação com dignidade e humanização. Trabalhar delegadamente a questão dos abusos e violências a mulheres e gays e trans. Não trabalhar somente uma classe, mas trabalhar todas as classes. Entendeu? Somos humanos, somos humanas, não somos animais. Aqui e nem em algum outro lugar merecemos ser tratadas igual bicho, pois até os bichos têm direito. Não à troca de vida, não ao racismo. Não precisa usar a nossa cor, a nossa identidade para extorquir, matar, roubar ou desfazer. Agradeço a mesa, agradeço a excelentíssimas e ilustríssimas senhoras e senhores pela atenção e pelo microfone que está sendo dado a mim. Endrei, doutora Endrei. doutora Mestre em Relações Humanas, Academia de Letra Atos. Rede Rua apareceu na minha vida através da redesignação. Sou Herma Froides. Por isso eu não trabalho só uma classe, só o homem ou só a mulher, pois no meu ser cabem dois sexos, o masculino e o feminino. Não ao abuso à mulher, não ao abuso aos



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

homens, não ao abuso às gays, não ao abuso às transsex, não ao abuso ao que quer que seja, gente. Estupro não está só em sexo masculino ou sexo feminino. Cachorros são estuprados, galinhas são estupradas, homens são estuprados, mulheres são estupradas, transsex são estupradas, e dessa forma eles nos coagem, tentam nos corromper. Por isso, dentre isso, os abusos e os direitos humanos e a justiça brasileira jamais pode ser cega, se é que vocês me entendem. Então, a Casa Rua, ela é muito completa, o Centro Pop é muito completo. Porém, por toda a via, é de suma importância e dever a Constituição Brasileira, o Ministério Público e a Defensoria Pública dá uma atenção a todos os equipamentos, pois dentro dos equipamentos, dentro das filas de rango, os simples toques não são simples toques, são abusos, é "degredição", coação, suborno, consegue contato de nossas famílias para estarem nos fazendo rápido, nos extorquindo, dentro e fora, e todos nós sabemos disso. Aos 83 anos de idade, Maria Petronilha Lima da Costa, doutora Bel Alves, doutor juiz do Estado do Amazonas, defende essa causa, é lei, marca e número, código, artigo, Defensoria brasileira, estuprada aos 83 anos de idade. Abre um leque de desgraça para a família. Quando nos atacam, LGBTQIA+, pensem muito bem antes de nos atacar, pois nós não vamos nos calar. Pois quando, dentro dos próprios berços, vizinho, vizinha, nós viemos crescendo por aliciamentos, abusos, e etc., e exploração sexual. Então, são muitas questões. Agradeço a fala.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Muito obrigado, doutora Endrei pela sua fala. Queria também saudar e agradecer a presença do colega Bruno Valente, Procurador da República aqui do Pará, que nos honra aqui com a sua presença. Bruno, muito obrigado por estar presente. Se quiser subir aqui conosco também. A próxima pessoa a falar vai ser o João Nilson. Só um momento, João Nilson, só para o doutor Bruno também poder se apresentar aqui.

Bruno Valente (Procurador da República MPF/PA): Boa tarde a todos. Bem rapidamente, só parabenizar pelo evento tão importante. É um prazer para mim poder estar participando. Cheguei um pouquinho atrasado, porque estava em outros compromissos, e desejo um bom andamento a todos. Parabéns de novo, Sadi.

John Nilson: Boa tarde a vocês que acompanham a mesa, muito obrigado pela oportunidade. Boa tarde a nossa galera da rua. Na verdade eu queria expor aqui o sucateamento do nosso Centro Pop de São Brás e também a contratação de novos educadores, porque quando eles falam que tem dias que eles falam que vai funcionar só até duas horas por conta de falta de educador. Então estamos aqui reivindicando a contratação de novos educadores para recompor o quadro funcional do Centro Pop de São Brás. E também fazer um pedido sobre, tem os feriados, o Centro Pop funciona de segunda a sexta, a gente já fica sem o uso do equipamento no sábado e no domingo. Então já não é suficiente, dois dias de folga para eles, e funcionar também num feriado, tanto Centro Pop quanto a Casa Rua também. Ele pode funcionar nos feriados também, porque dois dias eu acredito que já é suficiente de folga para os funcionários. E também venho falar aqui do Minha Casa Minha Vida, que eu acredito que a gente também pode ser uma população, prioridade máxima nessa questão, porque a gente sendo uma prioridade, a gente conseguir uma moradia, é muito importante também para a gente se reconstituir, se recompor socialmente. Esse fato é, tipo assim, eu falando por mim é difícil não ter um



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

lugar e conseguir tentar me recompor na sociedade. Eu tento, mas a oportunidade e também a condição não deixa. A gente briga, briga, briga, mas não consegue por conta também dessa falta aí, de uma moradia, emprego a gente consegue, porque falando por mim, toda vez que eu vou atrás de um emprego sempre eu consigo, mas só que faltam também outras coisas. E era só isso mesmo, né? Só quero agradecer a vocês pela oportunidade, tá bom? Obrigado.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Muito obrigado, John Nilson. Eu queria aproveitar e falar aqui com a presidenta da FUNPAPA, sobre essa demanda que o João Nilson trouxe, que é muito importante aproveitar os Centros Pop e a Casa Rua, como espaços de capacitação. A gente tem observado que nesses lugares, a gente está observando uma carência de capacitações, de cursos técnicos, enfim. Existe um tempo muito ocioso nesses lugares, que poderia ser ocupado com projetos de empregabilidade, com capacitações. E eu até comentava com o doutor Alex Potiguar, na última reunião, que isso é um desperdício, né? É uma ineficiência, considerando que já é um equipamento público que está ali posto, é um desperdício, uma ineficiência administrativa que não sejam utilizados esses espaços com projetos voltados à saída da condição de rua, que seriam projetos de empregabilidade, capacitações técnicas, em parceria com a SEASTER, por exemplo, com o Governo do Estado. Então, existe ali, além das deficiências estruturais, a gente observa, presidenta, um mau uso, ou melhor, um desperdício de um equipamento que poderia estar sendo bem utilizado nessa perspectiva, de capacitações, de cursos, parcerias com outras entidades. Só aqui no MPF a gente já tem, já recebeu três projetos de instituições, de casas, enfim, de entidades, que têm interesse de oferecer capacitações, de atividades técnicas, até mesmo atividades lúdicas, no Camar 1, Camar 2. Seria muito importante mesmo que o Centro Pop, Icoaraci, Centro Pop São Brás, a Casa Rua, fossem espaços onde houvesse capacitação, em que houvesse projetos de empregabilidade, para a saída da condição de rua. E eu queria aqui cumprimentar o Amarildo, Coordenador do Centro Pop Icoaraci, e na pessoa do Amarildo, cumprimentar o trabalho muito qualificado que os servidores públicos da FUNPAPA desempenham, apesar de todas as dificuldades, todas as carências materiais que nós já constatamos, já, inclusive, reportamos ao Poder Judiciário. Então, os servidores da FUNPAPA merecem valorização, merecem cuidado, merecem, de fato, a atenção devida. E, sobretudo, o aproveitamento dessas capacidades técnicas adquiridas ao longo de anos de trabalho com a população em situação de rua. São servidores que têm uma história de atuação que não deveria estar sendo desperdiçada, deveria ser aproveitada, deveria, de fato, ser melhor aproveitada, inclusive, nos equipamentos públicos nos quais eles atuam. Obrigado, Amarildo, inclusive, pelo auxílio na mobilização de parte da população que está aqui.

Maiara Dias Lima: Boa tarde para todos. Eu participo na Casa Rua, Presidente Vargas. Eu queria só reforçar a questão do que a gente está precisando dentro da Casa Rua. A questão do refeitório, que se pode botar umas cadeiras, umas mesas para a gente se sentar. A questão também do aumento da alimentação também. Porque tem muitos que... Eu acho, eu creio que vem cento e pouco só de marmita. E tem muitos que não pegam alimentação. E eu creio que a Tayla queria fazer o esforço para dar para todos. Mas não vem todo aquele momento, aquela quantidade de marmita para dar para todos. Eu participo lá, eu tenho nove anos de rua. Desde o tempo do Emaús, para quem não sabe. E eu vejo



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

muitas coisas acontecendo na rua também. Sobre... Que a gente somos muito agredidos na rua. Sobre os policiais, também. Porque para eles, a gente somos bichos. Tem idosos aqui também, que muitos idosos não conseguem entrar no abrigo. Tem idosos que dormem na calçada, nos papelão. E eles vão lá, maltrato, chuto, expulso, dali daqueles idosos. E muitas vezes, a gente vai falar, eles querem jogar spray de pimenta no nosso rosto, que para eles, a gente não somos nada. A nossa palavra não vale nada para eles. Então, eu queria uma segurança para os moradores de rua. Porque eu creio que nós não somos bichos. Que, para eles, todo mundo é bandido, todo mundo é ladrão, que os moradores de rua não prestam. Então, eu queria agradecer. A gente está aqui buscando, procurando o nosso direito. Queria agradecer a todos que estão aqui. E queria a melhoria. Para dentro só ou não, dentro da Casa da Rua, Centro Pop, era isso. Muito obrigada.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Muito obrigado, Maiara. Agora, Adriana. Eu queria oportunizar a fala do secretário Esmerino Batista Filho. Eu acho que ele está lá no segundo andar, se ele estiver nos ouvindo e quiser descer, pela SEIRDH. E também queria oportunizar a fala para o doutor Bruno César Nazaré de Freitas, que é Procurador do Município, para se apresentar. O senhor tem microfone aí?

Bruno Freitas (Procurador-Geral adjunto do Município de Belém PGM): Boa tarde a todos. Meu nome é Bruno Freitas, eu sou Procurador do Município de Belém. Estou aqui representando o Procurador-geral, que não pôde ficar até o final. Mas sou o adjunto, sou procurador adjunto. E estamos aqui, eu e a presidente da FUNPAPA e a equipe da prefeitura como um todo, com o objetivo de auxiliar, ouvir as demandas e construir as soluções, somos todos ouvidos e continuamos aqui com essa audiência. E eu quero parabenizar aqui o doutor Sadi pela iniciativa e dizer que isso é muito produtivo, inclusive para que a gente possa elencar todas, a presidente da FUNPAPA está aqui anotando todas as falas e as providências para a gente poder, depois tentar construir, até em conjunto com o Ministério Público, um plano mais elaborado, um plano mais efetivo, com fases e momentos de efetivação. Mas contem conosco e somos aqui, viemos aqui para ouvir mesmo vocês e colher de vocês todos os elementos para que a gente possa adequar e fazer com que os serviços públicos municipais funcionem de forma melhor e mais efetiva em prol de toda a população. É isso. Obrigado.

Dyjane Chaves dos Santos Amaral (FUNPAPA): Só atualizando, doutor, acabei de receber as atualizações que depois de 15 dias sem luz no Centro Pop, está colocada a luz lá. Era um problema de ligação da CELPA com o neutro, eu não sei explicar direito, que estava na linha trifásica, mas agora acabaram de resolver, estão lá terminando de resolver isso. A partir de hoje já tem luz novamente no Centro Pop.

Moisés da Saúde (Presidente do Grupo União e Força): Boa tarde a todos. Boa tarde à mesa. Doutor Patrick, prazer em vê-lo. Eu me chamo Moisés da Saúde e sou presidente do grupo União e Força. A gente atua com ações sociais por vários bairros de Belém e áreas ribeirinhas. A gente vê que as pessoas estão bem representadas aqui, colocando os seus anseios, as suas necessidades, mas eu vim representar aquele que mora na rua e vive em condições que são portadores de transtornos mentais, psiquiátricos. Eu vivi uma realidade de uma moradora da Pedreira, chamada e conhecida como Negona da Pedreira. Ela tinha um ferimento no pé, e eu passei três dias, amigos da mesa, três dias,



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

lutando para tentar levar essa mulher para um atendimento, e não conseguia. Ela é uma paciente psiquiátrica e eu entrei em contato com o Hospital de Clínicas. Isso é muito grave que eu vou passar para vocês. O Hospital de Clínicas é o único hospital de referência em paciente psiquiátrico. Ele negou o atendimento, alegando que ela não estava em surto. E é onde nós temos em Belém e no estado do Pará um outro hospital que possa atender um paciente psiquiátrico. Corri para o pronto-socorro da 14, esse hospital, muitas vezes, marginalizado pela sociedade, mas é o único lugar que todos são recebidos, psiquiátricos ou não, todos os cidadãos são recebidos ali. E o que é que eu vim trazer para essa mesa? A triste e real situação dos moradores de rua com transtornos mentais e psiquiátricos. O Hospital de Clínicas se nega a atender. Eu tive informação, e vocês podem conferir que são autoridades, que o pronto-socorro ali da Augusto Montenegro foi inaugurado, destinado uma ala para paciente psiquiátrico que nunca recebeu nenhum paciente psiquiátrico. Mas, segundo denúncias, a verba vai para lá. E eu quero, ao mesmo tempo, manifestar o meu repúdio e parabenizar o Ministério Público que tem sido, de todo cidadão paraense, a esperança de dias melhores. Porque o tema aqui abordado era para ter vereadores, era para ter deputados estaduais, era para o Prefeito de Belém estar aqui, Secretário de Saúde, porque o tema é de suma importância. E eu quero fazer só o complemento da fala que muitos já fizeram aqui. Que não fique no papel. Essas pessoas aqui, agora nas eleições, vão ser vistas pelos políticos. E falam claramente com propriedade para oferecer cesta básica, 100 reais, 200 reais para ir votar nos políticos. Isso é muito comum. Infelizmente, 50 reais. Isso é uma triste realidade que nós vivemos. E uma outra situação que eu quero pedir, com que se avalie a nível de autoridade, qualquer hospital, hoje, dentro de Belém, não tem estrutura e funcionário suficiente para atender a própria população. Eu sou uma instituição, que é o Grupo União e Força, nós temos o CNPJ. Eu já pedi, doutor Patrick, várias vezes, já me coloquei à disposição de gestão para o nosso grupo ir para lá e atender os moradores que ficam no corredor, esquecidos nos cantos, com tuberculose, pneumonia, porque não tem quem vá dar banho. Não é porque os funcionários não querem. Não tem funcionário suficiente para ficar ao lado daquele paciente. O Hospital Maradei só atende paciente se tiver acompanhante. Se não tiver acompanhante, não atende. Muitos moradores de rua voltam com trauma no pé, o osso calcifica e ficam lesões sérias. É muito grave o que eu estou trazendo para vocês. Mas se as instituições receberem os grupos de ações sociais, que têm técnico, que têm enfermeiro, na questão voluntária, mas eles sempre alegam a questão burocrática. E o pior de tudo, quando eles sabem que aquele grupo não é do partido deles ou simpatiza com outro partido, como se a saúde fosse propriedade deles, como se eles tivessem o poder de decidir quem entra e quem não entra. Então, a todos vocês, eu externo a minha solidariedade, o meu respeito. A gente sempre vai para as ruas para atender os moradores, levar solidariedade e faço um apelo a essa mesa. E, ao mesmo tempo, parabenizar o Ministério Público, que tem sido a única casa que tem trazido esperança ao povo de Belém, quer seja na saúde, quer seja em outros segmentos que eu tenho acompanhado. Mas as autoridades que estão aqui, olhem por essas pessoas que são moradores de rua, principalmente os psiquiátricos. E, para encerrar, a gente tem várias Usinas da Paz. Vamos abrir os Abrigos da Paz com a mesma dimensão, com o mesmo tamanho das Usinas da Paz. Porque é desumano a gente ver os espaços que hoje a prefeitura tem reservado para o povo que mora na rua, com espaço pequeno, que



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

diz que é 200 pessoas, quando vai ver, depois acaba em 30. Que diz que é para 300 pessoas, depois só entra 50. É um absurdo. E, para encerrar, se o Estado do Pará está do jeito que está, a culpa não é total do governo. É dos Deputados que não fiscalizam o que o governo faz. Se hoje Belém se encontra o caos em todos os sentidos, não é só culpa do Prefeito. São dos vereadores que não fiscalizam o que o Prefeito faz. Porque, pela primeira vez na história política, nós temos uma Assembleia Legislativa que dorme e acorda com o governo. Uma Câmara Municipal que dorme e acorda com os mandos da gestão municipal. E vocês são a única esperança que não só os moradores de rua, mas toda a sociedade de Belém e do Estado do Pará espera uma resposta. Boa tarde a todos.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Agora, eu queria reforçar a fala do Moisés no sentido da necessidade de fortalecimento da rede de apoio psicossocial. A gente precisa, de fato, dessa ampliação. É inaceitável um município da dimensão de Belém tem tão poucos atendimentos diários. E a gente sabe o quanto se cruzam as pautas da população em situação de rua e da saúde mental e é muito importante a gente pensar em mecanismos para desafogar essa rede e para ampliar esses atendimentos. Acho que também, passo no sentido desse plano de saída da condição de rua, a ampliação e o aprimoramento do atendimento em saúde mental. Adriana Dias, agora. Por favor. Adriana.

Maiara Dias Lima: Boa tarde. Se eu estou aqui, primeiro foi Deus lá de cima. E está acontecendo essa oração, essa reunião, porque foi Deus que eu botei na frente tudo o que está acontecendo com o pessoal dos moradores de rua. Eu sou da Casa Rua fazia três anos e meio. Já fui contemplada três meses, mas me deram só um papel. Eu necessito de aluguel. Eu durmo lá na Americana, no papelão, eu não estou mentindo. Chegou, eu fui contemplada, mas mesmo que nada, me deram só papel. Tudo onde corro, é aqui, é acolá para fazer três anos e meio. Eu estou passando por essa situação, eu perdi tudo. O vento derrubou a minha casa. Lá na frente da UFRA, se quiserem, me põe no carro, nós vamos lá agora, que eu não estou mentindo. Perdi tudo, tudo, tudo. Eu vou lá naquele negócio de carnaval. Como é o nome? Pegar o laudo técnico, nunca me dão. Lá no Dom Quadrilha, como é o nome? Me ajuda aí, povo. Aldeia Cabana, vou tudo quanto é canto, estou com papel. Tudo, a minha pátria porque a minha filha saiu, eu fui lá, meus celulares me doaram. Tudo que eu vou, eu fui contemplada, mesmo que nada, só no papel. Três anos e meio, sou da Casa Rua. Eu agradeço muito a Casa Rua, quem ajuda a Casa Rua. A Tayla, a Tayla me deu um apoio, já tive depressão. Já fui internada no hospital das clínicas. Me deram um papel lá no Acolher para mim, coisa FUNPAPA. Estou precisando tomar remédio. Ninguém resolve o meu caso. Você está entendendo? Eu queria que alguém que pudesse me ajudar. Não só eu, todos que estão fazendo situação, não é só eu. Todos que estão aqui necessitados do cheque moradia. Eu fui contemplada, mesmo que nada, me deram só no celular que eu tenho, que me deram doado. Você está contemplada, eu fui tudo quanto foi órgão, até agora não resolvo nada no meu caso. Eu queria que você fizesse alguma coisa para mim, primeiro Deus. Eu queria, a mim não seja aluguel, para me alugar um quarto, para me botar minha cabecinha, depois do almoço e me deitar. Quando é depois do almoço na casa rua, a gente pega, não pode entrar mais papelão, pega um paninho, joga, deita. Tem um negócio de cama que a pessoa pode deitar, mas não dá para todos. E outra coisa que eu tenho falado do casa rua, são 125 marmitas, não está dando. Tem que ter mais marmitas para doar para moradores de rua, não está dando as marmitas lá para nós. E uma televisão para a gente



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

acabar de almoçar lá, a gente assistir uma televisão na parede. Água gelada, não tem, a gente toma água quente. Isso que eu quero que o órgão público veja pela gente. Não só por mim, por todos que estão aqui necessitados. Eu não estou mentindo, eu estou falando a verdade, que o lá de cima está vendo, eu estou falando a verdade. Quem me conhece sabe que eu estou falando a verdade. E muito obrigado por essa opinião que eu estou tendo pela primeira vez na minha vida. Muito obrigado.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Obrigado, Adriana. Agora vamos chamar o Gesaías. Gesaías está aí? Quero agradecer a vocês por estarem observando o tempo de fala, a gente está conseguindo contemplar a escuta de todo mundo. Então, muito obrigado.

Gesaías: Boa tarde a todos e a todas. Eu venho agradecer primeiramente a mesa e reforçar, eu venho só reforçar o que o rapaz queria falar ali, o... Cadê o... Falou sobre a cobertura. Ali é um descaso para a gente, descaso. que a gente tem que estar lá seis horas da manhã para deixar nossa mochila para marcar. Aí fica perambulando. Vai e volta para ficar reparando. Aí vem o sol, bate numa igreja, bate o reflexo. Olha como a gente fica. Olha por nós. Primeiro descaso. O segundo, quando a gente está na rua. de manhã cedo dá vontade de dar aquela defecada. Corre lá no espaço. Ei, deixa eu entrar. Não pode. Só sete horas. Cadê as pessoas qualificadas para ver o lado do morador? Não tem. Casa, rua, boa. Falamos bem, falamos mal. Sobre higienização, sobre... A saúde tá boa. Deixa eu ver. Tem que dormir no chão. Já sai do papelão à noite da rua, vai ter que voltar para o azulejo para dormir no chão. Descaso. Sem televisão. Na hora do almoço, tem que pegar ou senta no chão ou tu vai para a calçada. Água quente, água da torneira. Descaso. Outra: tenho três amigos aqui que não são do nosso país. País distante. Aí lá. País distante e país distante. Três. Só aqui entre nós Eu me considero índio. Distante. Porque tem que disputar a mesma coisa. se não chegar no horário, não entrar. Entendeu? Descaso com todos. Gosto. Olha, Casa Rua, descaso que tem que chegar seis horas da manhã lá para dar o nome. Três horas tem que dar o nome lá no acolher. Lá no outro espaço. Também é bom. Lava roupa, dorme, vê televisão. Mas não tem comida, não tem merenda, não tem nada. A gente tem que sair de um espaço para ir para outro, para ir mais longe e depois voltar. Aí ficamos círculo vicioso. Quando não tem esse círculo em João, bora fumar uma. É o jeito. Bora beber uma? Bora. Não tem. Por quê? Não tem ocupação da mente. Domingo passado a galera queria... Ei, qual é? Bora fazer uma inteira? Bora. Bora jogar futebol? Bora. Pega lá a bola. Quando foi pegar a bola, não pode. Porque os caras lá de cima falaram que tem ordem. A gente quer fazer um esporte, não pôde. Qual foi a onda? Uns e outros ficaram tristes. Foi que foram fazer bora beber, meu irmão. Descaso. E está acabando o meu tempo, galera. O que eu tinha que falar era isso. Agradeço a todos os técnicos que nos ajudam muito bem. Mas tem uns que não são técnicos. São, como é, vamos supor, auxiliares. Que era para nos ajudar, às vezes, aponta o dedo. Esquece que tem três para ele. Beleza, galera? Agradeço a todos.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Obrigado, Gesaías. Presidente, eu queria falar com a presidente da FUNPAPA. Só um pouquinho. Eu vou falar aqui também, aproveitando a presença da presidente da FUNPAPA, do Procurador do Município. Essa é uma demanda que a gente tem postulado há tempos: que haja uma marquise ou alguma forma de proteção ali na fila do Espaço Acolher. Porque a gente tem a previsão de eventos extremos agora nos próximos meses com o Super El Niño. A gente fez uma



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

recomendação no início do ano para que fosse elaborado um plano específico para a população em situação de rua, com pontos de hidratação. E, no caso do Espaço Acolher, eu acho que essa é uma demanda também urgente. Na última reunião que a gente teve com o doutor Alex e com a ex-presidente da FUNPAPA, a gente já tinha expressado esse pedido de colocar uma condição ali de abrigo para as pessoas que ficam na fila esperando para pegar a senha. E também para colocar banheiro químico ali, um ou dois banheiros para suprir as necessidades das pessoas que ficam ali. Não é compreensível que as pessoas fiquem na fila longas horas esperando para pegar uma ficha abaixo de sol ou chuva e não tenham lugar para fazer as suas necessidades fisiológicas. Essa é uma demanda mínima. Que, se não for atendida até o dia 16 de setembro, a gente vai levar para a audiência judicial. E aí, certamente, a gente vai obter uma decisão judicial nesse sentido. Seria muito importante que essas medidas fossem adotadas independente de ordem judicial. Considerando esse caráter colaborativo da presença de vocês aqui, eu gostaria de fazer esse apelo a vocês. Porque, para tornar um pouco menos indigna a situação das pessoas que têm que se submeter àquela fila de longas horas para conseguir, quando conseguem, a ficha para pernoitar no Espaço Acolher. O Espaço Acolher, pessoal, foi ordem judicial. Então, ele foi aberto por ordem judicial na ação dos Correios em que a doutora Hind determinou essas 50 vagas. E essa decisão judicial se confirmou numa sentença que foi dada agora no dia 27 de julho. Então, o espaço acolher não é mais provisório. Agora tem ordem para que ele se torne um espaço permanente. Já tem decisão judicial. O que a gente tem que lutar agora é pelo aprimoramento desse espaço. Enquanto essa decisão pelo menos permanecer em vigor, esperamos que permaneça e que, de fato, se consolide, mas a gente precisa aprimorar esse espaço. Então, eu gostaria muito de colocar também para a senhora essa demanda e já antecipar que ela vai ser levada para a audiência judicial do dia 16, caso não seja resolvida antes disso. já tem outras pessoas que podem ser levada.

Dyjane Chaves dos Santos Amaral (FUNPAPA): Doutor, no meu entendimento, e aí eu posso falar por mim e como presidente da FUNPAPA, não é a melhor solução, no meu olhar, simplesmente uma cobertura. Porque ele vai continuar na rua. Então, a decisão que eu tomei, lembrando que eu vim da saúde, que parte da história que eu passei esses seis meses na saúde, é realmente reformar a Casa Rua de uma forma que, no térreo, já que ela tem três andares, que no térreo seja exatamente esse espaço, espaço de recepção, banheiros públicos que eles possam entrar e sair na hora que precisar, como disse o rapaz, na hora de manhã, quer evacuar e não tem aonde. E ali é bem próximo. O senhor sabe onde é? A Casa Rua? É na esquina. Então, eu olhei, também é um espaço que precisa urgentemente de reforma, de melhoria, que, na realidade, não é uma reforma estrutural, é uma melhoria. E que a gente está nesse projeto, eu já tenho um projeto escrito, eu já tenho esse projeto escrito junto com o pessoal que seria entre SEMAS e FUNPAPA, junto. Porque, para ter o Consultório de Rua fixo lá, ser uma base de Consultório de Rua, porque aí a gente atenderia todo mundo que precisaria e não passaria só pelo paracetamol, então, seria a base do consultório de rua lá e a gente ter um atendimento melhor. Então, eu pretendo, entre a gente resolver uma simples cobertura e não ter... Vou estudar a questão, doutor... Vou estudar a questão da utilização do Espaço Acolher somente noturno. Eu não sei lhe dizer exatamente, não posso prometer aqui, não posso falar aqui, uma otimização do espaço também durante



o dia. Eu não sei, não posso saber, eu tenho que ver a política, eu tenho que ver aonde ele se enquadrou, se se enquadrou só no acolhimento noturno, e aí a gente não pode misturar. Mas a Casa Rua é bem do lado e tem que ter estrutura para atender também. Quando eu entrei na saúde, uma das coisas que eu falei para o prefeito, "Por que a Casa Rua está na saúde? Casa Rua não é saúde, casa rua é FUNPAPA". Quando eu pedi para ele a Casa Rua agora, para mim, para FUNPAPA, ele disse: "eu pensei que você não ia me pedir". Eu disse: "não, não, eu vou pedir, porque eu na saúde, isso aqui não é atendimento saúde, isso aqui é atendimento, é acolhimento, é atendimento, é acolhimento de população de rua". Então, eu já estarei vendo isso, não lhe digo o que eu vou fazer, o senhor vai continuar com o seu procedimento normal, que tem os procedimentos de tempo e jurídicos para cumprir, mas não vou lhe prometer aqui essa cobertura, porque eu não sou a favor desta cobertura, porque é uma cobertura que simplesmente vai manter a pessoa na rua, sem solução nenhuma, só uma cobertura para o sol e para a chuva, mas a condição dele vai continuar na calçada, na rua, e não é isso que a gente quer.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Se eu entendi bem, então, seria uma distribuição das fichas ou das senhas para o acolhimento no Espaço Acolher, seria feito na Casa Rua e aí a gente dispensaria essa fila de horas?

Dyjane Chaves dos Santos Amaral (FUNPAPA): Se o senhor verificar, o Casa Rua atende 120 pessoas diariamente, só no primeiro andar. Então, se a gente fizer uma outra programação, um outro arranjo arquitetônico em que possa ter consultórios e que possam ter um atendimento correto, porque, pelo que eu estou vendo, eles não têm nem cadastro do Bolsa Família. Uns têm, outros não têm. Isso é o atendimento, é um atendimento integral, não é só chegar lá, abrir o espaço e dar o que comer para eles. eu estou dando de comer para integral, não é só chegar lá, abrir o espaço e dar o que comer para eles. Eu estou dando de comer para quem? Qual é a outra necessidade deles? Isso é da cidadania.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Pessoal, só um momento, só um momento, a gente está num momento de deliberação aqui, em que a gente está assumindo compromissos que são importantes. A gente já vai continuar a escuta, mas vamos agora, porque esses compromissos que estão sendo assumidos, pessoal, têm um potencial de mudar a realidade. Então vamos aguardar só um momento, tá? Você já falou, mas vai falar de novo. Espera só um momento. O doutor Firmino vai falar aqui.

Firmino Araújo Matos (PJ/DCC-MPPA): Um esclarecimento, doutora Dyjane. Acho que as pessoas na FUNPAPA podem confirmar o que eu vou lhe falar. A Casa Rua, quando é pensada e implantada, ela foi implantada como equipamento da saúde, da saúde. Ao longo do tempo, as coisas foram se modificando, dada a pobreza, dada a indigência da rede socioassistencial do município de Belém, e ela praticamente se transformou no equipamento socioassistencial. É o que ela é hoje. Mas é um equipamento socioassistencial que os assistentes sociais podem confirmar ou não. Não tem enquadramento na resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, que tipificou os serviços socioassistenciais. Então é algo que precisa ser avaliado, visto, porque Casa Rua não necessariamente foi pensado como equipamento socioassistencial. Ok?



Dyjane Chaves dos Santos Amaral (FUNPAPA): É exatamente isso, doutor Firmino, que a gente está dizendo. Quando eu entrei na saúde, a gente não consegue identificar o que realmente aquilo é. Que nem se enquadra 100% no equipamento socioassistencial, e nem se enquadra no equipamento da saúde. Porque se eu não faço saúde lá, se eu não faço atendimento de saúde lá, então ele não se enquadra nem num nem no outro. Então, a partir daí, eu solicitei que a gente assuma, enquanto FUNPAPA, assuma a Casa Rua. Lógico que a gente vai ter que mudar nome, vai ter que mudar alguma coisa, ou manter esse nome porque já é conhecido como esse nome. Mas enquadrar ele e estruturar ele de forma que vire um equipamento social e, em conjunto, tenha o atendimento da saúde do Consultório de Rua, porque eles precisam disso, entendeu?

Patrick Farias: Eu gostaria de poder desejar uma boa tarde a todos, né? Só de todos nós estarmos aqui, já é uma grande conquista, né? Falta pouco mais de dois semestres para me formar em Biologia de Pesquisa. Mas hoje eu sou morador de rua. Hoje eu vivo a vida que muitos vivem aqui. Eu tenho uma família de condições boas. Meu pai é catarinense, minha mãe é paraense. Eu estudava na Uniasselvi, estudava faculdade. Eu fiz um curso de instalação e manutenção de placas solares. Eu fiz primeiros socorros e pronto-atendimento. E falo duas línguas: espanhol e português. Mas, hoje em dia, como aconteceu com a gente ontem à noite, ontem à noite a gente estava dormindo num espaço, lá em São Brás. E a gente acordou com o policiamento águia, acordou a gente com chutes. Mandaram a gente se levantar e ir embora do espaço. Não foi fácil. Tem espaços que a gente frequenta que não tem nem água para a gente tomar banho. Não tem energia. A água é quente de um bebedor. Às vezes, a gente tem que dormir na frente do local para a gente poder conseguir pegar o café da manhã. Que, muitas das vezes, não é nem um café adequado. Semana passada, chegou um café lá no Centro Pop. O pão veio sem nada. Só o pão. E a gente teve que comer com bolacha. Muitas das vezes, vem 50 alimentações para 100 pessoas. Muitas das vezes, eu divido a minha alimentação com outros irmãos. E eu também ajudo a zelar por esses espaços. Eu limpo o espaço. Eu cuido do jardim do espaço Centro Pop. Mas fica difícil se o governo não olha para a gente. Eles não estão nem aí. Nós somos moradores de rua. É verdade. Tem pessoas que estão precisando de atendimento. Como a amiga falou, ela está precisando de um caminhamento. Mas lá no Centro Pop não tem energia. A Equatorial já foi lá. Mas eles falam que a culpa é no prédio. Mas eles não trabalham com a energia? Eles não conseguem solucionar o problema? E foi outra empresa lá. Hoje. Foi duas empresas já lá no Centro Pop. Uma é Equatorial e a outra é empresa terceirizada. Mas um fica ocupando o outro. A água lá não tem banheiros. Só tem dois banheiros. Um, que quando a gente puxa a descarga, a água vem e bate na canela. Todos entupidos. Não tem um saneamento adequado. Não é fácil. Lá, onde eu frequento também, no Cidadania Pop Rua da Cremação, lá é um lugar top. Mas não tem alimentação. O diretor, o Caju, que estava aqui com a gente, muitas das vezes eles tiram o dinheiro do bolso deles para comprar alimentação para a gente. Eles não têm obrigação de fazer isso. Mas eles fazem para ver a gente bem. Hoje, eu sou um militante. Eu luto pelas pessoas na população de rua. Eu também sou uma pessoa da população de rua. E também o Reginaldo. Ele está me ajudando muito. Um cara que está me ajudando muito. E hoje a minha terapia, que eu tenho na rua para não usar a droga, é desenhar. Eu faço arte. Com lápis. Se eu olhar uma pessoa, eu consigo desenhar ela, olhando. Algo que eu aprendi na



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

rua. Um dom que eu não sabia que eu tinha. Mas eu aprendi na rua. Eu não era da rua. Mas eu acabei indo para a rua. Mas eu conheço muitas pessoas aqui que têm estudo, têm profissão, é pai de família. Eu fiz 34 anos, dia 11. Eu já vou ser avô, o meu neto vai nascer agora esses dias. Mas, no dia dos pais, foi muito difícil para mim chegar na minha casa e ver a minha própria família me julgar porque eu sou da rua. Não me aceitar. Porque, não só eu, mas tem muitos amigos aqui que somos usuários. Então, nós somos julgados por isso. Mas, se a gente tivesse algo que ocupasse a nossa mente, a gente largaria tudo isso. E hoje é o que eu faço. É desenhar para ocupar a minha mente. E também, eu queria falar algo. Lá no Espaço Acolher, só é 50 vagas para as pessoas dormirem. Só é 50 vagas. Aí, fechou as 50 vagas. E as outras pessoas? Está chegando o tempo da chuva. Não é verdade? Muitas das vezes, a gente dorme na frente de uma loja ou em algum lugar. O proprietário, quando chega, já chega expulsando a gente para a gente buscar um lugar melhor. Chama a gente de vagabundo. Mas, se a gente tivesse uma oportunidade de trabalho, uma oportunidade de curso, uma oportunidade melhor, na verdade, a gente seria pessoas melhores. Sabe por quê? Nós somos cidadãos também. Nós somos humanos. Como todos aqui. Hoje, a nossa luta é em prol de toda a nossa melhoria. E eu agradeço a oportunidade.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Patrick, muito obrigado pela sua palavra. Eu queria parabenizar a sua trajetória. Dizer que você está nessa situação, mas ela é provisória. A gente está lutando para que você possa sair dessa condição e voltar até a vida que você construiu e que você merece ter. Então, muito obrigado por estar aqui. presente aqui. E também, pelo trabalho que você está fazendo no Centro Pop, ajudando, como você disse, na jardinagem e tudo mais. Acho muito importante que você não esqueça que essa é uma condição passageira e que você vai poder retomar a sua vida. E não perca a esperança.

Sérgio Maciel: Eu esqueci de falar. Antes, eu queria falar para a doutora Dyjane, que assumiu agora a FUNPAPA. A FUNPAPA contra a Constituição, gente, ela tem muito mais a oferecer do que está sendo oferecida. Como ela falou da Casa Rua em questão. Aquele espaço imenso. Eu, no caso, teria as ideias para lá. Não se vê em nenhum desses órgãos, nenhum de vocês proporem para ir para um curso qualificatório. Para essa galera aí, não adianta você dar comida para a pessoa, passar o dia todo ocioso, a noite dormir de novo e não prepara a pessoa para nada. Nem como o rapaz falou aqui, a mente vazia, é a oficina de Satanás, sim. Porque não, nesse período que a pessoa está sendo assistida dentro da casa rua, nessas quatro, cinco, seis horas, não faz uma parceria junto com o Senai, Senac, escolas preparatórias, oferece um curso de cabeleireiro, um curso técnico de manutenção. E dentro desses espaços, dentro desses espaços, cria uma bolsa de emprego para oferecer emprego para essas pessoas que se qualificam. Por que não? Vai para o Senac, ninguém oferece, dentro lá dentro, uma porcentagem das vagas, quais empresas, oferece, sei lá, um incentivo fiscal, um incentivo qualquer, para que essas empresas venham oferecer uma oportunidade para a gente e absorver a nossa mão de obra. Não seria interessante? Mas não precisa ser longe, dentro da Casa Rua mesmo, dentro da FUNPAPA, dentro do Camar, que seja, mas que chegue a nós. Era essa a ideia que eu queria deixar. Obrigado.



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Obrigado. O pessoal que está nos acompanhando lá no segundo andar, se tiver interesse, pode descer aqui no auditório, porque nós já temos agora vagas na plateia. E aí nós temos inscrições do pessoal que está lá aguardando e a gente vai priorizar a fala de vocês, considerando que ninguém ainda que está assistindo lá no segundo andar pode falar. Então, assim que vocês descenderem, a gente vai dar a palavra. Agora a gente vai ouvir a Dionísia.

Dionísia: Boa tarde. Quase boa noite, né? Sou Dionísia, para quem não me conhece. Sou uma ex-usuária, ex-moradora de rua, com trajetória de 12 anos. E agora, em janeiro, vou fazer seis anos que saí das ruas. Graças a Deus, primeiramente, e ao meu esforço. E hoje eu estou aqui, eu faço parte do Consultório na Rua, hoje eu sou uma agente de bem-estar social. Também faço parte do Cidadania Pop Rua, da cremação. Sou articuladora e colaboradora. E hoje eu estou aqui pedindo a ajuda de vocês, da FUNPAPA, dos advogados, de todo mundo. Porque a gente precisa, a rua está precisando de vocês. A rua está pedindo socorro. A gente precisa incomodar as pessoas, as autoridades. Eu passei 12 anos na rua, eu, uma mulher, uma mulher LGBT, fui humilhada, fui martirizada, fui oprimida. Até hoje, eu sofro preconceito por trabalhar com eles. Entendeu? Então, a minha parte, eu quero fazer e eu quero prolongar isso. Por quê? Se para mim deu certo, para eles também vai dar. Não é verdade? Está entendendo? Eu não tenho, eu tenho, assim, algumas coisas para falar, porém, que me machucam muito, porque eu tive perdas, minhas filhas foram tomadas de mim, pelo meu ato, aquela de sou eu, há 12 anos atrás, ou há 6 anos atrás. Esse foi o dia que eu saí da rua, eu estava com 38 quilos, estava com pneumonia, estava com covid, então, eu achava que eu ia morrer, não é verdade? Mas, eu estou aqui. Vou fazer 6 anos e eu quero falar para vocês, galera da rua, irmãos, que eu estou com vocês o tempo todo, para o que der e vier. Entendeu? Porque eu também ainda faço parte da rua. E podem me discriminar, eu não estou nem aí. Ah, como é que tu consegue trabalhar com essa galera? Meu amor, eu passei por lá, então, eu sei a necessidade de cada um. Entendeu? Eu quero pedir o apoio de vocês, de verdade. E a gente precisa também montar o Movimento Nacional de rua aqui em Belém, que é o que a gente não tem. Fui para o Espírito Santo, para o encontro dos consultórios, e o único que não tinha era Belém. Então, a gente precisa fazer isso, e a gente precisa da ajuda de cada um de vocês. Se vocês querem, de verdade, seguir em frente com tudo isso, a gente precisa da ajuda de vocês, entendeu? E eu vou fazer parte de tudo isso. Eu quero pedir o apoio de vocês para isso. Podem entrar em contato comigo, entrar em contato com o Consultório na Rua. As meninas estão ali, entendeu? Se vocês quiserem. Eu fui assistida pelo Consultório na Rua, quando eu morava na rua, e hoje eu faço parte do consultório. E, para mim, é gratificante tudo isso. As meninas da rua, elas estão precisando da ajuda, porque a gente, a gente, às vezes, precisa de um absorvente. As mulheres, quando menstruam na rua, elas não têm dignidade nenhuma. a gente não tem onde dormir. Ressaltando o que o Sérgio falou, a Casa Rua precisa, assim, de apoio também, porque está uma situação crítica. Não são atendidos 130 pessoas, são atendidos muito mais. Eu tenho uma lista aqui que hoje foi atendido 160 pessoas. Entendeu? Então, cada dia que passa, aumenta mais, porque tem pessoas indo para a rua. Entendeu? Então, precisamos disso. Eu tenho uma lista aqui de que foi atendido tudo isso hoje. E também, o espaço a colher, a gente precisa de mais vagas. Como é que vai ficar 50 pessoas lá fora e mil, lá dentro e mil aqui fora? Não existe isso. Não existe lugar nenhum. Eu passei pela Cracolândia de São Paulo e,



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

se você visse, era mais de 2 mil pessoas. Então, não vamos formalizar viver na rua, em paz, porque não existe isso. Entendeu? Para pessoas que acham que está tudo bem, que o cara está lá porque quer, isso não é verdade. O cara não está lá porque quer. Ele está lá porque ele tem uma doença, uma doença que precisa de cuidado, que precisa de apoio, sendo que eu faço, eu até hoje faço tratamento no CAPES, só que o CAPES marca uma consulta de dois em dois meses. Entendeu? Eu nunca abandonei meu tratamento e eles precisam disso. Eles precisam de acompanhamento psicológico, médico, principalmente para eles voltarem para a família deles e se ressocializarem. Mas também precisam de um emprego, de uma renda, de uma casa, porque na rua ninguém vive. Entendeu? A gente está ali. A gente sorri, a gente brinca, a gente encontra pessoas na rua que estão do nosso lado, mas a gente acaba sendo sozinho. Entendeu? Para as pessoas que... Vocês vão voltar para a casa de vocês depois, não é? E eles? Eu estou há seis anos voltando do meu trabalho para a minha casa. Na minha casa eu tenho cama, eu vou tomar banho, eu vou jantar, eu vou me alimentar, eu tenho uma televisão para me assistir. Mas é legal eu ver eles e ter que ir embora. Muitos já falaram para mim, é daqui que tu vai embora. Entendeu? E é verdade, eu já passei por isso. Fui humilhada, fui cuspidada, fui abusada, fui martirizada como mulher, porque mulher, ah, não tem forças para nada, mas tem sim. Porque nós, como mulheres, a gente está pedindo ajuda de vocês e eu estou falando por todos eles. Por tudo que eles falaram aqui na frente, eu acho que eles já falaram tudo, nem precisava eu falar muito. Entendeu? Então, que não fique só no papel, que faça ser bonito também na prática, porque no papel é tudo lindo, né? Então é isso. Obrigada, boa tarde.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Dionísia, parabéns pela tua trajetória, que o teu exemplo possa inspirar todas e todos aqui e dizer que histórias como a tua nos inspiram a também trabalhar com toda a dedicação a essa pauta, que é uma pauta muito difícil, como foi dito. Demanda da gente muito esforço, muita ousadia, coragem, porque, de fato, existe muito estigma, não só contra a população em situação de rua, mas também contra aquelas pessoas que trabalham com essa pauta, mas nós vamos continuar trabalhando, ninguém vai silenciar esse trabalho, porque há muito a ser feito. E, desde já, colocar, Dionísia, o nosso espaço institucional, e aqui eu estou falando de espaço físico mesmo, esse auditório, as salas do MPF, à disposição do movimento nacional em defesa da população em situação de rua, eu concordo com você, a gente precisa fortalecer esse movimento aqui em Belém, aqui no Pará, porque, de fato, existe muita luta, existe muita história, e a gente precisa fortalecer uns aos outros e às instituições. Então, o nosso espaço está aberto para fazer reuniões nesse sentido, para que a gente possa apoiar o fortalecimento de lideranças como você, que fazem exatamente com que esse trabalho não pare. Estão sempre reivindicando direitos, acionando o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, Defensorias Públicas, para que a gente continue fiscalizando e trabalhando exatamente por essa pauta. Então, muito obrigado, e contem com a nossa cooperação, com o nosso apoio, e com todo o nosso estímulo. Agora, o Rayme Souza, Rayme, está aí? Pode falar. Pelo Sindicato SUAS (SintSUAS).

Rayme Souza (Representante do Sindicato dos Servidores da FUNPAPA - SINTSUAS): É muito importante esse espaço aqui, para nós que somos trabalhadores da assistência. Me preocupam muito a informação de que está solicitando a ampliação do repasse para a população de rua. O que ocorre no



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

município de Belém não é falta de repasse. Ano passado, foi aprovado no Conselho, foi aprovado 10 milhões e 475 mil que não foram aplicados nos serviços de assistência. E ano passado, no dia 16 de outubro, foi aprovado 1 milhão para ser aplicado no Espaço Acolher. Nós reprovamos esse fundo no dia 24 de março. A Prefeitura fez uma nova reprogramação da reprogramação dia 22 de junho. Então, não é falta de recursos. Nós temos aqui, eu preparei uma lista com aproximadamente 7 milhões de recursos específicos para assistência social destinado exclusivamente ou em grande maioria à população de rua. Recursos que vão da emenda do Senador a repasse estadual, que veio 1 milhão ano passado, ampliaram esse ano para 1 milhão e 125 mil. Houve repasse do governo federal para o Centro POP específico de 980 mil. E nenhum desses recursos foi aplicado de fato. Então, para nós que somos trabalhadores, nos preocupa muito a linha política que esse governo está tomando. Por quê? Foi enviado para o Conselho de Assistência um projeto de um plano de aplicação desse recurso de 1 milhão e 200, sendo que 700 mil era para passar o serviço do SAIF 1 e 2 para uma empresa terceirizada. E aí, essa empresa ia só gerenciar o espaço, ia gerenciar os trabalhadores que já estão na folha e como ficaria o atendimento a essa população? No mesmo espaço, no mesmo prédio, com os mesmos trabalhadores sendo repassado quase 1 milhão de reais para uma empresa. Esse recurso foi reprovado no Conselho. Pedimos que passasse pelas comissões, porque isso para nós é uma manobra para terceirizar o serviço da assistência, o que nós não aceitamos de forma alguma na FUNPAPA. Nós acreditamos que haja, tenha que haver o concurso público. Nós temos uma ação no Ministério Público do Trabalho. Foi estabelecida uma multa de quase 21 milhões para que houvesse concurso público e o custo para acrescentar 250 servidores é de 18 milhões anual. Então, nós nos preocupamos muito com essa linha de atendimento à população de rua, a precarização do atendimento. Nós aprovamos reprogramações de recursos que até hoje não chegou na ponta, não chegou para o usuário. A exemplo, nós temos 833 mil que seriam para material de higiene, cama, mesa, banho, esportivo. Temos 1 milhão para o espaço acolher, 153 mil para água e gás. Nós tínhamos mais 1 milhão e 140 mil para manutenção de prédios. E isso não vemos em nenhum espaço. Nós chegamos ao absurdo do Centro Pop ter que ir para o Camar 2, fazer envio de documentos via internet, porque não tinha internet no espaço. Então, nós estamos muito preocupados como trabalhadores da assistência. Nós atendemos essa população com muita dignidade e muito respeito que eles merecem. E o Centro Pop tem uma outra informação que é muito importante com relação a pessoal. O Centro Pop chegou a ter 13 educadores. Hoje só tem um. Um educador social, porque os demais, tem mais dois afastados e que a Aline e a Edilene estão afastadas por motivo de saúde, de adoecimento mental, por não ter condições de ofertar o mínimo de qualidade que essa população necessita. Como é você chegar a uma população que dorme na rua e você dizer não tem café, não tem água, não tem alimento. E o que chega é uma alimentação de 26 reais. A marmita custa 26 reais e grande parte nós já denunciemos na mídia que 26 reais e 13 reais no café da manhã que chegou um pão com um pouquinho de café para vocês. É 13 reais aquele café e é 26 reais a marmita. O que daria uma boa refeição em qualquer restaurante digno. E fecharam as cozinhas, demitiram os contratados e não há recomposição ou projeto de recomposição, sequer do quadro do governo federal que mandava para o Abrigo Warao. Nós tínhamos 84 pessoas contratadas para o Abrigo Warao. Desses 84, todos foram demitidos, não houve recontração e o



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

recurso continuou vindo mesmo para o espaço de abrigo. Então, também tem uma situação do Abrigo Warao que foi o abandono dos animais que fizeram de forma açodada aquela desocupação do prédio, sem planejamento, sem articulação, abandonaram todos os animais dentro do prédio. Aquilo foi desumano, é um desrespeito com a população até de rua que tem direito de ter o seu animal como companhia, porque também é uma extensão da sua família e nos preocupa muito também trazer a Casa Rua. A Casa Rua é um equipamento de saúde, planejado como equipamento de saúde, como um apoio da assistência que transversaliza tanto a educação quanto a saúde e nós tínhamos parceria de educação dentro do Centro Pop. Tinha professor que vinha do projeto de educação de alfabetização da SEMEC dentro do Centro Pop e nós não temos mais. É um governo que desmontou todo o serviço desde a abordagem, a alfabetização, a formação, parceria com o Fundo Ver-o-sol que dava curso de planificação dentro do Pop Espaço. Nós tínhamos o CRC que condiciona computadores, ele foi nascido cinco computadores e até hoje a FUNPAPA sequer puxou um cabo de rede para ligar os cinco computadores fornecidos pelo CRC. Então, a Dyjane que está aqui presente já compõe esse governo há um bom tempo, já sabe de todas essas práticas e me preocupa muito ela vir para a FUNPAPA para dirigir e tentar fazer o mesmo que fizeram na SESMA, privatizar os serviços, terceirizar. É a primeira oportunidade que nós estamos tendo como você, como presidente da FUNPAPA e nós como sindicato. Esperamos que possamos conversar, sentar e melhorar essa relação que está muito estremecida pela falta de respeito que vocês têm conosco e com a população mais pobre dessa cidade que a cada dia recebe um ataque pior que o outro. É o ponto-socorro que até o bloco de rua que vai ser fechado, é o Centro Pop que vai ser fechado, é o CAMAR, os abrigos 1 e 2 vão ser repassados para a iniciativa privada e o CAMAR não cumprir nem se é o que é pactuado. O pactuado é atender 90. O CAMAR, os dois, não atendem 50. Como é que uma pactuação não é cumprida? Não temos servidores, é um por plantão. Quando tem um, agora saiu uma circular que está proibido a hora extra. Então, todos os plantões, todos os abrigos da FUNPAPA funcionam à base de hora extra. Abrigo com violência, mulheres vítimas de violência, tem três educadoras, é uma por dia, fazendo plantão extra. E agora se corta o plantão extra. Então, é nesse nível que está a assistência social do município e nos preocupa e é muito importante esse debate porque essa população aqui, eu sonhava com esse dia que essa população viria. A gente trabalhou muito, muito. É um sonho que eu trabalhei 10 anos no Centro Pop e isso aqui é um sonho realizado ver a população tendo voz e se unindo em uma causa.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Rayme, muito obrigado pelos dados e eu queria muito já, desde agora, convidar o sindicato para reunir conosco MPF, MP Estadual, Defensoria Pública da União e Estadual antes da audiência do dia 16 de setembro para vocês nos passarem também esses pleitos. Digo isso porque as obrigações que estão sendo fixadas no processo judicial, elas não vão ser exequíveis se não houver recomposição dos servidores efetivos da FUNPAPA, se o quadro continuar da forma como está. Eu fiz inspeções nos centros pop e nos abrigos, eu fiquei abismado com a situação. Nós constatamos exatamente um desmonte em relação aos serviços e, sobretudo, ao quadro de pessoal. E o que nós vamos sustentar na audiência do dia 16, já antecipando aqui, é que essa atitude administrativa ela demonstra uma indisposição do Município de cumprir o que a decisão está trazendo. Então, é nesse sentido. Se a condução administrativa em relação à FUNPAPA continuar sendo essa que



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

a gente tem observado e não só observado, feito prova disso, relatórios que a gente tem feito, inspeções, as decisões que a doutora Maria Carolina está dando, elas não vão ser cumpridas nunca. Mas, antes dessa audiência e considerando a articulação que vocês têm, as informações que vocês nos trazem, acho que seria muito importante que a gente fizesse essa reunião prévia com vocês, até para subsidiar a nossa manifestação nesse processo. Lembrando que já temos muitas determinações, muito do que está sendo dito aqui, a doutora Luciana, inclusive, me atentou para isso, já está, inclusive, determinado na decisão que foi dada agora no dia 3. A doutora Maria Carolina Valente tem sido muito valente e tem sido muito técnica na condução desse processo com determinações bem específicas. E é importante que o sindicato, Rayme, também se aproprie dessas decisões, porque elas são públicas, são sentenças, sentenças não, são decisões judiciais que tramitam em um processo público, eventualmente o sindicato, inclusive, pode pedir participação nesse processo, enfim, pedir o ingresso como amicus curiae, enfim, aí vocês têm que também deliberar em termos processuais qual é a melhor deliberação. Mas é importante que a voz de vocês também seja ouvida, porque o trabalho de vocês impacta diretamente sobre o cumprimento ou não dessa decisão. Então, fica aqui o convite para reunir conosco, porque essas informações que você está nos trazendo são muito importantes. E, inclusive, estendo o convite à presidente da FUNPAPA para participar dessa reunião, porque acho que se a gente chegar na audiência com informações mais qualificadas e com compromissos, a gente pode, inclusive, e essa foi sempre a minha intenção desde o início, o doutor Bruno sabe disso, chegar nas audiências com compromissos que sejam homologados judicialmente. Do contrário, a gente acaba sempre tendo decisões que são ainda mais graves para o Poder Público e que aplicam multa, impõem consequências. Seria muito mais interessante do ponto de vista da efetividade do serviço que nós ajustássemos como vão ser cumpridas essas decisões. A última reunião com o doutor Alex Potiguar já me deixou bastante esperançoso em relação a essa mudança de percepção e condução. Então, fica aqui o convite, tanto ao sindicato quanto à FUNPAPA, porque a gente precisa chegar nessa audiência no dia 16 com informações qualificadas, para que o processo de fato seja efetivo como a gente pretende. A próxima pessoa que vai falar agora, nós já estamos nos aproximando do final das falas, das inscrições. A próxima pessoa que vai falar agora é, depois do Rayme, só um momento, Rebeca Souza, membro do Mulheres por Elas. Agora a gente vai fazer a fala das organizações e instituições que estão presentes. Depois da Rebeca vem a Simone, que é advogada dos moradores dos arredores e os locais onde ficam os abrigos, Jordi Farias e Gemaque.

Rebeca Souza (membro do Mulheres Por Ela): Boa tarde a todos e todas. Eu sou Rebeca Souza, sou membro do Mulheres por Ela. Nós somos uma organização de voluntárias mulheres que trabalhamos com dignidade menstrual para moradoras de rua e pessoas não binárias, trans, que também menstruam. E gostaria de falar aqui diretamente com a presidente da FUNPAPA, eu sei que a senhora assumiu agora, mas nós temos muitos relatos sobre a falta de dignidade menstrual para as moradoras de ruas dentro desses abrigos. Nós trabalhamos com kit onde nós entregamos shampoo, papel higiênico, absorvente, sabonete íntimo, lixa de unha e xuxinha. E algumas vezes nós voltamos para casa com esses kits, porque também, como nós somos voluntárias, nós não temos condições de ir até o final. Nossa área de atuação é da presidente Vargas até a Pedra do Peixe e, além dos kits de dignidade



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

menstrual, nós trabalhamos também com doação de roupa para moradores e pessoas em situações de rua. Mas, não somente isso, nós também recebemos vários relatos sobre exploração e violência sexual dessas mulheres. Por quê? Porque a gente sabe que, no momento onde não se tem direito, as primeiras vítimas são as mulheres. A gente sempre tem que fazer esse recorte. Não se tem esse recorte de gênero na maioria das vezes. E a gente recebe muitas vezes, com tristeza, por exemplo, mulheres que pedem para a gente, doutor Sadi, roupas mais compridas para cobrir o corpo delas, para que elas não sejam vítimas de violência. E não é só violência entre as pessoas que estão em situação de rua. Pessoas até às vezes de carro. Nós temos relatos de pessoas hoje em dia, e depois a gente pode conversar e passar para o senhor, pessoas fazendo conteúdo na internet, em sites pornográficos, utilizando o corpo de mulheres de rua. Então, é uma situação muito violenta que tem sido posta para nós. Nós gostaríamos, sim, de continuar acompanhando, porque para as mulheres, a dignidade menstrual é um aspecto da nossa vida que vai nos acompanhar dos 10 até os 50, 60 anos. Muitas vezes a menopausa é muito adiantada. Então, pense, eu quero aqui, as mulheres principalmente, imagine como é você, às vezes, quando nos encontram, as mulheres estão com a roupa que a gente doou no mês anterior, estão sujas de menstruação, e menstruação já é um tabu de se falar sobre menstruação na nossa sociedade, e elas estão sujas porque elas não puderam ter acesso a um absorvente. Se fala tanto da política pública, da distribuição de absorvente gratuito, mas quando você tenta acessá-la em uma farmácia, a primeira coisa que eles te pedem é documento. Como essas pessoas vão ter esse documento, esse cadastro, uma certidão de onde mora, como elas vão ter? Então, o nosso trabalho atualmente, a gente atende 200 mulheres; infelizmente, quando chove, a gente não tem condições de ir, porque nós somos jovens, a maioria não tem carro, não tem nada, a gente faz esse trabalho andando mesmo na rua. E já aconteceu, eu entendo que a senhora da FUNPAPA está agora no começo, mas já aconteceu de quando a gente tentar entregar nas filas dos centros, dos centros pobres, não deixarem a gente entregar os kits para as moradoras de rua. Nós já passamos por essas situações, de não deixarem nós entregarmos. Então, se puder, nós estamos mais uma vez, a doutora família falou, à disposição, Mulheres por Elas está à disposição, porque para a gente, não é só dignidade, é autoestima para essas mulheres, o que a gente faz. Muito obrigada, boa tarde.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Rebeca, muito obrigado. Nós também estamos à disposição. A gente iniciou, no mês passado, uma campanha de arrecadação de roupas e itens de higiene, e nós vamos reforçar esse pedido, sobretudo internamente aqui, para que as doações sejam direcionadas nesse sentido. A gente vai reforçar, essa campanha de doação é permanente, mas aí a gente vai, em contato, depois eu vou pegar o teu número, reforçar isso. Lembrando que a distribuição gratuita de itens de higiene é uma obrigação do Poder Público, desde a decisão de julho de 2023, do Supremo Tribunal Federal. E que as decisões da doutora Maria Carolina têm reiterado essa obrigação, e nós temos reiterado, às vezes, levado ao conhecimento da doutora Maria Carolina que essa obrigação não está sendo cumprida. Então, as informações que vocês têm, depois eu gostaria, inclusive, que tu passasse para a nossa assessoria, nesse sentido, porque acho que a gente precisa também levar para a audiência do dia 16 essa informação e reforçar o pedido aqui à presidente da FUNPAPA nesse sentido, para que essa distribuição gratuita de kits de higiene seja acompanhada, obviamente, da oferta de,



enfim, de materiais específicos para mulheres e especificamente absorventes. Muito obrigado, Rebeca. Pois não, pode falar. Esse aqui está funcionando.

Ricardo Ganzer (SEASTER): Oi, oi, pronto. Não, é só um informe, porque dignidade menstrual é um programa que também está dentro do Cadastro Único, que é para mulheres de 10 a 49 anos, e não é um programa do SUAS, é um programa do SUS, que funciona pelo Cadastro Único, não é isso, secretária? Que todas as mulheres que estão em condição de rua têm direito, independente da renda, porque isso é importante, o Cadastro Único, ele trabalha muito a renda. Toda a família...

Pessoa não identificada: A pessoa que menstrua, ela chega até o estabelecimento, para ela ter acesso a essa política pública, ela precisa comprovar onde ela mora, ela precisa comprovar o seu documento de identidade, e ela também precisa comprovar que tem Cadastro Único. Então, nem sempre, aí conflita, porque não tem acesso.

Ricardo Ganzer (SEASTER): aplicativo, o aplicativo, é porque eu não consigo lhe dizer...

Pessoa não identificada: Como é que uma pessoa que está numa condição vulnerável vai ter acesso ao aplicativo?

Ricardo Ganzer (SEASTER): Qual é a sugestão? Como tem um Consultório na Rua, a sugestão é que dentro do consultório na rua, que é da saúde, tem esse assessoramento, porque dentro do SUS digital, aquele aplicativo, você pega o celular, entra lá, e faz um cadastro e sai uma autorização. Com isso, você vai, a farmácia retira. Veja, eu não sou o expert no programa, mas eu sei que é um programa importante e tem atendido muita gente. Inclusive, lá tem as farmácias que são credenciadas, tá? Nem todo estabelecimento comercial é cadastrado. Então, é só a título de informe mesmo, tá, gente? Obrigado.

Dyjane Chaves dos Santos Amaral (FUNPAPA): Eu entendi a tua situação, que se está pedindo um cadastramento e um comprovante de residência, ou a população de rua não tem comprovante de residência. Isso daí a gente vai ter que bolar um esquema? É. Eu vou estudar, vou estudar isso daí e ver como é que a gente pode resolver isso daí, porque realmente é uma condição. Que se a gente tem acesso, se a gente tem direito e a gente tem condições de ter acesso, não é uma situação de cadastramento e uma situação de endereço que vai complicar ou barrar o atendimento disso daí.

Pessoa não identificada: Exatamente. inclusive, a gente aqui...

Lazaro (Educador do Centro Pop Icoaraci): ... é a casa deles. É só isso. Boa tarde. Não, era o Amarildo que ia falar? Eu só estou reforçando, nós somos do centro... Eu sou o Lázaro, educador do centro POP Icoaraci. No centro POP, a gente tem uma declaração de residência que dá para todos os moradores de rua. Então, pode ser... essa declaração pode ser conseguida nos Centros POPs.

Dyjane Chaves dos Santos Amaral (FUNPAPA): Olha só, Amarildo e o educador. Primeiro que eu não conheço ainda vocês, estou conhecendo agora. Só que eu já escutei aqui de todo mundo a qualidade do serviço, do trabalho de vocês e a dedicação de vocês. Então, eu já parabenizo pela escuta que eu estou tendo do trabalho do Centro POP Icoaraci. A gente tem que ver que nós tivemos um



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

problema no centro POP São Brás que não tinha energia. Então, não tinha nem como eu fazer a declaração. E, independente disso, nós temos dois centros POPs, dois SAIFs, dois CAMAR, que não é o suficiente para a nossa população. Então, isso daí tem que estar dentro, principalmente, onde existe um acúmulo maior, pelo pouco que eu estudei de pessoas em situação de rua, pela Campina, pelo Ver-o-Peso, pela Presidente Vargas, por ali, que tem... Sim, mas existe um acúmulo onde não tem um Centro POP para atender. Entendeu? Então, a gente tem que verificar isso, da onde tem... A abordagem de rua, eu sei que nosso pessoal, pelo que eu já vi agora, não está tendo uma abordagem de rua legal do serviço da FUNPAPA, isso daí é prioridade de ter abordagem de rua para saber, para dar dignidade para essas pessoas. Olha, o senhor pode procurar o CRAS tal, o Centro Pop tal e fazer o atendimento. E também me surpreende muito, eu tive também, doutor Firmino, na saúde, eu estava tendo um enfrentamento que é onde os nossos ACE, que é agente de combate de endemias, não poderiam adentrar as unidades de saúde porque eles não teriam espaço para eles lá. Então, se eles tiverem que fazer uma reunião ou se reencontrar daquela área, daquela região, eles têm que fazer debaixo da árvore ou na rua. Então, isso daí, eu fiquei assustada, eu dizendo, não, mas como assim? Eles não são funcionários da saúde? São? Por que eles não podem adentrar a unidade de saúde do bairro? E aí, eu fiquei assustada com o que tu dissesse também. Você está doando, vocês estão fazendo um trabalho voluntário de doação e alguém está impedindo de vocês de fazer essa doação. Primeiro, eu peço perdão porque, isso para mim é surreal, é assim, é fora da coisa. Não, mas eu estou assustada. Mas, enfim, isso vai passar e a gente vai ter que resolver. Então, eu quero deixar mais uma vez, além do doutor Sadi ter dado isso aberto, a FUNPAPA, enquanto eu, presidente, está aberta para todos. Até porque nós não fazemos isso sozinha, eu não tenho dinheiro suficiente para fazer tudo o que a gente gostaria de fazer. Então, a atuação das pastorais, a atuação das comunidades, a atuação das associações, são extremamente importantes para a retirada da pessoa em vulnerabilidade, da situação de vulnerabilidade da pessoa, porque não é, é uma situação, ela tem que ser passageira. Então, a gente conta com vocês, sim, nós vamos começar a fazer reuniões amplas para quem quiser participar. E, eu sou, eu digo assim, eu dou meu celular para todo mundo, nem que seja meia-noite, eu respondo. Porque, às vezes, não dá para a gente responder para todo mundo uma coisa, mas nem que seja meia-noite, eu respondo. Então, passe a mensagem. Então, sintam-se abertos para a gente conversar sobre isso e a gente tem que reestruturar mesmo. E eu queria dar só uma colocação que o Rayme falou aqui sobre o corte da hora extra. Não foi cortada a hora extra, foi solicitado por mim que, a partir de então, quem é o gestor da unidade, venha comigo e demonstre a necessidade da equipe de fazer hora extra. Até porque, hoje, eu não sei quem está e quem não está e em que unidade está. Então, isso é só uma reorganização e não está cortado, está só dito assim, você precisa justificar que eu estou autorizando. Entendeu? Só para justificar isso daí.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): A gente tem mais duas falas para encerrar aqui. Jordem Farias e depois, Gemaque, pela Pastoral do Povo da Rua.

Jordem Farias (Coordenador do Sindicato do Trabalhador da Construção Civil): Bem, vamos lá. Boa noite, saudar a mesa. Saudar a todos aqui presentes nesse auditório. Deixa eu me apresentar. Olá, eu sou Jordem Farias, sou operário da condição civil, sou armador da condição civil, sou pião da



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

condição civil e, hoje, eu faço parte do sindicato, sou coordenador do Sindicato do Trabalhador da Condição Civil e, também, coordenador executivo da nossa Central Sindical e Popular, da nossa CSP, a nossa Conlutas. Eu tenho umas falas para colocar aqui para os senhores e agradecer, primeiramente, ao doutor Sadi por essa audiência pública e me referir a algumas situações que eu já venho acompanhando a luta dos companheiros da FUNPAPA. Não só em si, nos POPs, mas, sim, também, nas Casas POPs, mas, também, nos CRAs. Os CRAs são outros órgãos da prefeitura, onde existem os CRAs no Guamá, na Terra Firme, e muitos bairros de Belém que estão sucateados, banheiros que não estão funcionando, funcionários têm que levar papel higiênico quando querem fazer as sua necessidade para se limparem, para se fazer higiênico, o mínimo de necessidade. E, hoje, a Prefeitura de Belém, através do seu prefeito, Igor Normando, é incapaz de olhar com carinho para esse órgão tão importante que é a FUNPAPA. A ideia do Igor Normando é sucatear a FUNPAPA, sucatear, e, no futuro, bem próximo, ele venha privatizar. Assim como ele tentou fazer com a saúde do pronto-socorro daqui da 14, que é a doutora aqui. Isso. Entendeu? E, aqui, para mim, aqui, para nós, eu acho muito de admirar que, cinco dias antes dessa audiência, dessa audiência, ele venha trocar a presidente da FUNPAPA. Isso não é tão estranho assim, não estou tirando o seu mérito, não. Mas, para mim, é estranho. Cinco dias, ele venha trocar a presidente e a outra, será que a outra não era capaz de sei lá, mas, se entrar por esse método, não, é burocrático, foi uma mudança que precisamos, mas, bora olhar com carinho sobre essa questão. Beleza? Outra situação que o nosso camarada colocou aqui, o Jorge Roberto, eu não sei se ele está aqui, eu, todo dia, pela parte da manhã, eu estou amanheço no canteiro de obra, levando os informes do sindicato para o trabalhador da condição civil. Então, eu fiquei tão feliz de saber que, no meio dos companheiros aqui, um morador de rua, que estão nessa vida, que não porque eles querem, por uma necessidade, pelo trâmite da vida, que tem pedreiro, carpinteiro, ferreiro, ele, carpinteiro, não é não, meu amigo? O que está faltando é oportunidade. Hoje, o Estado do Pará, Belém, as maiores empresas daqui do nosso, daqui do nosso capital, Quadra, Leal Moreira, estão com um projeto para trazer o pessoal que está lá no sistema para dentro do canteiro de obra. Está errado, Jordem? Não, está certo. Está certíssimo, tem que dar oportunidade, porque o camarada errou, que a gente vai virar a costa para ele, que a sociedade vai dizer, não, é presidiário, é esse que o outro, ele não tem oportunidade, tem. Mas, vamos olhar com carinho para o pessoal da rua. Por que não aplica esse mesmo programa para os moradores de rua? Eu tenho uma companheira que está aqui na minha frente, que é psicóloga e trabalha no Centro Pop daqui de São Brás, que uma vez conversando, ela me falou que tem pedreiro, tem carpinteiro, não é verdade? E o que é que está faltando? Carteira de trabalho, identidade, isso aí é o mínimo, preto, que está faltando, sabe o que é? Política. É isso que está faltando, vontade, vontade dos políticos, olhar com carinho para o morador de rua. Esses caras, quando chegam para o morador de rua, eles fecham a janela, eles fecham o vidro, colocam o vidro lá, escuro, só para não olhar. E quando o camarada está lá, limpando o vidro, no semáforo, que faz a ordem, uma batida de noite, uma buzina. A gente tem que olhar com carinho para o morador de rua, eles estão vivendo nessa situação, não é porque eles querem não, doutor. Entendeu? Não é porque eles querem. E o mínimo que a prefeitura tem que dar é condições para eles mudarem de vida, para eles criarem, para eles trabalharem, ensinar, dar o pé, dar a vara e ensinar a pescar, para que ele mesmo se sustente,



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

sustente sua família. Muito obrigado a todos e segue a luta.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Obrigado, Jordem. Agora a gente vai ouvir a Simone. Eu peço desculpas por ter pulado o seu nome antes, mas agora a gente vai ter a oportunidade de lhe ouvir.

Simone (advogada representando moradores do bairro da Cidade Velha): Boa tarde a todos. Eu gostaria, antes de tudo, que as minhas palavras não fossem interpretadas como algo contra vocês, pelo amor de Deus. Mas eu estou aqui em nome de alguns moradores do bairro da Cidade Velha, em que recentemente foi inaugurado o espaço Pop de Rua, em que sequer foi conversado com os moradores daquele entorno, qual seria o impacto de receber os moradores de rua naquele entorno. E para os moradores não tem sido fácil. Por quê? Infelizmente, algumas pessoas têm usado os muros das casas, dentro da garagem das casas, como se fossem abrigos para fazer suas necessidades fisiológicas. Então, os muros ali da Almirante Tamandaré, da Rodrigue dos Santos, ao lado do Espaço Pop, da casa da dona Sebastiana, ela tem sofrido muito, porque as pessoas, como não têm, eu acho, uma estrutura adequada com banheiro, nos espaços que são disponibilizados para os moradores de rua, eles acabam tendo que se aliviar nos muros. Só que tem pessoas morando nessas casas também que estão sofrendo com os odores. E nós temos ali no Parque Linear da Tamandaré vários banheiros que foram depredados. São seis banheiros que poderiam ser utilizados para que essas pessoas pudessem fazer suas necessidades, tomar banho, tem espaço para cadeirante. E o que eu percebo? Que, infelizmente, o poder público se mostra omissivo. Eu já fiz reclamação de fato no Ministério Público. Eu já fui ali na Almirante Barroso, na zeladoria, mostrar a situação, que aqueles espaços podem ser reaproveitados. Nós temos oito quiosques no Parque Linear, apenas um está funcionando. Então, aquele espaço poderia ser utilizado como espaço de convivência, como espaço de venda dos trabalhos efetuados pelos moradores de rua. Então, nós estamos pedindo, primeiro, um apoio dos moradores de rua para que não façam suas necessidades na casa dos outros, nos muros, dentro de casa. Porque a gente já chamou o coordenador do Pop Rua lá e mostrou, olha, eles chegam lá, tem a grade, eles se colocam lá para dentro e fazem dentro da casa. Isso não é legal. Não é legal nem para vocês e nem para nós. Há um mês atrás, eu tive que intervir em um dos quiosques, porque tinha um casal fazendo sexo, 10 horas da manhã. E tem a escola Salomão Mufarrej, que atende criança. Eu tive que intervir, pedir para que aquilo não acontecesse. Fui até ao espaço, mostrei para eles, gente, vocês também têm que fazer o monitoramento ao redor. Infelizmente, o que nós observamos é que eles falam, nós só temos gerência do portão para dentro. do portão para fora é o poder público. E a gente está sem apoio. Então, nós, enquanto comunidade, nós não somos contra os moradores, pelo contrário, ela todo dia passa lá, correndo. Você é estrangeira, não é? Ela passa correndo lá. Ela tinha uma bicicleta, eu acho que ela teve que vender, para ser atendida, roubaram? Para ser atendida lá no atendimento, ela esqueceu a identidade, não deixaram ela pegar depois do horário. Foi isso? A gente está sabendo, porque a gente está ali no bairro. Então, assim, nós não somos contra vocês, a gente só queria que vocês, da mesma forma que vocês querem uma moradia digna, querem um trabalho, querem uma educação, a gente também quer, enquanto morador, compartilhar com vocês. A gente só não queria ter nosso patrimônio também violado. Contar com o apoio de vocês, e que o poder público pudesse verificar os espaços que tem lá no Parque Linear, que pode ser aproveitado, doutor Sadi. Pelo menos quatro banheiros ali, para



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

eles tomarem banho, para fazer a necessidade. Depois eu posso mostrar o vídeo. Está terrível. Quem mora lá, quem passa pelos banheiros públicos, lá na Almirante Tamandaré, sabe disso. Então, a gente está aqui de peito aberto, de coração aberto. Se alguém precisar, a gente tem lá o nosso centro de apoio comunitário, a gente tem uma interação com a polícia militar, com a guarda municipal. A gente tenta fazer uma proteção do bairro, o bairro da Cidade Velha precisa, é um bairro histórico, a gente precisa ali de um apoio maior e, se vocês puderem nos auxiliar e também auxiliar as pessoas. Nós temos a escola, eu acho que está fechado, o Rui Barbosa, que seria um referencial para a educação. É um espaço ali na Cidade Velha. Então, espaço a gente tem, talvez um espaço mais adequado. Não é só abrir para que eles tenham atendimento, é um espaço que eles possam realmente desenvolver a sua dignidade humana. Obrigada.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Obrigada, doutora Simone. É, de fato, um desafio muito grande, considerando, inclusive, que na decisão judicial do ano passado, a doutora Maria Carolina determinou a ampliação do número de vagas em abrigos para 320 vagas, no mínimo, e a criação de mais um Centro Pop. Então, é algo que a gente tem conclamado há muito tempo, esse mapeamento dos imóveis públicos que poderiam ser utilizados, numa interlocução, inclusive, com o Estado, com o Governo Federal. Na última audiência judicial, nós pedimos que houvesse reuniões periódicas entre o município de Belém, o Governo do Estado e o Governo Federal, para que esse mapeamento de espaços ociosos, de imóveis públicos que não estejam sendo utilizados, possa ser feito, que esse mapeamento seja trazido ao processo. Então, é importante também que o município, aqui, presidenta, que vocês também conclamem as autoridades do Estado, as autoridades do Governo Federal, para que esse mapeamento saia do papel, venha, de fato, para o processo judicial, para que a gente possa, de fato, pensar em ampliar essas vagas, utilizando desses imóveis, ou desses bens que estejam sem uso, e que possam ser aproveitados, porque há uma justificativa de interesse público na utilização desses bens, consubstanciada no cumprimento de ordem judicial. E, mais uma vez, a questão dos banheiros químicos, que poderiam ser uma solução emergencial, mais barata do que essa situação toda, mais barata do ponto de vista social, mesmo coletivo, do que entregar aos moradores o ônus de terem o seu patrimônio depredado. Então, eu sei que é uma equação difícil, colisão de direitos nunca é algo fácil de resolver, nós estamos aqui, sabemos muito bem disso, mas a gente precisa de uma solução emergencial que contemple tanto o direito à propriedade dos moradores, das moradoras que têm direito, enfim, à incolumidade do seu bem, quanto o direito à dignidade da população em situação de rua, que não merece ser submetida à degradação de ter de fazer as suas necessidades em qualquer lugar. Então, é uma colisão difícil, mas que precisa ser pensada, a gente não pode ficar adiando essa decisão. A última fala inscrita é a do Gemaque. Antes dele, eu vou passar a palavra para a nossa amiga ali, que está com a bebezinha de colo. Qual é o seu nome? Paula.

Paula: Boa tarde. Eu vim aqui para falar sobre a minha situação. Deixa eu explicar. Eu morei muitos anos na rua, com meus filhos. Graças ao seu Célio e a dona Nara, se não fosse por eles, talvez a minha filha estava ali viva. Por quê? Estava muito debilitada, estava muito doente, por causa das situações de rua. Dorme aqui, dorme ali, não tinha nem condições, às vezes, para ter um local para estar dormindo, que tinha que estar fazendo o corre para conseguir o canto para dormir. Hoje eu estou abrigada na casa



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

do seu Célio, que ele geralmente comprou para uma casa de urgência para nós. Só que o que eu vim pedir foi só uma coisa, eu queria ver se eu conseguia o apartamento da prefeitura para não ter que estar para lá e para cá, para lá e para cá. Tipo, eu estou lá, eu também não sei se depois que sair de lá voltar para a rua. E eu tenho essa bebê e tenho mais dois meninos de quatro, de cinco anos, que eu já andei, corri atrás também, não consegui vaga de escola para eles, que está difícil. E eu vim pedir apelo, não só escolar, mas sim para que olhe, não por mim, mas sim pelos meus filhos. É isso que eu queria dizer só. Obrigada.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Obrigado, Paula. O Gemaque está aí? O Gemaque está aí? O Gemaque foi o último inscrito aqui. Não? Pessoal, então a gente vai agora para as considerações finais. Eu vou passar a palavra aqui para os demais integrantes da mesa, para fazerem as suas considerações e as suas ponderações sobre o que foi dito, o que foi escutado, e para a gente poder encaminhar um encerramento. Antes disso, somente eu queria fazer uma entrega formal do relatório de vistorias que nós fizemos nos Centros Pop e nos abrigos. Não, é o Gemaque, o Gemaque da Pastoral tinha dado o nome. Quem mais? Não tinha colocado não. Qual o nome? Tá, vem, Glauber. É dois minutinhos, tá, Glauber? Porque não estava no papel.

Glauber: Boa tarde, pois, irmão, eu só queria dizer, né, por causa aqui lá no Centro Pop e de Icoaraci, né, lá eu estou tendo uma recuperação. E o que a gente precisa também lá à noite é para a gente dormir, porque às vezes a gente não tem, estamos dormindo pela praça, né, se tivesse um abrigo noturno para a gente, porque durante o dia das sete horas até cinco horas, graças a Deus, né, isso aí estão dando esse suporte para a gente. Porque a maioria dos pessoal tem seu lugarzinho, mas a gente que está morando na rua, alguns lá que não recebem ainda o seu auxílio, estão precisando. Só isso que eu queria dizer e também, né, o negócio dos documentos que às vezes está sendo meio assim, que o irmão já foi lá com a gente, falou que ele ia conseguir até agora, tem alguns documentos pendentes que ele foi lá, mas, entendeu? Mas isso daí eu creio que vai dar tudo certo, tá? Só era isso mesmo, obrigado pela oportunidade. Obrigado.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Pessoal, então, antes de nós finalizarmos, eu vou entregar aqui à presidenta da FUNPAPA formalmente o relatório de vistoria que nós fizemos nos Centros POP e nos abrigos, no Camar 1, Camar 2 (ou Saif 1, Saif 2). E nesse relatório, presidenta, nós fizemos uma lista do que o MPF, né? Eu, Sadi Machado, fui até esses lugares e fiz essa constatação, o que nós entendemos que precisa ser adquirido de forma urgente, em cada um desses. Então, para facilitar o trabalho de vocês, esse levantamento já está feito, é um relatório fotográfico que também vai ser encaminhado por e-mail, já foi juntado aos autos do processo que nós ajuizamos. Então, essa lista, ela já tinha sido entregue para a doutora Edna Gomes, anteriormente, mas agora eu vou entregar formalmente para a senhora, como um ato simbólico, no sentido de que a FUNPAPA tem conhecimento dessa demanda, né, que já está, como eu disse, também, formulada nos autos do processo judicial. Mas queria muito contar com o seu apoio, para que, na medida do possível, desses itens de imobiliário que pudesse ser adquirido antes da audiência, e que fosse trazida à audiência, de fato, o que foi possível sanar, né, dessa lista. Então, tem uma lista de camas, beliches, armários, mesas



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

de escritório, toalhas, lixeiras, lâmpadas, ventiladores, uma série de itens que nós consideramos básicos para um funcionamento mínimo desses espaços. Nós não estamos tratando aqui de nenhum item de luxo ou algum artigo que possa ser considerado perfumaria, digamos assim. Tudo isso aqui é o que nós entendemos como mínimo existencial para que esses espaços possam funcionar. Nós vamos fazer a entrega formal antes de passar para as considerações finais. Quero agradecer também o apoio dos servidores e servidoras dos Centros POP, dos abrigos, que nos auxiliaram nesse levantamento, nos receberam com muita cordialidade no momento dessas inspeções e dizer que nós vamos continuar fazendo inspeções periódicas e esperamos que, ao contrário do que nós constatamos dessa vez, as condições melhorem. Porque o que esse relatório comprova é que, das últimas inspeções que nós fizemos no ano passado até agora, a situação nos espaços piorou. Então, eu espero que nas próximas inspeções que nós vamos fazer ano que vem, a situação seja outra, já demonstre um aprimoramento do serviço e jamais um sucateamento ou uma desestruturação. Então, eu vou fazer a entrega para a senhora. Agora a responsabilidade é sua. Agora nós vamos para as falas finais, então, aqui da mesa. É, não tem como dizer que não, não tem como escapar. Vamos aqui para as falas finais, agradecendo mais uma vez a presença de vocês. Espero que vocês tenham tido uma tarde agradável aqui conosco. Que todo mundo tenha tido acesso aqui a água, café, ao lanche. E saibam que a casa de vocês voltem sempre ao nosso espaço e contem sempre com o nosso trabalho. Muito obrigado.

Luciana Rassy (NDDH/DPE-PA): Pessoal, de parte da Defensoria Pública, eu queria colocar à disposição para vocês o nosso Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, que fica na Assis de Vasconcelos, perto da Praça da República. Essa é a primeira coisa. Segunda coisa, lá nós trabalhamos com documentação. Então, se tiver pendência de documentação, a gente pode ajudar. Esse lance da documentação é importante por causa do cadastro do CRAS. Eu acho que a gente tem que ficar ligado nisso. Isso vai fazer muita diferença. Tanto para poder ter o número, ter os cadastros em número, e a gente poder se aproveitar disso em termos administrativos, quanto para conseguir os benefícios de assistência social. Então, vamos focar no cadastro do CRAS. E aí, doutora, eu peço ajuda também da FUNPAPA e da Prefeitura. A gente tem que focar nesses cadastros. Eu acho que vai ajudar a gente nos dois lados. E também em relação às questões de saúde. Precisa entrar no SUS. Precisa estar com os pedidos feitos lá no SUS. Depois que os pedidos estiverem feitos no SUS, é mais fácil a gente correr atrás. Então, tem que entrar no SUS de alguma forma. Então, vejam lá se dentro das casas de acolhimento dá para entrar no SUS. Se não, vai ter que ir no PS. Mas tem que entrar. Porque da feita que eu consegui ver o cadastro dentro do sistema, é que a coisa pode se desenrolar melhor. Está bom? Vamos lá. Estamos juntos. Está bom?

Firmino Araújo Matos (PJ/DCC-MPPA): Bom, essa é a hora em que eu incomodo um pouco algumas pessoas. Já lido com a questão de população em situação de rua há algum tempo. E posso afirmar, e o doutor Sadi vai dizer, "lá vem o doutor Firmino, repetir essa ladainha", mas é importante. Já disse isso em uma audiência realizada, um processo que foi tantas vezes citado aqui. O descaso com a questão da população em situação de rua ultrapassa cor partidária. Ultrapassa cor partidária. A gestão anterior a esta inseriu no PPA, no plano plurianual, a previsão de instalação de um Centro POP na área do ver-o-peso. A previsão de instalação de uma unidade socioassistencial, de um equipamento



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

socioassistencial, voltado especificamente para pessoas idosas. Nada disso saiu do papel. Estou dando dois exemplos. Alguém falou aqui, eu espero que saia do papel. Só que, a diferença da gestão anterior para esta, é que havia diálogo com a gestão anterior. Tanto havia, que nós conseguimos, com muito esforço, não conseguimos construção de prédio, não conseguimos instalação de novos equipamentos socioassistenciais, mas conseguimos alguma estruturação do sistema. Assinamos um Termo de Acordo com o município, que resultou, entre outras coisas, na edição da Lei municipal que instituiu a política municipal para a pessoa em situação de rua, para a população em situação de rua. E que, entre outras coisas, aí alguém pode dizer, mas é só papel. Mas, espera lá, do papel a gente tira consequências. E que prevê, entre outras coisas, essa Lei, que o município tem a obrigação de inserir na lei orçamentária, na lei de diretrizes orçamentárias, no PPA, a previsão de recursos para o desenvolvimento da política para a população em situação de rua. E isso, inclusive, está sendo utilizado na nossa ação como fundamento da ação. Havia diálogo com muito esforço, bem ou mal, se conseguiu assinar um TAC, e algumas coisas foram feitas. A atual gestão acabou com esse diálogo. O que nós passamos a ver foi retiradas forçadas de pessoas em situação de rua, muito motivado também pela questão da COP, mas não só pela COP, e uma dificuldade enorme de diálogo, e não só em relação à questão da população em situação de rua, em relação a várias outras questões. A doutora Dyjane, porque eu leio o Diário Oficial, eu tenho um mau hábito de ler o Diário Oficial do Estado e do Município. E a doutora Dyjane, eu sei que ela já passou por diversos órgãos no município. Não sei agora, inclusive, se ela está acumulando a presença da FUNPAPA com outro órgão, porque também é uma prática comum no município, na atual gestão, agentes públicos acumularem duas, três secretarias. Nunca vi isso na minha vida. E secretarias importantes. Mas, felizmente, ela está só na FUNPAPA. A falta de diálogo, portanto, teve uma consequência. Os órgãos de controle não puderam mais continuar na base apenas do diálogo. E precisaram ir a juízo. E, felizmente, esta ação que tramita na Justiça Federal está tendo grandes... está produzindo grandes avanços. Ainda por se confirmarem, ainda por se tornarem realidade. Mas eu tenho muita esperança, doutor Sadi, de que a gente possa, continuando nessa toada, que a gente possa ver a política do município de Belém para a população em situação de rua revista e que muita coisa possa ser implementada no município de Belém. Mas, e vale para encerrar, vou repetir aqui também algo que eu disse na audiência. Se você colocar todo o dinheiro possível nas mãos da atual gestão, e eu diria, se pegar a gestão anterior e trazer para agora, não tem diferença. A coisa não vai sair do papel. Sabe por que não vai sair do papel? Porque falta muita competência técnica. Fora o compromisso político. Não estou nem falando de compromisso político. Mas falta muita competência técnica. Já disse isso também para o doutor Ricardo Ganzer. O Estado. O Estado não tem uma caixinha no seu organograma, das diversas secretarias, que no caso seria da SEASTER, que trate especificamente de população em situação de rua. A FUNPAPA, a Fundação Papa João XXIII, que é responsável pela execução da política municipal de assistência social, também não tem nenhum setor, uma caixinha ali no organograma que seja, ao qual tenha sido entregue a responsabilidade de pensar e de buscar os caminhos para implementar uma política. Então, me preocupa muito, é claro que a gente tem que ter os recursos, e estamos buscando os recursos. O governo federal tem que entrar com a sua parte, o Estado e o município também. A gente precisa ter o



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

processo estrutural que está em curso, ele precisa necessariamente passar pela reestruturação dos órgãos que tratam de política para a população em situação de rua. Se não, nós não vamos conseguir avançar. Essa é uma necessidade que, eu posso estar até enganado, posso estar equivocado, mas eu vou morrer com essa convicção. Nós precisamos. Rever. Vou... Vou continuar por muito tempo com essa convicção. A gente precisa rever a estrutura toda. E quando eu falo rever a estrutura, é também na valorização do servidor. A gente sabe a política remuneratória que existe no município de Belém. E os servidores da assistência social não fogem disso. Então, eu espero que a gente possa convencer a digna magistrada, doutora Maria Carolina Valente do Carmo, que está à frente, que preside esse processo, de que o processo de reestruturação, ele tem que ser amplo e tem que chegar nos órgãos ou no órgão que trata da questão no município de Belém. Mas a gente tem que ser otimista, resiliente, foi a palavra que se usou logo no início. E a gente espera que as coisas possam acontecer. Obrigado mais uma vez. e espero que a gente possa, um dia, não precisar realizar audiências públicas para tratar de... A gente espera que a política para a população em situação de rua seja executada, seja implementada, sem que a gente precise estar. Há alguns anos atrás, o Ministério Público do Pará, por meu intermédio, fez uma audiência pública e, infelizmente, as coisas não mudaram muito. Mas eu tenho fé, eu acho que as coisas podem se modificar. Obrigado.

Dyjane Chaves dos Santos Amaral (FUNPAPA): Doutor, eu posso the prometer uma coisa. Uma coisa que eu sou é técnica. não é a minha... Eu não estou dentro do município de Belém porque vindo nada, surgindo nada. Eu sou uma pessoa de Belém, mas trabalhei 25 anos da minha vida para o setor público. E o que me garantiu esses 25 anos também não foi ser concursada, mas o que me garantiu 25 anos é a técnica que eu tenho nos meus trabalhos. Eu já fui secretária de saúde, já fui controladora geral de município, já fui secretária de assistência social, que aqui é a FUNPAPA, no município do interior do Pará. Já vim ser secretária adjunta da Secretaria de Desenvolvimento, Mineração e Energia num outro governo. Eu trabalhei sempre muito com uma pessoa que me faz falta todos os dias, que foi o doutor Adnan Demac, que faleceu recentemente. E ali foi a minha escola. Então, por uma questão familiar, eu voltei a Belém, porque o meu reduto era mais ali, o Nordeste e o Sul do Pará. E que trabalhei também como consultora em várias outras situações, em vários outros municípios, São Miguel do Guamá, Dom Eliseu, Eldorado do Carajás, mas como consultora, não como secretária. Então, eu sei também a diferença do que tu projetas, do que tu dizes, do que é executado. A política, seja ela qualquer, uma política social, já existe. Não precisa a gente criar. O SUAS já existe. Então, nós temos a população de rua, ela está dentro da média e alta complexidade. E dentro da média e alta complexidade, você já tem, pelo próprio Ministério do Desenvolvimento Social, tudo escrito. Eu não preciso criar nada. Eu só preciso honrar e fazer aquilo que está escrito. Realmente, tem uma dificuldade muito grande de pessoal na nossa equipe. Eu tenho até o meu organograma que eu fiz aqui e que está específico para a população de rua também, como está específico também para as outras unidades, idoso, criança e adolescente, porque isso já está dentro da política. Eu ainda não consegui. Eu estou no governo, Igor, desde o início, mas no início eu fiz parte da Segov e estudei muito RH. E ali, eu fiquei muito triste com toda a situação que vem, porque não é só FUNPAPA, eu estou falando de todas as outras, guarda municipal, saúde e um monte de coisa. Então, eu também tenho



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

conhecimento da questão do RH, existe sim determinações políticas, não que seria política de politização, mas decisões governamentais, melhor dizendo, não é política, de eles avaliarem, porque aí não sou eu, deles avaliarem ou um grupo avaliar se pode ou se não pode, se deve ou se não deve fazer um concurso público. Isso daí não cabe só a mim, cabe a um grupo e ao prefeito e o grupo todo de, eu posso até dizer, eu preciso, eu tenho que esperar e junto a isso, eu tenho que dar a solução. Eu assumi recentemente, há seis meses atrás, junto com a Edna, eu assumi a Secretaria de Saúde para ajustar também algumas coisas na Secretaria de Saúde e, por algum motivo, tive o convite para vir tecnicamente, vir assumir a FUNPAPA há sete dias atrás, porque eu fui nomeada há sete dias atrás. Edna, eu sou sucessora dela, independente de tudo isso, meu olhar para qualquer secretaria que eu já participei, que eu já fui secretária, é a secretaria ou a fundação tem que andar, independente da minha existência. Nós temos que cumprir com a política pública. Eu posso cumprir 100% ou posso cumprir parcial de acordo com os recursos que eu possa ter. Se eu tiver dificuldade de muito recurso, eu, óbvio, que vou puxar vocês e dizer, olha, tudo bem, nós queremos isso, mas como eu vou fazer se eu só tenho esse dinheiro, se eu só tenho esse recurso? Isso daí passa por uma análise, a análise não pode ser demorada, por mim não é, eu tenho esse olhar rápido, eu já tenho meu orçamento, eu já tenho olhar, eu já vi o PPA, a primeira coisa que eu peguei foi puxar o planejamento, eu já vi o PPA, eu já vi tudo que está lá, um Centro Pop no Ver-o-Peso, uma população de rua no Ver-o-Peso, residência inclusiva, em outras coisas que estão previstas no plano, que me falaram assim, o plano municipal de assistência foi aprovado ano passado, e o PPA, quase assim, final do ano passado, e o PPA foi feito antes do plano municipal de assistência, mas eles não têm um conflito muito grande, eles têm algum entremeio, vamos supor, a residência inclusiva parece que não está num e está no outro, mas, cara, é um tópico que nada que a política de assistência social não volte e não reorganize isso. É um desafio muito grande, não tem pessoal, a fundação tem 700 pessoas trabalhando para a fundação, a minha folha é uma folha alta para 700 pessoas, eu considero uma folha alta, mas são merecedores disso daí, do que resolvem, e o problema maior não está no valor da folha, está na... Olha, eu sou velha, eu me considero já velha, na antiguidade das pessoas, eu não tenho mais como botar uma pessoa com 50, 60 anos, uma funcionária nossa, concursada, com 60 anos para tomar conta de abrigo de criança, a gente não tem mais estrutura para isso, não tem mais estrutura de sobe, desce, carrega a criança. Cada um tem que fazer aquilo que já a idade ou a sua estrutura comporta, escuto que tem muitas pessoas, muitas pessoas pedindo, inclusive, tratamento psicológico, funcionários, pedindo, entrando em recursos de tratamento psicológico. Seja ele por pressão do trabalho, seja ele por tipo do trabalho, porque aqui a gente comenta que nós trabalhamos com população e vulnerabilidade, e muitas vezes isso afeta a gente psicologicamente, porque às vezes a gente se frustra, porque quer ajudar, não consegue ajudar mais do que está fazendo, e aí acaba tendo uma frustração, e às vezes a gente internaliza isso e vai sofrer junto. Isso daí está no PPA também, o trabalho de qualificação e de melhoria do funcionário público. Então, plano nós temos, política do desenvolvimento social do SUAS nós temos, o negócio é colocar para fazer. E eu entrei na FUNPAPA para colocar para fazer. Edna deixou já estruturado, eu já tenho licitação em aberto, em andamento, processo licitatório em andamento dos móveis, já acabei de ver aqui, dos móveis, do ar-condicionado, eu acabei porque eu pedi quais os processos que ficarem



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

abiertos, em andamento, para a gente dar continuidade. A Edna já deixou isso daí fazendo. Acho sim, acompanhei sim o governo ano passado, e acredito que ano passado, no meu analisar, a FUNPAPA não andou em nada, pelo contrário, regrediu. Mas eu também vejo que com a entrada da Edna, a FUNPAPA deu, dentro dos seis meses que ela fez também, seis, sete meses que ela fez também, a FUNPAPA deu uma acelerada naquilo que estava totalmente parado. Hoje nós já temos o abrigo do Warao, que ela inaugurou, temos o espaço a colher, querendo ou não, precisamos de mais vagas, precisamos, mas nós já temos 50 vagas, está perfeito ou não está, temos que ter acompanhamento, temos que ter acompanhamento, mas a minha, de aberto aqui, a minha proposta, quando eu tive o convite, sempre fiz esse, quando eu tive o convite para a saúde, ou quando eu tive o convite agora para a assistência, é olhar para o prefeito, o meu prefeito é olhar. Prefeito, é para fazer a coisa certa, é para fazer a coisa certa. Então, prefeito, eu estou dentro e vou lhe ajudar nisso. Então, hoje de manhã, quando eu liguei, disse que precisamos resolver população de rua, a primeira coisa que eu posso fazer, que eu tenho de ideia, é a Casa Rua vir para a assistência, para a FUNPAPA, mas de uma forma que a gente trabalhe a intersetorialidade da saúde dentro da casa rua, e amplie os serviços que estão sendo disponibilizados lá. E ele imediatamente disse, pode fazer, pode prometer, porque você vai cumprir. Eu não tenho o costume de dizer para você que eu vou fazer uma coisa que eu não sei se eu vou fazer. A hora que eu disser, vou fazer, você pode ter certeza que eu vou fazer. Vai ter coisa que os senhores vão me pedir, a população vai me pedir, a equipe vai me pedir, e eu vou ter... Às vezes as pessoas reclamam de mim, mas eu olho e digo, eu não tenho pernas para fazer isso, você vai ficar chateada, eu sei que a sua ideia, que é uma ideia maravilhosa, mas eu não tenho pernas para fazer isso. E vamos ver como é que a gente vai conseguir essas pernas para fazerem isso. Essas unidades que há... Existe uma Cidadania Centro Pop, que é o que você falou ali pela Tamandaré. Pop Rua, não é uma instituição da prefeitura, mas tem uma articulação com eles, porque tiveram algumas instituições que conseguiram alguns recursos com a prefeitura como adesão. E também não é só dar esse recurso, é também fiscalizar. Já que você está me pedindo isso. Eu vou te dar o que você está me pedindo, mas aí eu também tenho que te fiscalizar, porque passa a ser, querendo ou não, é um recurso público que está sendo investido em algum lugar. A gente sabe que a situação da população, especificamente de rua, não é uma situação muito fácil, porque tem dos que não têm onde morar, tem dos que brigaram com a família, tem das crianças que eu escutei aqui, eu saí e fui para a rua com oito anos que eu não queria apanhar do meu pai. Tem dessas situações, tem dos que acabaram entrando na drogadição, que a família não quer ele de volta, mesmo ele jurando que se resgatou e não quer ele de volta. Mas todo mundo é pessoa, é ser humano, e a gente precisa atender esse ser humano da melhor maneira possível. Então, eu estou aqui dizendo que acabei de receber o relatório, sei da realidade das unidades da FUNPAPA, e eu estou prometendo dar o meu melhor. E em termos de conversas, em termos de diálogo, o senhor pode ter certeza, não vai ter dificuldade de ter diálogo comigo, nem que seja para me puxar uma orelha. O senhor pode me puxar a orelha se estiver fazendo alguma coisa errada, sem problema nenhum. Então, eu espero conseguir fazer mais pela população, fazer mais por Belém, que é minha cidade e que eu voltei para cá, mas por conta de uma coisa que é da assistência que eu dizia. A gente, na FUNPAPA, e na política de assistência social, a gente fala muito e preza muito pelo serviço



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

de fortalecimento de convivência e de vínculos. E era uma coisa que eu não estava fazendo, porque toda a minha família estava aqui, e eu estava no interior. Então, eu programo tudo isso para todo mundo, tento ajudar todo mundo, e eu mesmo não faço para a minha família. Então, eu tive essa oportunidade, através do prefeito Igor, que eu agradeço imensamente, e que todo mundo diz aqui, algumas pessoas disseram, isso não é ele, é Deus, porque só acontece aquilo que Deus permite que aconteça. E ele está dando a oportunidade para mim resolver e melhorar a situação da FUNPAPA. Então, cabe a mim que recebi essa responsabilidade dele, e acabei de receber a responsabilidade de vocês de resolver essas situações da melhor maneira possível. Eu sei que não é um mundo irreal, eu sei que isso daqui, nós não estamos falando de maravilhas, mas nós estamos falando de lutas e de conquistas, com a certeza de que eu estou do lado de vocês. Aqui nós não estamos em lados diferentes, nós estamos aqui unidos, intersetorialmente, e interinstitucionalmente, para resolver a população de rua, para resolver essas problemáticas da população de rua. Então, contem comigo, isso é minha responsabilidade, essa responsabilidade não é ligada a vocês, é ligada a mim com Deus. Porque isso daí, se Deus me deu vida todos os dias, eu já tive uma irmã, já perdi uma irmã com 50 anos, ela morreu de Covid, médica, e dali em diante, eu já tinha esse pensamento, e dali em diante, mais uma vez eu disse, acordei de manhã, vida tenho, é porque tenho coisa para cumprir e fazer para o outro, não é para mim, é para o outro. Porque a gente só encerra tudo o que a gente tem para fazer quando a gente falece. Porque eu vi a minha irmã falecer, e não conseguiu nem formar filho. Ela morreu com 51 anos, então ela não formou filho, não viu filho casar. Então, se eu tenho vida, é porque eu tenho que trabalhar, e trabalhar para vocês. Então, se eu estou aqui, é para trabalhar em prol da população. Então, contem comigo, e vocês também. Muito obrigada. Deixa eu passar.

Bruno Freitas (PGM): Eu inicio cumprimentando o Doutor Sadi pela iniciativa, mas, em nome da Procuradoria, eu gostaria de dizer que não há nenhuma intenção que eu tenha percebido do Prefeito ou do Procurador-Geral de cessar qualquer tipo de diálogo. E aí, falo um pouco aqui como um servidor de carreira, eu sou procurador de carreira, há 20 anos. Eu tenho 20 anos de prefeitura. E os problemas que a FUNPAPA vive hoje não são exclusivamente, ou foram ocasionados exclusivamente, por essa gestão. E são um acúmulo de problemas que acabaram desaguando nela. Então, isso é preciso registrar para que não se entenda errado o intuito da gestão. Não há um intuito de gestão, pelo menos não houve nenhuma determinação do prefeito para qualquer um de nós, de que nós não comparecêssemos ou fechássemos qualquer via de diálogo. Aliás, nossa presença aqui, se nós não quiséssemos diálogo, nós nem estaríamos presentes. Então, eu mantenho aqui as falas do doutor Alex, no sentido de que o município tem, sim, interesse no diálogo. Já tinha dito pelo doutor Sadi isso em outras oportunidades. Já tinha dito pelo doutor Patrick em outros procedimentos. Então, nós, claro, o objetivo do município é sempre satisfazer o bem público, satisfazer os interesses da população, fazer com que as coisas se efetivem, se realizem. Mas, claro, temos muitos problemas, temos um sistema federativo onde a União basicamente se comporta como eu só tenho recurso, mas não quero assumir compromisso nenhum. E as obrigações são todas transferidas ou todas praticamente arcadas pelo município. Esse excesso de responsabilidades tem um preço, tem um custo e, naturalmente, ocasiona diversos problemas que o município, com a sua estrutura enferrujada de muitas gestões, não conseguiu ainda ultrapassar. E isso,



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

repito, falo como servidor da casa de mais de 20 anos de procuradoria. Vi esse município envelhecer e vi a estrutura continuar a mesma. Então, é óbvio que os desafios vão aumentando quando você continua com uma estrutura que não acompanhou a evolução do que a gente precisa, do que a gente necessita. Mas estamos, sim, abertos ao diálogo, estamos, sim, abertos a propostas, estamos, sim, elaborando pedidos para o próprio Ministério Público, para conciliações parciais, se for o caso, doutor Sadi. Nós já entendemos, nós estamos num processo estrutural onde a gente vai ter que construir essa política integralmente. E, obviamente, isso não acontece de uma hora para a outra, isso demanda tempo e demanda esforços. Então, as minhas palavras finais são no sentido de que a Procuradoria, e aqui representando o Procurador-Geral. E, em nome do prefeito, até do município de Belém como um todo, tem, sim, interesse em resolver as questões. Nós levamos, sim, a sério os pontos que o senhor coloca, que o senhor traz. Por exemplo, eu já ia lhe informar em outra oportunidade que o senhor queria saber, eu acho, sobre o incidente até que teve com os guardas municipais. Nós já temos os números dos processos administrativos que foram abertos, nós solicitamos, inclusive, a SEGBEL, que é a que a guarda está vinculada hoje, que eles nos informassem. Então, eu tenho essas informações para ele passar, porque ninguém tem nenhuma intenção de passar a mão, ninguém quer que faça mal a população de rua. Não é esse o intuito. E aí, lhe digo de antemão que nenhum de nós concorda com qualquer ato de violência contra a população de rua. E aí, quero me solidarizar com a população, sei das dificuldades, imagino o quanto deva ser difícil viver na rua. E, da nossa parte, eu acho que posso aqui, também, conjunto com a Dyjane, dizer que faremos, sim, todo o esforço possível que tiver o nosso alcance para tentar minimizar ou tornar a vida de vocês melhor. É isso que eu queria deixar registrado como uma palavra final, como representante da Procuradoria. O nosso intuito não é litigar por litigar, doutor Sadi. Doutor Patrick, até testemunha de que fizemos lá acordo para desistir de recursos interpostos no processo do PSM, por exemplo. E lá estamos evoluindo, doutor Patrick, com passo a passo, vindo com um processo de reestruturação do PSM. E podemos fazer a mesma coisa com a FUNPAPA e com os moradores de rua. Eu não vejo nenhum interesse em querer permanecer numa judicialização ou levar um processo anos a fio para continuar discutindo. Nosso interesse é resolver. É isso que eu queria deixar registrado e, dentro do que a gente puder ajudar nessa resolução, conte com o apoio da Procuradoria. Muito obrigado.

Ricardo Ganzer (SEASTER): Bom, gente, boa noite. Primeiro, parabenizar o Ministério Público Federal, momento importantíssimo, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública da União e do Estado têm feito uma atuação muito importante. Queria só trazer uma informação, acho que o nosso amigo Rayme, é Rayme? Trouxe aqui a público uma informação importante que é um valor de cofinanciamento. Então, a SEASTER, através da Assistência Social, cofinanciou este ano, pactuou junto à Comissão Intergestora Bipartite, a CIB, 2 milhões de reais. Eu estou falando para vocês porque o doutor Firmino sempre nos cobrou previsão orçamentária para a política pública. O Estado, ele cofinancia. Ele, inclusive, tem atuação nas capacitações. Nós temos rodado o Estado e feito diálogo, sim, desta política junto aos municípios. Então, isso está por dentro do Capacita SUAS, que são as capacitações dos SUAS. E nós fizemos um repasse esse ano, 2 milhões. Foi realmente 1 milhão ano passado, esse ano foi 2 milhões. Mas o que eu queria pontuar? É que, e eu sei que o Ministério Público



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

Federal e Estadual já compreendem que não é o problema da população que está em situação de rua, não é um problema apenas da assistência social. Porque me parece que a carga pesada é na assistência social. Mas tem um problema aqui também de saúde pública, é importantíssimo. E aqui foi dito, não foi apenas um ou dois que falou. Tem um problema do adoecimento mental, da dependência, muitas vezes por "n" situações, incluindo sobrevivência. mas também de outras instituições. A moradia, que nós estamos dizendo que é essencial, também tem que estar no debate. Então, nós precisamos falar que, para a população que está em situação de rua, ter um local para viver é fundamental. Então, precisa estar no debate. Todo debate precisa estar junto. Então, é moradia, assistência, educação, saúde. Está sempre em consonância. Nós também temos o Comitê, aí na frente da faixa fala, do CIAMP. O CIAMP é importante. Só que o CIAMP, ele é um espaço de debate intersetorial. Mas ele não tem orçamento para tal. Quem tem orçamento são as secretarias que compõem o CIAMP. E nós temos muita dificuldade com o CIAMP. Eu não sei como é que está o CIAMP municipal, mas o CIAMP do Estado tem dificuldade, porque muitas reuniões que nós fazemos, as instituições muitas vezes não comparecem no debate, na conversa, na reunião. Então, é uma dificuldade que nós temos. Mas eu estou aqui enquanto Secretaria de Estado de Assistência Social. O secretário pediu para que nós representássemos. Ele está em outra atividade e não pôde estar. Então, eu quero aqui, mais uma vez, agradecer e dizer que estamos, na medida do possível, cumprindo uma tarefa que é de cofinanciar. Foi uma decisão, só para fechar, doutor Sadi, doutor Firmino, este ano, na pactuação, foram 2 milhões, que já foi um pouquinho melhor do que ano passado. E, no debate da CIB, nós cofinanciamos 11 municípios. E proporcional ao número de população que está vivendo nessa condição, pelo Cadastro Único. Então, você trouxe a informação, Belém foi 1.125.000, e Castanhal, por exemplo, que é o segundo município com maior população em estação de rua pelo cadastro único, 134.000. E assim vai. Então, são distribuídos em 11 municípios. Então, nós temos isso aqui, qualquer coisa, depois a gente pode... E nos colocamos, doutora, nossa presidente da FUNPAPA, aqui, que é a nossa colega, que estamos à disposição também para o diálogo. Sempre que precisar, estaremos antenados aí para auxiliar, para ajudar. Aqui nós precisamos somar esforços, não tem jeito. Só a crítica também não constrói. É importante, mas além da crítica, a gente tem que se apresentar enquanto força de trabalho para somar. Obrigado.

Sadi Flores Machado (PRDC/PA): Quero agradecer mais uma vez a todas as autoridades que se fizeram presentes, especialmente à população em situação de rua. Mais uma vez, demarcar o caráter histórico dessa audiência, dizer que também o MPF estava atrasado nessa função importante de acolhimento à população em situação de rua. A gente chega com essa audiência pública na culminância de um trabalho que vem sendo feito já há alguns anos, que tem sido um trabalho de fôlego, de esforço, resiliência, mas que nós temos colhido muito bons frutos. Dizer que muitas das demandas que foram colhidas hoje, elas já estão contempladas nas determinações judiciais. E aqui também, mais uma vez, agradecer a disponibilidade da Procuradoria do Município, da SEASTER, da FUNPAPA. Deixar claro que nós convidamos a Secretaria de Habitação, convidamos a COHAB, Secretaria do Município, de Saúde, Secretaria de Saúde Estadual, convidamos autoridades do governo federal, nós convidamos todo mundo que a gente entendia pertinente. Então, não foi falta de convite,



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

as ausências que não estão aqui são ausências eloquentes, mas deixar muito claro, nós tivemos um trabalho bastante extenso de redação de ofícios específicos para cada Secretaria, tanto municipal, quanto estadual, quanto do governo federal. Queria também dizer para a presidenta da FUNPAPA da importância de ler com cuidado essa decisão, porque tem muitas determinações que já estão ocorrendo, tem prazo de 30 dias, tem prazo de 60 dias. Por exemplo, quanto à Casa Rua, a gente colheu muitas demandas por mobiliário, isso já está determinado na decisão. Tem 60 dias para disponibilizar mobiliário básico na Casa Rua, incluindo colchões ou estrutura equivalente para repouso dos acolhidos. Essa é a decisão de 3 de agosto, e o prazo está correndo, a partir da ciência do município. Então, eu gostaria muito de pedir ao doutor Bruno, ao doutor Alex Potiguar, que compartilhem de imediato, eu vou lhe dar a cópia da decisão também, para que a gente possa também lhe passar essa responsabilidade, mas compartilhar essas decisões todas, porque já tem determinações. Seria importante sistematizar, hoje tem o auxílio da inteligência artificial para sistematizar esses dados, tem uma série de determinações específicas, doutora Dyjane, que eu acho que podem balizar uma atuação bastante eficiente e técnica. Então, saudar a sua afirmação de que o seu trabalho vai ser um trabalho técnico, pautado de fato na boa gestão dos recursos públicos, a partir da disponibilidade orçamentária que vocês têm. Lembrando que tem multa correndo, caso essas obrigações sejam descumpridas, e que já tem multas consolidadas aqui nesse processo, da ordem de quase um milhão de reais por descumprimento de determinações, que houve a majoração da multa quanto à remoção forçada, antes era de 5 mil, foi descumprida, porque houve novas remoções forçadas, agora é de 10 mil a multa. Tem obrigação, e aqui já não é mais no âmbito da boa vontade, tem obrigação homologada judicialmente de que as autoridades do Município, do Estado e do Governo Federal se reúnam periodicamente, então são reuniões técnicas mensais, se elas não estão acontecendo, há um descumprimento dessa determinação. Então deixar claro que tem uma série de obrigações que a gente já conseguiu consolidar nessas decisões, que nós vamos continuar cobrando item por item, porque quem já litigou com a gente, quem já esteve em audiência judicial comigo, sabe o quanto eu sou detalhista em relação a cada ponto, insistente e até chato nesse ponto, mas eu acho que o nosso trabalho é esse mesmo. Então nós chegaremos na audiência do dia 16 de setembro e cobraremos cada um dos itens, e se não houver comprovação, a gente vai pedir para aumentar a multa, bom, o doutor Bruno já sabe como é que é o nosso proceder, mas é assim que a gente trabalha, eu acho que precisa ser assim mesmo, porque ninguém aqui está prestando nenhum favor, nós estamos cumprindo dever. Queria por fim, então, agradecer a equipe de segurança orgânica aqui do Ministério Público Federal, que presta um trabalho valioso, que garantiu o bom andamento dessa audiência pública, a assessoria técnica da PRDC, impecável, representada aqui pela Mayra, pela Elaine, pelo Ricardo, o auxílio que nós tivemos também da Tatiane, da Ana, a equipe do Café, a Manu, também da PRDC. Queria fazer uma saudação à Naraguassu Pureza, também, que tem atuado de uma forma bastante significativa, ela não pediu a palavra, mas eu aqui faço referência também ao trabalho dela, e a todas e todos que estão envolvidos, seja por dever funcional, como é o nosso caso, mas também temos um compromisso pessoal, seja por que, de fato, lutam, são ativistas nessa causa, movimentos sociais, coletivos, vocês nos honraram na tarde de hoje com a presença de vocês. A gente agradece imensamente o trabalho que



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Pará

vocês fazem, muitas vezes um trabalho voluntário, sem qualquer apoio, muitas vezes sacrificando outras pautas. Mais uma vez também enaltecer o trabalho do Sindicato, é muito importante esse trabalho que vocês fazem de valorização do serviço público, essa também é uma convicção que a gente compartilha. Espero que essa seja uma primeira audiência pública, que a gente não precise fazer audiências públicas para discutir essas questões, mas que a gente possa, de fato, se reunir para questões mais pontuais, e a gente pode fazer reuniões mais específicas para tratar de saúde mental, para tratar de acolhimento noturno, para tratar de abrigos de média permanência, enfim, que a gente possa especializar mais a nossa conversa. Hoje a gente teve um panorama bem amplo, mas que a gente siga lutando, caminhando juntos e juntas. Como dito, não é uma luta fácil, não é uma luta de uma pessoa só, é um coletivo de pessoas e instituições que estão trabalhando nesse sentido, e nada vai nos demover de continuar trabalhando de maneira ativa e ativa nessa pauta. Não haverá nada que nos cale, nada que nos faça parar de fazer esse trabalho, de defender esses direitos. Muito obrigado, e espero que todos e todas tenham uma boa noite.

Transcrição obtida com auxílio da ferramenta tecnológica utilizada pelo Ministério Público Federal (Transcreve IA) a partir do registro audiovisual do ato. Texto revisado por Manuella Gabrielly Oliveira De Oliveira (assessoria PRDC/PA) e Sadi Flores Machado (Procurador da República).